

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

DIEGO WANDER THOMAZ

**MEDALHA E CONTINÊNCIA: UMA ETNOGRAFIA DE ATLETAS MILITARES
NO ESPORTE DE REPRESENTAÇÃO NACIONAL**

SÃO CARLOS
2019

DIEGO WANDER THOMAZ

**MEDALHA E CONTINÊNCIA: UMA ETNOGRAFIA DE ATLETAS MILITARES NO
ESPORTE DE REPRESENTAÇÃO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

SÃO CARLOS
2019

Thomaz, Diego Wander

Medalha e continência: uma etnografia de atletas militares no esporte de representação nacional / Diego Wander Thomaz -- 2019.
118f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Luiz Henrique de Toledo
Banca Examinadora: Piero de Camargo Leirner,
Bernardo Borges Buarque de Hollanda
Bibliografia

1. Antropologia. 2. Esporte. 3. Militares. I. Thomaz, Diego Wander. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Diego Wander Thomaz, realizada em 14/10/2019:

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
UFSCar

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
UFSCar

Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda
FGV

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família: meus pais, Cicero e Helena, e meus irmãos, Wellington e Everton, por todo o suporte material e afetivo oferecido ao longo de minha formação acadêmica.

Aos amigos mais “chegados” e colegas de graduação e mestrado (na Antropologia ou alhures), entre os quais, assumindo o risco de ser traído pela minha memória, destaco Gabriel Sanchez, Tamires Cristina dos Santos, Dionys Melo, Caio Monticelli, Luisa Fanaro, Bruno Guillard, Cristiane Melo, André Sales e Rafael Mello.

Ao professor Luiz Henrique de Toledo, ou simplesmente Kike, por sua orientação aparentemente caótica, porém boa e eficaz. Grato pelo esforço e confiança empenhados.

Aos professores Bernardo Buarque de Hollanda, pela presença e contribuições gentilmente feitas na banca de defesa, e Piero de Camargo Leirner, pelos comentários perspicazes e estimulantes feitos nas bancas de qualificação e defesa.

Aos demais professores do PPGAS/UFSCar, pela estima e apreço demonstrados ao longo desses anos de formação em Antropologia, com destaque para Felipe Vander Velden, Pedro Lolli, Geraldo Andrello e Jorge Villela.

Ao secretário do PPGAS/UFSCar, Fábio Urban, pelos serviços prestados com disposição e boa vontade constantes. Estendo os agradecimentos também aos estagiários que passaram pela secretaria do programa.

Aos funcionários do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) da UFSCar e do Laboratório Integrado de Documentação e Estatísticas Políticas e Sociais (LIDEPS), pelos serviços administrativos e de manutenção/limpeza, possibilitando diariamente o bom aproveitamento dos espaços.

Ao Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS/UFSCar), na figura de Wagner Xavier de Camargo, sobretudo pelos esforços de conduzir o grupo de pesquisa, promover encontros e com isso incentivar a produção acadêmica em Antropologia das Práticas Esportivas.

Ao professor Osmar Moreira de Souza Júnior, do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana (DEFMH/UFSCar), por sua mediação na busca por interlocutores para essa pesquisa. Agradeço a gentileza e disposição apresentadas diante das inquietações que em mim pairavam naquele momento.

Aos *atletas militares* que, de um modo ou outro, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa pesquisa, seja respondendo a uma mensagem, dispondo-se a uma conversa ou

indicando contatos. Agradeço pela compreensão e colaboração imprescindíveis para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos funcionários dos clubes com os quais fiz contato, em particular aqueles do Esporte Clube Pinheiros (São Paulo/SP), pelo atendimento de solicitações e permissão concedida para que eu tivesse algum acesso aos espaços e pessoas que por lá trabalham.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/14.770-3, pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, à Universidade Federal de São Carlos, enquanto instituição *pública* de ensino e pesquisa, tão necessária para o mundo que queremos, e enquanto lugar de experimentações entre “naturezas” (o seu *campus*) e “culturas” (a sua gente), que me transformaram como *pessoa*.

Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer

(Gilberto Gil, *Queremos saber*)

RESUMO

Esta pesquisa se pauta por análise antropológica de atletas de alto rendimento vinculados a um programa militar de incentivo ao esporte de representação nacional, os chamados *atletas militares*. Trata-se do *Programa Atletas de Alto Rendimento*, firmado a partir de um convênio entre os Ministérios do Esporte e da Defesa, com o objetivo de incorporar atletas de ponta às Forças Armadas para a disputa de competições esportivas nacionais e internacionais. Para isso, levantei informações nos *sites* oficiais dos Ministérios, Comitê Olímpico, Forças Armadas, entre outros, através de matérias e documentos sobre o programa nestes disponíveis. Além disso, frequentei o Esporte Clube Pinheiros, que, sendo um clube esportivo privado e paisano, tem em seus quadros número considerável de *atletas militares*, antes já pertencentes ao clube; os vínculos profissionais, nesse caso, não têm caráter de exclusividade. Por fim, fiz entrevistas com *atletas militares* a fim de produzir dados primários para a etnografia proposta, em complemento à observação e descrição. O objetivo foi verificar como processos de *esportificação* e *militarização* ocorrem de lado a lado nessa interface entre esporte e caserna, que guardam forte relação histórica, através de noções como construção do corpo e da *pessoa esportivo-militar* nessas carreiras profissionais, mobilizando atletas, clubes, federações, comitês, governo e Forças Armadas na composição e gestão política de um sistema esportivo nacional.

Palavras-chave: Atletas olímpicos; corpo; esporte; Forças Armadas; militares; nacionalismo.

ABSTRACT

This research is based on anthropological analysis of high performance athletes linked to a military program to encourage national representative sports, the so-called *military athletes*. This is the *High Performance Athletes Program*, signed through an agreement between the Ministries of Sport and Defense, with the objective of incorporating top athletes in the Armed Forces to compete in national and international sports competitions. For this, I gathered information on the official websites of the Ministries, the Olympic Committee, the Armed Forces, among others, through materials and documents about the program available in them. In addition, I attended Pinheiros Sport Club, which, being a private and paisano sports club, has in its staff a considerable number of *military athletes*, previously belonging to the club; professional ties, in this case, are not exclusive. Finally, I conducted interviews with *military athletes* in order to produce primary data for the proposed ethnography, in addition to observation and description. The objective was to verify how *sporting* and *militarization* processes occur side by side in this interface between sport and barracks, which keep a strong historical relationship, through notions such as the construction of the body and the *sportive-military person* in these professional careers, mobilizing athletes, clubs, federations, committees, government and the military in the composition and political management of a national sports system.

Keywords: Olympic athletes; body; sport; Armed Forces; military; nationalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura organizacional esportiva brasileira.....	41
Figura 2. Plano Brasil Medalhas 2016.....	52
Figura 3. Organograma do Departamento de Educação e Cultura do Exército.....	70
Figura 4. Escudo do Esporte Clube Pinheiros.....	75
Figura 5. Credencial de visitante do Esporte Clube Pinheiros.....	75
Figura 6. Piscina olímpica do Esporte Clube Pinheiros.....	78
Figura 7. Pista de atletismo do Esporte Clube Pinheiros.....	78
Figura A1. <i>Atletas militares</i> da natação prestando continência nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, Canadá, 2015.....	114
Figura A2. <i>Atletas militares</i> do judô e da natação prestando continência nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, Canadá, 2015.....	114
Figura A3. <i>Atletas militares</i> da ginástica artística prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016. À esquerda, Arthur Zanetti, medalhista de prata; à direita, Arthur Nory, medalhista de bronze.....	115
Figura A4. Robson Conceição, medalhista de ouro e <i>atleta militar</i> do boxe, prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016.....	115
Figura A5. Felipe Wu, medalhista de prata e <i>atleta militar</i> do tiro esportivo, prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016.....	116
Figura B1. Hierarquia Militar do Exército Brasileiro.....	117
Figura B2. Hierarquia Militar da Força Aérea Brasileira.....	117
Figura B3. Hierarquia Militar da Marinha do Brasil.....	118

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1. Dotações autorizadas e liquidadas no programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento de 2004 a 2011 de acordo com os órgãos federais (valores em R\$ milhões).....54

Quadro 1. Resultados do Brasil em cada edição dos Jogos Mundiais Militares (1995-2015).....59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CCFEx	Centro de Capacitação Física do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CDE	Comissão de Desportos do Exército
CDMB	Comissão de Desportos Militares do Brasil
CEAR	Centro Esportivo de Alto Rendimento
CEFAN	Centro de Educação Física “Almirante Adalberto Nunes”
CIAA	Centro Integrado de Apoio ao Atleta
CISM	Conselho Internacional do Desporto Militar
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CTE	Centro de Treinamento Esportivo
DDM	Departamento de Desporto Militar
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
ECP	Esporte Clube Pinheiros
EsEFEEx	Escola de Educação Física do Exército
EsSA	Escola de Sargento das Armas
FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCFEx	Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército
IVCL	Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério do Esporte
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PPA	Plano Plurianual
PROFESP	Programa Forças no Esporte

SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SOGIPA	Sociedade de Ginástica de Porto Alegre
TAF	Teste de Aptidão Física
WADA	Agência Mundial Antidoping

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. TEMAS DA PESQUISA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	22
1.1 A constituição dos esportes modernos	24
1.2 Técnicas corporais e representações coletivas	27
1.3 Dos exercícios e técnicas militares e sua “corporificação”	30
CAPÍTULO 2. O SISTEMA DOS ESPORTES NO BRASIL	38
2.1 A composição do quadro esportivo nacional	38
2.2 A Escola de Educação Física do Exército e os “esportes militares”	42
2.3 Militares Atletas e Atletas Militares.....	47
2.4 A “década esportiva”: os grandes eventos esportivos no Brasil	49
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS ESPORTIVAS E O PROGRAMA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO	56
3.1 A estrutura dos centros de treinamento esportivo de alto rendimento	61
CAPÍTULO 4. HIPÓTESES E PROBLEMAS DE PESQUISA	65
4.1 O itinerário da pesquisa de campo	68
4.1.1 A Comissão de Desportos do Exército	69
4.1.2 O Esporte Clube Pinheiros	73
4.1.3 Outras tentativas e mudança de estratégia.....	80
CAPÍTULO 5. SER ATLETA MILITAR: CARREIRA ESPORTIVA E NOÇÃO DE PESSOA.....	82
5.1 “Viver do esporte”: aspirações e materialidade	83
5.2 Compartilhamento de “valores” e a pessoa esportivo-militar	89
CAPÍTULO 6. DOS PROCESSOS DE ESPORTIFICAÇÃO E MILITARIZAÇÃO	93
6.1 A Comunicação Social das Forças Armadas.....	93
6.2 Hierarquia, disciplina e o “englobamento do contrário”	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXO A. ATLETAS MILITARES BRASILEIROS PRESTANDO CONTINÊNCIA	114
ANEXO B. QUADROS DE POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.....	117

INTRODUÇÃO

Nos Jogos Olímpicos Rio-2016, um fenômeno até então pouco noticiado passou a receber maior atenção e a ser observado de modo mais crítico: parte dos atletas olímpicos brasileiros, no momento em que subia ao pódio para receber suas medalhas, prestou continência em sinal de deferência aos símbolos nacionais que são evocados nessas ocasiões, nas quais a bandeira do país é hasteada e o hino nacional é tocado. Esses são os chamados *atletas militares*,¹ que são atletas de alto rendimento temporariamente incorporados às Forças Armadas (FFAA) através de um programa firmado em 2008 entre os Ministérios do Esporte e da Defesa que permite aos atletas, através de soldo militar e outros benefícios, dedicarem-se exclusivamente à carreira esportiva.

Destaque-se também, desse momento celebratório, o simbolismo que carrega uma medalha, artefato presente tanto nos meios esportivos como nos militares, o qual, além de honraria protocolar, opera classificações ao registrar “méritos” e aferir escalas de progressão nessas carreiras profissionais; e a continência (gesto de saudação militar), por sua vez, pode-se dizer que sinalizaria, de algum modo, uma subordinação ao coletivo. *Medalha* e *continência*, portanto, sintetizam a ideia de comutação entre uma ordem individualista, igualitária, e outra coletiva, hierárquica, as quais permeiam, como veremos, essa conjunção *esportivo-militar*. Importante desde já distinguir esses atletas “civis”, que têm vínculo temporário e não possuem origem militar, de *militares atletas*, isto é, militares de carreira que eventualmente se tornam atletas de alto rendimento. Tais terminologias serão melhor definidas adiante.

De todo modo, os atletas olímpicos “estão” militares e, de alguma maneira, fazem parte desse “grupo” (no sentido de um coletivo que compartilha signos e aspectos comuns), uma vez que estão vinculados às Forças Armadas, ainda que em um regime distinto que lhes permite treinar e competir praticamente em tempo integral, sendo essa a atribuição principal de *atletas militares* no interior da caserna. E, portanto, o gesto de prestar continência no pódio não pode ser encarado como simples ato de gratidão; há uma explicação para esse fenômeno que reside na lógica da hierarquia, como se verá. O gesto também pode ser

¹ Utilizo itálico para destacar termos próprios da análise que intento empreender, ou para expressões estrangeiras, além de referências inseridas por extenso. O uso de aspas se dará quando tratar-se de citações e/ou categorias de outrem, além de termos ainda não definidos precisamente, ou que comportem ambiguidades, o que pretendo tornar mais claro mediante o contexto e a composição da escrita.

apreendido sob uma noção de “patriotismo”, segundo a qual os atletas estariam demonstrando seu “amor à pátria”.

Essas perspectivas existem e não necessariamente excluem outras que possam emergir como explicação do fenômeno. Porém, a intenção de produzir uma etnografia mais voltada para aspectos rotineiros da carreira desses atletas e menos interessada em “momentos rituais” e aspectos da “identidade nacional”² conseqüentemente rumaram a observação dessa relação entre esporte e caserna e suas interfaces para um outro prisma. Isso pode ser concebido com maior clareza somente ao final da escrita, quando percebi que, de fato, existe algo de ubíquo que percorre o tempo da pesquisa e atravessa todos os capítulos da dissertação: as práticas corporais ou “corporificadas” e sua relação intrínseca com a modulação de uma *pessoa*, no sentido atribuído por uma antropologia que remonta à Mauss (2003b).

A continência é um gesto caracteristicamente militar, e existe um protocolo a ser seguido na sua execução, que prescreve as formas do movimento e a postura corporal propriamente (deve-se usar a mão direita e levá-la energicamente até a lateral da cabeça; a mão deve estar no mesmo ângulo que o antebraço; os dedos devem estar unidos e estendidos; e o olhar deve estar voltado para o objeto de referência, seja uma autoridade ou um símbolo nacional) e as situações previstas nas quais a continência deve ser prestada (existe um uso mais “cotidiano”, por assim dizer, equivalente a um cumprimento que se faz a um superior hierárquico, e também um uso mais “cerimonial”, como quando se direciona o gesto a uma autoridade política; mas, novamente, essa oposição entre “ritual” e “cotidiano” não nos interessa aqui, de modo que propõe-se tratar a questão em termos de um “cotidiano ritualizado”, conforme etnografia de Colli de Souza [2008] sobre a “temporalidade militar”).

E, se por um lado, há prescrições relativas ao gesto, por outro lado deve haver interdições, com relação não apenas a situações, momentos e lugares, mas a *quem* pode prestar uma continência. Toda a vida na caserna, como será visto adiante, é regulamentada nos seus mínimos detalhes, pautada por uma lógica operacional e regida pelos princípios da “hierarquia” e da “disciplina”. Portanto, para além do que possa representar o gesto quando feito por *atletas militares* (a face mais visível, se poderia dizer, dessa relação atual entre esporte e caserna), e dos debates em torno da pertinência de se prestar continência em um

² Uma consagrada coletânea de artigos voltada para essa vertente do “ritual” e da “identidade” encontra-se em DaMatta (1982).

evento esportivo,³ os aspectos que aqui importam são aqueles que dizem algo sobre a vida na caserna e como isso pode afetar a carreira dos atletas que “estão” incorporados.

Num âmbito mais geral, procurei demonstrar, a partir dessas interfaces, até que ponto se pode afirmar que ocorrem processos de *esportificação* e *militarização* no que se refere especificamente a essa relação, ou a esse fenômeno mais recente, que produz e engendra o coletivo que denomino *atletas militares*, objeto dessa pesquisa, mas amparado em fontes históricas e “oficiais” (produzidas ou chanceladas pelas próprias instituições – governo, Ministérios, comitês, FFAA, federações etc.) que atestam a existência de correlações entre esporte e caserna, bem documentadas e de longa duração no tempo. Também fiz breve pesquisa de campo e entrevistas com *atletas militares*, que contribuíram de maneira significativa para o andamento dessa pesquisa.⁴

Assim, a partir desse conjunto de informações, procurei operar analiticamente com a noção de uma *pessoa híbrida*; isto é dizer que essa relação foi pensada ao longo da pesquisa na chave da constituição de uma *pessoa esportivo-militar*. De modo que a análise que aqui se encontra, mesmo quando incide sobre a chamada política esportiva nacional e o programa específico de incorporação de atletas de alto rendimento às FFAA, assume a concepção de que os processos de produção de *corpos* e *pessoas* podem oferecer indícios para a explicação desse fenômeno, isto é, do modo como esses “mundos” se relacionam.

* * *

No *Capítulo 1*, apresento brevemente os temas da pesquisa e as problemáticas por estes suscitadas, além de revisões de caráter sociohistórico acerca do esporte e sua concepção “moderna”, bem como uma abordagem teórica em torno de técnicas corporais, exercícios militares e representações coletivas nacionais. Para isso, amparado sobretudo em Elias e Dunning (1985), procurei destacar o contexto de formação dos “esportes modernos”, que remonta ao período da Revolução Industrial na Inglaterra (*subcapítulo 1.1*). Por mais que o fenômeno esportivo tenha se espreado por diferentes lugares e configurado formas diversas de apreciação e experimentação (como pode ser conferido, por exemplo, nas “matrizes futebolísticas” de Damo [2005]), o esporte como prática regrada e institucionalizada,

³ A propósito, embora o gesto tenha ganhado maior destaque por ocasião dos Jogos Olímpicos Rio-2016, há registros de *atletas militares* brasileiros prestando continência em eventos anteriores, como, por exemplo, nos Jogos Pan-Americanos de Toronto (Canadá) em 2015. Para efeitos ilustrativos, ver imagens reproduzidas no *Anexo A*.

⁴ Agradeço a esses atletas pelas interlocuções estabelecidas em campo e ao longo da pesquisa.

entendido como “competitivo”, tem sua origem nesse contexto “moderno” de que tratam os autores; este é o esporte que comumente se conhece e se faz referência, e, o mais significativo aqui, é o “esporte” praticado por meus interlocutores. No subcapítulo seguinte (1.2), apresento uma revisão teórica das técnicas corporais de Mauss (2003a) e sua importância para se pensar uma antropologia em torno de nossas próprias práticas e representações, incluídas aí noções sobre as pedagogias corporais, os esportes competitivos e os nacionalismos modernos (TOLEDO, 2001). E, ao final do capítulo (*subcapítulo 1.3*), uma primeira comparação acerca dos regimes esportivos e militares a partir das chamadas “práticas corporificadas” (GUEDES, 2011).

No **Capítulo 2**, abordo o que se poderia denominar “sistema esportivo nacional”, apresentando um esboço de composição dos “tipos” e “lugares” de produção de atletas de alto rendimento (*subcapítulo 2.1*), com destaque para a formação de atletas para o “esporte de representação nacional” (GUIRRA, 2014), isto é, que integram equipes nacionais e estão inseridos no circuito das grandes competições esportivas de suas respectivas modalidades. No *subcapítulo 2.2*, trato da relação histórica observada entre educação física, esporte e Forças Armadas no Brasil, além de apresentar uma definição de “esportes militares” e o lugar que estes ocupariam no contexto mais geral dos esportes e competições esportivas. No subcapítulo seguinte (2.3), apresento um esforço de definição terminológica, a fim de evitar confusões e auferir, talvez, algum poder de síntese; nesse sentido, traço alguns “perfis” e explico brevemente o que compreendo por *atleta militar* e *militar atleta* e os porquês, além de especular sobre possíveis variações do “modelo” e “lugares de transição” entre uma categoria e outra. Por fim (*subcapítulo 2.4*), algumas informações sobre a gestão da política esportiva nacional em tempos mais recentes (a partir de 2003, mais precisamente, quando a pasta do Esporte adquire *status* de Ministério), as entidades responsáveis pelos programas, os planejamentos elaborados, os investimentos feitos etc.; e um apanhado sobre os grandes eventos esportivos que tiveram lugar no Brasil (dos Jogos Pan-americanos em 2007 aos Jogos Olímpicos em 2016), período chamado por alguns pesquisadores de “década esportiva” (SPAGGIARI; MACHADO; GIGLIO, 2016).

No **Capítulo 3**, apresenta-se em maiores detalhes o *Programa Atletas de Alto Rendimento* (PAAR) e seu lugar no âmbito das políticas públicas para o “esporte de representação nacional”. Trata-se do programa principal de fomento a atletas de alto rendimento no país, estabelecido numa parceria entre os Ministérios da Defesa e do Esporte. Este é o programa que incorpora atletas “civis” às Forças Armadas; a origem, se poderia dizer, dos *atletas militares*. Para além desse contexto mais institucional, menciono também os

últimos resultados obtidos pela delegação brasileira no circuito das grandes competições esportivas, como os Jogos Mundiais Militares Rio-2011 e os Jogos Olímpicos Rio-2016, que de alguma forma atestam o rápido êxito obtido pelo PAAR (uma vez que o programa foi criado em 2008 e os resultados mais imediatos são bastante significativos). Além disso, apresento um panorama mais amplo das políticas esportivas no país, as estruturas, equipamentos, as formas de financiamento etc. (*subcapítulo 3.1*), numa tentativa de demonstrar, através de informações inclusive de caráter mais “técnico”, o que atletas de alto rendimento necessitam efetivamente em termos materiais para sustentar cotidianamente suas carreiras esportivas.

O *Capítulo 4* é inteiramente dedicado ao itinerário da pesquisa de campo: relatos de primeira e segunda mãos, descrições dos lugares, impressões, entraves, especulações, estratégias empreendidas, além de apresentar brevemente a concepção de “etnografia” aqui adotada. É preciso dizer que o acesso a clubes esportivos, funcionários, instituições militares e atletas foi bastante restrito, o que tratei de registrar analiticamente a partir não apenas dessas limitações mas também amparado em experiências de terceiros. Por exemplo: apoiei-me em relatos de pesquisa de campo em antropologia dos militares (CASTRO; LEIRNER, 2009) para tentar compreender os motivos pelos quais não consegui sequer uma interlocução via *e-mail* com a Comissão de Desportos do Exército (CDE), seção responsável pelo PAAR, à época chefiada por um Major (*subcapítulo 4.1.1*). E as dificuldades de acesso à clubes esportivos privados, instituições, em tese, mais abertas, não foram menores. Isso foi importante para orientar novos rumos e possíveis estratégias. Essas interlocuções (ou tentativas de interlocução) permitiram observar que, mesmo quando fora de organizações militares, a lógica hierárquica que as caracteriza produz como efeito extensivo um “englobamento do contrário” (DUMONT, 2008), e veremos adiante como a “oposição fundamental” que é feita a partir da caserna estabelece a figura do “paisano” como o seu contrário (CASTRO, 2004). Nesse sentido, atletas, treinadores, funcionários de clubes e o próprio pesquisador acabam por ser “englobados” nessa lógica que, como se verá, opera substantivamente pela “disciplina”, elemento fundamental para a operação da cadeia hierárquica de comando. Também descrevo minhas breves visitas ao Esporte Clube Pinheiros (*subcapítulo 4.1.2*), as idas e vindas de uma interlocução entre o pesquisador e essa instituição, além de informações obtidas em conversas e observações. E, por fim, outras tentativas de contato que malograram (*subcapítulo 4.1.3*) e o modo como isso resultou numa outra forma de aproximação com aqueles que, no meu entendimento, seriam os principais interlocutores dessa pesquisa: uma vez que o caminho mais “burocrático”, por assim dizer, se

mostrava dificultoso, busquei estabelecer contatos individualmente a fim de conduzir entrevistas com os *atletas militares*; algumas das falas foram muito importantes e encontram-se citadas em fragmentos pelo texto, conforme a pertinência.

Se os capítulos até aqui estão dedicados mais a contextos, descrições e informações de caráter mais “elementar”, por assim dizer, além das problemáticas metodológicas que emergiram ao longo da pesquisa, no **Capítulo 5** situa-se uma análise mais detida do “ser” *atleta militar*, de aspectos que poderiam caracterizar e definir uma carreira esportiva e, especificamente falando, essa carreira que, pela incorporação de atletas de alto rendimento às FFAA, coloca em conjunção elementos dos “mundos” esportivo (civil, “paisano”) e militar. Nesse ponto, mobilizo discursos diversos (de *atletas militares*, funcionários de clubes, oficiais das FFAA) e alguma teoria antropológica em busca da apreensão que se faz entre estes dos “regimes de produção” do corpo disciplinado e dos “valores” que permeiam o esporte e a caserna. Embora o foco tenha se voltado a aspectos mais rotineiros da carreira esportiva (presentes no *subcapítulo 5.1*), a *noção de pessoa* aqui foi importante para comparar e mensurar o quanto se incorporava e o que se preservava destes “mundos” que, se a princípio se configuram em sincronia, apresentam contrastes e diferenças quando colocados na temporalidade e imersão de suas carreiras profissionais (*subcapítulo 5.2*). Assim, coloca-se em questão a concepção de uma *pessoa híbrida*, uma *pessoa esportivo-militar*.

No **Capítulo 6**, trato dos processos de *esportificação* e *militarização* nesse cenário em que Defesa e Esporte se associam na gestão do “esporte de representação nacional”. Uma espécie de “propaganda de guerra” pode ser observada por parte das FFAA, a qual tem relação com a própria lógica operacional da caserna (LEIRNER, 2001). Dessa maneira, apresento uma descrição do “sistema” de comunicação social das FFAA (do Exército, especificamente), seus modos de operação e a forma como este se encontra integrado à cadeia hierárquica de comando, expandindo-se para o exterior a partir da caserna (*subcapítulo 6.1*). Em seguida, no *subcapítulo 6.2*, trato do modo como *atletas militares* mobilizam as noções de “hierarquia” e “disciplina” e se, de fato, poderiam ser considerados como pertencentes a este “grupo” (isto é, como militares e não “paisanos”, uma vez que, neste caso, não pode haver ambiguidade, a não ser que se evoque a noção de “liminaridade”); sobre esse ponto, apresento alguns relatos de militares “nativos” sobre o assunto, revelando algumas percepções internas sobre a incorporação de atletas de alto rendimento às FFAA. Por fim, algumas considerações sobre o PAAR e o “ciclo esportivo” que informa o seu contexto de origem, e se haveria de fato processos de *esportificação* das FFAA, por meio do fomento a atletas e participação na gestão da política esportiva nacional, e de *militarização* de atletas,

que absorveriam os “valores” da caserna e se converteriam em militares; isto é, *atletas militares* no sentido estrito do termo.

CAPÍTULO 1. TEMAS DA PESQUISA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Para estabelecer a análise antropológica proposta, pautada em etnografia de atletas incorporados a um programa militar de incentivo ao esporte nacional, os chamados *atletas militares*, antes, é preciso falar, ainda que de maneira breve e geral, sobre a constituição dos esportes ditos modernos, para que se torne apreensível a formação de um contexto no qual pudesse emergir a figura de um atleta de “alto rendimento”, de “alta performance”, de “ponta” (as definições podem ser várias e não serão aqui esmiuçadas). Para isso, tomei como ponto de partida os tratamentos teórico-analíticos que estes, os “esportes”, receberam por parte de uma literatura sociohistórica e antropológica.⁵ Adiante, em busca de indícios acerca das correlações entre os fenômenos a serem abordados e suas conformações, também foram objeto de análise os processos de *esportificação* ocorridos no interior das Forças Armadas do Brasil, que não ficaram imunes às influências estrangeiras, isto é, advindas de outras tradições nacionais, principalmente a francesa, que participou diretamente de nossa formação militar através de “missões” que aqui estiveram oferecendo instruções no período entreguerras (CASTRO, 1997). A propósito, foi nesse intervalo que o Brasil conquistou sua primeira medalha olímpica de ouro, nos Jogos da Antuérpia (Bélgica), em 1920, não por acaso pelas mãos de um tenente do Exército, Guilherme Paraense (FRANCESCHI WACKER, 1999, p. 83), que também atuou por clubes cariocas como Fluminense e São Cristóvão.

Assim que, numa definição de “esporte”, no sentido moderno ao mesmo atribuído, deve-se levar em consideração, por exemplo, continuidades e discontinuidades em relação aos “jogos” e “brincadeiras”, estes de caráter mais lúdico, bem como as codificações e regulações que viriam a modular o fenômeno esportivo. Nesse ponto, cabe registrar crítica feita por Guedes (2010), que reclama a necessidade de estabelecer contrapontos a essa ampla teoria sociohistórica da gênese dos esportes:

A ausência desta perspectiva comparativa e da relativização de significados é, sem dúvida, um dos problemas de uma das mais utilizadas definições de esporte na antropologia brasileira, a de Norbert Elias. Tomada, inúmeras vezes, erroneamente, como concepção autônoma no amplo e coeso quadro teórico proposto pelo autor, só adquire seu pleno sentido, entretanto, quando

⁵ Principalmente a partir dos escritos de Elias e Dunning (1985), cujas investigações remontam ao contexto esportivo europeu desde pelo menos o século XVIII, o qual viria a influenciar a constituição e posteriormente a difusão dos “esportes” mais ou menos como atualmente são conhecidos e concebidos, sobretudo nas sociedades ditas ocidentais modernas.

considerada no interior de sua tese sobre o “processo civilizador”. (GUEDES, 2010, n. p.)

Entretanto, embora subscreva tais ressalvas e reconheça a existência de diferentes “matrizes esportivas”, defendo aqui o uso destas mesmas categorias propostas por Elias (e Dunning) por considerar que o “esporte” de que trato, este praticado por meus interlocutores, encontra sua origem justamente nesse contexto de “modernização” e “civilização dos costumes”, posteriormente difundido em escala mundial a partir da Europa (Inglaterra, principalmente); em suma, trato dos esportes “modernos” ditos competitivos, regulamentados, controlados, institucionalizados. Além disso, no caso dessa pesquisa, também é preciso observar sua incorporação na caserna através de processos de *esportificação* de exercícios físicos e técnicas militares, estes mais associados à educação física, à noção do gesto corporal disciplinado, atentando ainda para as correlações aludidas na literatura antropológica entre esporte e guerra (quase sempre permeadas por um conceito de “nação”), isto é, entre práticas corporais/corporificadas, esportivas, atléticas e um *ethos* guerreiro (COSTA, 2013; PIRES, 2018) e nacionalista. A partir desse repertório é que se pode estabelecer um terreno minimamente fértil e consistente para proceder à análise da problemática aqui proposta, a qual incide diretamente sobre as relações recíprocas, os regimes de troca histórica e empiricamente verificáveis, entre os “mundos” esportivo e militar.

Inicialmente, em busca de um princípio comum básico entre as rotinas observadas no esporte e na caserna, procurei arrimo em análises que partiram do entendimento de que ambas operariam por meio de “práticas corporificadas” (GUEDES, 2011),⁶ que afetariam e, no limite, produziriam atletas e militares por meio de “identidades incorporadas”; isto é dizer que, para além de, ou a partir de uma moralidade de caráter disciplinar, o que se encontra de maneira destacada é a centralidade do *corpo* e sua fabricação (MAUSS, 2003; SILVA, 1999; FONTANA, 2001; GASTALDO, 2001), por mim investigada no contexto mais específico dos atletas vinculados ao citado programa militar de incentivo ao “esporte de representação nacional”, o *Programa Atletas de Alto Rendimento* (PAAR). Assim que, antes, foi preciso falar sobre o que se poderia denominar “sistema esportivo nacional”, que comportaria essas relações, num esforço de tornar de algum modo mais visível suas tramas e a atuação dos agentes constituintes desse cenário ao longo dos tempos, para então, enfim, partir para a

⁶ Conforme observa a autora citada para a relação entre práticas corporais esportificadas e outras não necessariamente esportificadas, como a dança (o tango e o samba aparecem como exemplos); nesse sentido, a ginástica, a educação física e os exercícios militares também poderiam ser incluídos nessa categoria.

relação estabelecida mais recentemente entre militares e esportes no Brasil e, mais especificamente, proceder à etnografia dos chamados *atletas militares*, para que, nesse enredamento, possam ser melhor descritos e, assim, analisados.

1.1 A constituição dos esportes modernos

No século XVIII, as profundas transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial na Inglaterra contribuíram para o surgimento do esporte moderno. [...] diversas atividades, originalmente relacionadas aos exércitos e às guerras, que tinham o objetivo de aprimorar e desenvolver a força física dos soldados, foram sendo transformadas em prática desportiva para civis, com ações bélicas passando a ser realizadas de forma simbólica.⁷

Elias e Dunning (1985) publicaram estudo sociológico e histórico seminal no que se refere à constituição dita moderna dos esportes nas sociedades ocidentais; trata-se de *A busca da excitação*, um compilado de artigos que é fruto de longos anos de estudos sistemáticos sobre o assunto. Certamente não foram os primeiros a tratar de “esportes” e “jogos” nas suas interfaces sociais e culturais,⁸ mas trouxeram contribuições fundamentais para o debate acerca do fenômeno esportivo, boa parte delas em função de um diferencial metodológico: suas análises têm como característica a verificação dos processos desde a sua sociogênese/psicogênese e desenvolvimento histórico, numa perspectiva pelos autores denominada “configuracional” (TOLEDO, 2001). Nesse sentido, não haveria apenas uma causa determinante do fenômeno investigado, mas várias que concorreriam para um mesmo efeito, isto é, para a conformação de determinado fenômeno social, cujas configurações políticas, econômicas, culturais etc. estariam relacionadas por “cadeias de interdependência”.

À luz desta breve definição acerca do método e modelo de análise adotado pelos autores, pode-se dizer que, mais que tratar do surgimento dos “esportes modernos”, a obra trata da “gênese do esporte” como problema sociológico,⁹ nos seus aspectos de seriedade e normatividade (em contraposição ao lazer, às brincadeiras e jogos de azar), com a instituição de regras bem definidas e do caráter competitivo, características estas que emergiram e se consolidaram, mais amplamente, com o advento da modernidade no ocidente.

⁷ Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://jogosmilitares.defesa.gov.br/institucional-top/defesa-e-esporte-2>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

⁸ Vide as conhecidas obras *Homo Ludens*, de Huizinga [1938] (1993) e *Os jogos e os homens*, de Caillois [1958] (1991), ou ainda o artigo *O que é o esporte?* [1961] (2009), de Roland Barthes, referências para uma sociologia e história dos esportes, jogos, brincadeiras e do lazer.

⁹ A esse respeito, ver especialmente o Capítulo III de *A busca da excitação* (ELIAS; DUNNING, 1985).

O que caracteriza por excelência [os esportes do final do século XIX] é a pressão dos desempenhos contra o rigor do cronômetro, a circunscrição precisa do espaço da ação, a definição de regras fixas e padrões de arbitragem e sua institucionalização [...]. Desempenhos medidos na linguagem abstrata dos números, desenvolvidos num espaço abstrato, num tempo padronizado [...] meticulosamente normatizado. (SEVCENKO, 1994, p. 32 *apud* NEGREIROS, 2009, p. 316)

Num contexto de intensos processos de transformação observados nas sociedades ocidentais (europeias), sobretudo a partir do século XVIII, no sentido de sua urbanização, industrialização, crescimento demográfico e conseqüente acirramento dos conflitos sociais, é que puderam emergir, segundo esses autores, as condições para o surgimento do fenômeno esportivo tal como conhecemos. O ritmo acelerado da “vida moderna” (e seu *ethos* individualista) não apenas favoreceu a gênese de conceitos como “tempo livre” e “lazer”, em contraposição ao trabalho urbano fabril e à seriedade da vida cotidiana nas cidades, como também, nessa esfera, a transformação dos “jogos” e “brincadeiras” em atividades regradas e bem circunscritas, culminando nos “esportes” mais ou menos como concebidos contemporaneamente. De acordo com Toledo (2016):

[...] os esportes só prosperaram e assumiram tamanha importância porque foram, entre tantas atividades lúdicas, aquelas que melhor traduziram o *ethos* fortemente assentado nas noções de igualdade, meritocracia e competitividade tão impregnadas aos valores morais e políticos necessários à produção das tensões que alicerçaram as sociedades ocidentais. (TOLEDO, 2016, p. 35)

De acordo com Negreiros (2009, p. 316), “o ritmo incessante das máquinas precisava de corpos sincronizados a elas, assim como eram bem-vindos os homens dispostos à competição”. Evidentemente, este não foi um processo linear, nem pautado por descontinuidades entre os jogos/brincadeiras e os esportes, ou entre práticas lúdicas e competitivas. Destaque-se também o modo como esses processos estão, segundo Elias e Dunning (1985), necessariamente imbricados com as transformações pelas quais passavam essas sociedades, que se constituíam enquanto “modernas”, cujos efeitos e reverberações, refletidos na ampla difusão dos esportes e competições esportivas em escala mundial, podem ser percebidos até os dias atuais nas sociedades ditas ocidentais modernas e nas representações que sobre elas incidem.

Para os autores, esses fenômenos estariam atrelados ao que Elias (1994) irá denominar “processo civilizador”, que canalizaria a violência e os conflitos sociais emergentes dos processos de modernização por meio de uma “parlamentarização da vida pública”, que se configuraria na “criação das mediações institucionais reguladoras, por um lado, e autocontrole individual na resolução dos conflitos, por outro, em qualquer instância da vida social, seja no âmbito da política, seja no âmbito dos costumes, dos jogos e dos divertimentos” (TOLEDO, 2001, p. 141). Desse modo, os autores demonstraram em *A busca da excitação* como esse conjunto de fatores favoreceu a criação de formas agonísticas e miméticas de produzir tensão e excitação, regidas por regras impessoais, culminando em processos de *esportificação* de atividades outrora relacionadas à violência, à falta de ordenamento e aos impulsos desenfreados daquelas sociedades em franca expansão. O chamado “processo civilizador” engendraria, portanto, uma domesticação e controle dos costumes e impulsos e estabeleceria normas comuns a todo o conjunto da sociedade, o que por sua vez contribuiria para que “jogos” e divertimentos da época, de caráter mais lúdico e “desordenado”, por assim dizer, se transformassem em “esportes” circunscritos a determinadas regras, tempos e espaços.

A criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, e da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), em 1904, fazem parte desse contexto. Tais entidades tiveram papel fundamental na estruturação e universalização das regras esportivas na esfera das disputas entre equipes nacionais (GIGLIO, 2016), isto é, dos confrontos metafóricos entre nacionalismos emergentes e as identificações que se conformavam ao longo dos processos de modernização pelos quais passavam essas sociedades, contribuindo assim para a difusão e consolidação dos esportes em escala mundial:

A estruturação das regras solidificou uma nova condição no campo esportivo: as competições internacionais. Foi por meio das competições internacionais, no caso das seleções dos países, que se gerou uma forma possível de confronto entre as nações [...] por meio da estruturação das federações começaram a acontecer as disputas entre as nações, que, por sua vez, colocavam em confronto elementos de identificação nacional, tais como as bandeiras, os hinos e os uniformes que representavam as cores nacionais. Esses elementos se manifestavam quando os países participavam de uma competição internacional. (GIGLIO, 2016, p. 87)

De modo que a mimetização dos conflitos sob a forma dos “esportes” é elevada a outro nível e escala: na esteira das conformações dos nacionalismos modernos, do

fortalecimento de vínculos de pertencimento (o que pode envolver território, língua, etnia, parentesco, religião etc.), de compartilhamento de informações e experiências no âmbito de comunidades nacionais,¹⁰ os conflitos internamente regulados e controlados voltam-se para o exterior, de modo que os esportes logo emergiriam como metáfora da guerra entre nações, reproduzindo sua lógica nos confrontos esportivos entre os países e seus atletas representantes¹¹ e, de certa maneira, criando engajamento através desse modelo agonístico e mimético, cuja eficácia pode ser atestada pela própria reprodução desse “modelo” até os dias atuais nas grandes competições internacionais. Nesse sentido, pode-se dizer que, mais que uma correspondência, há uma relação vital entre a estruturação do fenômeno esportivo moderno e os confrontos entre países/nações em circuitos competitivos institucionalizados. É este o embrião dos “esportes modernos” tal qual conhecemos, com seus códigos “universais” e a conformação do que se poderia denominar uma “cultura esportiva moderna”.

1.2 Técnicas corporais e representações coletivas

Como se pode notar por essa breve incursão, os esportes estariam ligados a um contexto de expansão das sociedades ditas modernas, o que engendraria processos de nacionalização, de conformação de um *ethos* nacional, e nisso se poderia incluir também uma política de produção e domesticação de corpos, retos e ordenados como metáfora da nação, disciplinados, úteis, vigorosos, ativos; “corpos dóceis”, se poderia dizer, à luz de Foucault (1987; 2008). E as formações dos “exércitos modernos” (LEIRNER, 2001), que remontam ao século XVII, mas que encontram seu período de consolidação junto aos Estados nacionais na passagem do século XIX para o XX, constituem parte importante desses processos. Não à toa, período também de institucionalização da ginástica, da educação física e dos esportes. E é da observação destas correlações entre as práticas corporais e a formação dessas sociedades que pode emergir análises em torno das chamadas “práticas corporificadas” e o modo como estas se estabelecem coletivamente, fenômeno investigado, por exemplo, por Mauss (2003a) ainda na primeira metade do século XX.

¹⁰ “Comunidades imaginadas”, segundo conhecida definição de Anderson (1989), para quem o imaginário nacionalista, ao transcender o materialismo, permite pensar o “homem-no-cosmos”.

¹¹ Como afirma Damo (2012, p. 55): “Com as equipes formadas por atletas recrutados entre os cidadãos natos (ou naturalizados), uma importante condição de verossimilhança com a guerra é cumprida, razão pela qual as seleções suscitam o mesmo referencial simbólico – o que equivale, em certos casos, a séculos de tradições”.

Conforme mencionado anteriormente, verifica-se na investigação dos temas esportivos e militares uma centralidade e transversalidade teórico-metodológica do corpo. De acordo com Pires (2014, p. 215), “[...] as relações entre indivíduo e grupo perpassam pelo uso rigoroso do corpo [...] tais usos são transmitidos através de uma educação específica, variante de sociedade para sociedade, geradora de conscientes”. Em termos de metodologia de pesquisa, a ubiquidade do corpo cumpre aqui a função de operar como ponto nodal que faz conectar o campo e a escrita no fazer etnográfico, que é também teórico, percepção esta evocada a partir de Peirano (2014), Strathern (2014) e Lima (2013), e que será adiante retomada. E, se a prática esportiva, tal como a instrução militar, requer a aplicação e performance de exercícios corporais, é preciso verificar seus aspectos de formação e aprendizado individuais e coletivos e as representações que podem incidir sobre essas “práticas corporificadas”. Se, por um lado, Mauss, tal como Elias, decalca as antinomias indivíduo/sociedade e natureza/cultura no seu modelo biopsicossocial, por outro lado, certamente, contribuiu à sua época para uma apercepção de que nossos próprios corpos e experiências (isto é, nossa própria “cultura” e “sociedade”) deveriam passar pelo escrutínio da observação antropológica. Essa é a noção que procuro apreender deste autor ao voltar o olhar para o fenômeno esportivo moderno.

Mauss, como se sabe, foi pioneiro no campo sociológico e antropológico ao atentar para as minúcias e especificidades dos gestos e movimentos corporais, que cotidianamente passariam quase despercebidos, e para as potencialidades de se pensar o corpo e suas técnicas não somente como dados da “natureza”, mas como algo derivado de uma experiência que é eminentemente social, no seu seminal *As técnicas do corpo* [1938] (2003a). Tal centralidade do corpo deve-se à sua concepção de que este seria não apenas *locus* do aprendizado de técnicas; mais que isso, seria o primeiro artefato/instrumento técnico humano.

Por “técnicas do corpo” o autor compreende “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, sabem servir-se de seu corpo” (MAUSS, 2003a, p. 401), afirmando ainda que “convém proceder do concreto ao abstrato, não inversamente” (IDEM). Para isso, procurou observar suas próprias experiências na sociedade de seu tempo e, assim, pode-se dizer que Mauss antecipou o que seria uma “etnografia do centro”,¹² ou, como afirma Toledo (2001, p. 133), “até mesmo um programa refinado de uma antropologia das práticas corporais e esportivas [...]”. Afinal, mais que objeto de análise, o corpo se apresentaria também como método e *locus* da observação empírica. Desse modo, depreende-se do autor a noção de que é

¹² Para uma referência mais recente sobre o assunto, ver *Por uma Antropologia do Centro*, de Latour (2004).

preciso examinar os contextos de conformação das práticas, relações e concepções que caracterizam aquilo que se denomina “modernidade” desde o seu interior.

A partir de tais observações, Mauss irá mostrar que as técnicas corporais resultam de aprendizados individuais e coletivos, devedores de contextos biopsicossociais, os quais incidem sobre os corpos. O autor cita como exemplo as técnicas de nado, que ele próprio aprendeu de uma maneira e as viu transformadas no tempo de sua própria vida, assim como as diferentes técnicas de marcha e corrida observadas entre militares ingleses e franceses em tempos de guerra (MAUSS, 2003a, p. 403). O *lócus* desta que seria uma busca por eficácia, pelo melhor resultado ou rendimento, é o corpo; trata-se, portanto, de técnicas corporais que procurariam operar a sua produção eficaz em diferentes contextos. Se, para Elias, é a sociedade regulada, controlada, “civilizada”, que permite o desenvolvimento da prática esportiva, para Mauss pode-se dizer que é o “corpo técnico eficaz” que engendra esse processo.¹³ A partir das observações de Mauss acerca do corpo como “artefato” e suas técnicas dotadas de eficácia, atreladas às experiências coletivas, uma antropologia voltada para as práticas esportivas modernas torna-se factível. E, ainda, uma antropologia das instruções e exercícios militares pelo viés das “práticas corporificadas” (e não somente das “representações simbólicas”).

Importante destacar que a *noção de pessoa* advinda deste autor (MAUSS, 2003b), que a toma por “categoria do espírito humano”, se faz útil no contexto dessa pesquisa apenas como ferramenta analítica para se pensar um conjunto de relações que se estabelecem não apenas na escala de “sociedades” ou “grupos de sociedades”, mas em “subgrupos” e seus componentes, nas suas mais diversas configurações; uma perspectiva menos teórica, portanto, e mais etnográfica, da *noção de pessoa* (até como uma tentativa de não decalcar as antinomias implicadas nessa noção, tais como “corpo” e “alma”, “indivíduo” e “sociedade”, “cotidiano” e “ritual”, “fato” e “representação” etc.). Esse seria o caso dos *atletas militares* tomados aqui por objeto, que ocupariam uma posição ambígua ou “liminar”.

Aparentemente, seria tarefa mais simples circunscrever uma *noção de pessoa* para militares, dado seu caráter “corporativo”, no sentido de uma organização que opera estruturalmente como um “corpo” (CASTRO, 2004; LEIRNER, 2001), do que estipular denominadores comuns para atletas, que podem ser de clubes e modalidades diversas e possuir distintos biotipos e regimes de treinamento, para mencionar alguns aspectos que

¹³ Importante destacar que, para ambos, estes fatores estariam atrelados ao social, seja por “cadeias de interdependência”, na sociologia (ou psicologia social/histórica) de Elias, ou no “fato social total” de Mauss, numa sociologia/antropologia ainda com resquícios natural-funcionalistas, por assim dizer.

concorreriam para a constituição de uma *pessoa esportiva*. E, os atletas que carregam como característica o fato de estarem incorporados ao “mundo” militar, conformando um “grupo” à parte (nunca fechado, sempre em relação) e constituindo, quiçá, uma noção de *pessoa esportivo-militar*, demarcam essa interface que norteia a análise aqui empreendida, que tem como suporte os próprios *atletas militares*.

1.3 Dos exercícios e técnicas militares e sua “corporificação”

Conforme dito acima, observou-se um enredamento entre aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais etc. na constituição dessas sociedades ditas ocidentais modernas e, com isso, a formação de *ethos* nacionais diferenciados entre si, mas com características comuns. Vimos em Mauss (2003a) o princípio de que a sociedade inscreve-se sobre os corpos, e que a produção de um “corpo” (físico e psíquico) e um “espírito” (social) estariam intrinsecamente relacionados. E uma das mais significativas e produtivas relações que emergem nesse contexto de modernização é aquela estabelecida entre as práticas corporais/corporificadas e a constituição dos nacionalismos. A formação dos “exércitos modernos” ou “exércitos nacionais” (LEIRNER, 2001) estaria implicada nesse processo, afinal, “é com o corpo e por meio dele que o militar aprende o que é a guerra [...] O corpo torna-se o primeiro instrumento que o militar aprende a fazer uso” (PIRES, 2018, p. 93). Mediante isso, se poderia dizer, portanto, que há uma relação intrínseca entre a fabricação do corpo (não à toa nestes meios se fala em “corporação”)¹⁴ e a produção de uma *pessoa militar*, estruturada em termos de uma identificação e pertencimento ao coletivo que se daria em contraposição a uma radical alteridade, ou àquilo que seria a sua personificação; esta é representada pela figura do “paisano” (CASTRO, 2004).

Entretanto, o “paisano”,¹⁵ categoria nativa evocada na caserna para referir-se aos “civis”, por vezes de modo até pejorativo e depreciativo, não é propriamente um “inimigo”, já que não está inserido no “mundo” militar. O *modus operandi* com relação ao inimigo (real

¹⁴ Sobre esta característica do Exército, Leirner (2001, pp. 102-103) diz que “trata-se não só de instituição moldada à forma ideal de um ‘corpo’, mas, sobretudo, de uma instituição que molda os corpos de seus indivíduos à sua forma”.

¹⁵ “Paisano” pode também referir-se a militares quando não estão fardados; nesse caso, diz-se que estão “à paisana”. Mas, como se verá, “[...] existem atributos físicos e morais que distinguem e tornam reconhecíveis os militares mesmo quando não estão usando farda, a marca mais visível da corporação” (CASTRO, 2004, p. 41). Pode-se dizer que a condição de militar é permanente na vida de um indivíduo que integra a corporação, e seu corpo carrega marcas e sinais que são reconhecíveis mesmo quando não encontra-se fardado ou no ambiente da caserna. Conforme destaca Foucault (1987, p. 117): “O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe [...]”. Em síntese, *ser* militar significa encarnar uma instituição na sua totalidade.

ou potencial) ocorre mais por um processo de “imitação”, de “espelhamento estrutural” das ações de outros “exércitos nacionais” (LEIRNER, 2001). Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista dos militares (ou, se se quiser, na “cosmologia castrense”), o “paisano” seria uma espécie de “oposição externa”, fundada na divisão paisano/militar, que delimita quem é ou não militar, isto é, quem pode ou não compartilhar do regime interno e seus códigos, enquanto o “inimigo” seria a “oposição interna”, fundada na divisão inimigo/aliado, que localiza posições e relações entre exércitos no chamado “sistema da guerra”, um sistema generalizado de “trocas” entre os exércitos nacionais modernos (IDEM).

Com “doutrinas” e organizações bastante semelhantes entre seus tipos nacionais, reforçados pela lógica da “imitação”/“espelhamento”, os exércitos modernos então se pautariam principalmente pelo princípio da “hierarquia”, que rege as relações internas e externas à caserna e estabelece classificações, isto é, o lugar de cada militar dentro e fora da corporação, e o lugar de cada exército no plano sistêmico e generalizado da guerra. É preciso atentar para o modo como essas relações são regidas por um princípio hierárquico que, conforme a análise de Dumont (2008), opera pelo “englobamento do contrário”, de modo que mesmo aqueles que não estão necessariamente subordinados à hierarquia militar podem ser arregimentados por essa lógica e, conseqüentemente, ocupar um lugar nesse regime classificatório “englobante”; este ponto será fundamental para a compreensão dos entraves com os quais me deparei na pesquisa de campo, que serão à frente mencionados. Ainda sobre a hierarquia militar, Leirner (1997, p. 53, grifo no original) afirma que “ela não é somente relevante para o mundo *interno* da caserna, mas também determinante do modo pelo qual as relações com o mundo civil se estruturam”, e aqui se incluía antropólogos/pesquisadores. E, em outro lugar e momento, o mesmo autor afirma que, nesse sistema generalizado de trocas, “as variáveis mudam, as relações permanecem” (LEIRNER, 2001, p. 90).¹⁶

Este princípio lógico da hierarquia, por sua vez, se torna fato substantivo através da “disciplina” (pode-se dizer que a disciplina dá “corpo” à hierarquia e imprime dinâmica às suas relações de troca), a qual incide diretamente sobre os corpos e as condutas, porém não como poder “político” (este que subjugaria indivíduos de modo quase “oculto” e “inconsciente”), mas como modulação constante e manifesta da *pessoa militar*; ou seja, pode-se dizer que seria esta, a “disciplina”, a “substância” da cadeia de comando que caracteriza e faz operar as organizações militares modernas (LEIRNER, 1997; 2001). É pela internalização

¹⁶ Note-se as influências advindas do estruturalismo francês (DUMONT, 2008; CLASTRES, 1980; 2012; LÉVI-STRAUSS, 1976; 2014), vertente que o autor em questão adota na citada tese, a qual avança sobre as teorias funcionalistas e estrutural-funcionalistas da guerra (vide Florestan Fernandes sobre os Tupinambá).

destes princípios, prescrições e/ou regras “elementares” que se fabrica, portanto, *pessoas militares*. E, nesse sentido, a “corporificação” de técnicas, instruções, exercícios e treinamentos físicos militares ocupa lugar central nessa modulação da *pessoa militar*, a qual é produzida também através do já mencionado regime de “trocas” entre exércitos nacionais partícipes deste “sistema da guerra”; pela lógica da “imitação”/“espelhamento”, portanto, num sistema hierárquico e “englobante” tanto no que se refere às relações entre militares e “paisanos” como àquelas entre organizações militares nacionais. Novamente, “as variáveis mudam, as relações permanecem” (IDEM, IBIDEM).

Isso fica evidente quando se analisa o caso brasileiro a partir de Castro (1997). O autor irá tratar da institucionalização da educação física entre os militares no Brasil e de seu espraiamento de modo sistematizado para estabelecimentos civis de ensino, além da relação deste programa de instrução física com concepções de “defesa nacional” e a ideia de adaptação a um “temperamento brasileiro”. Castro (IDEM) traça um panorama histórico do Exército no Brasil desde o início do século XX, período a partir do qual se intensificaram processos de modernização e profissionalização de equipamentos e recursos humanos no interior da caserna, além da consolidação de sua organização e doutrina.¹⁷ Para contribuir nessa empreitada, contratou-se uma missão estrangeira:

Em termos doutrinários, organizacionais e de instrução, as principais alterações foram decorrentes das atividades da Missão Militar Francesa, que permaneceu no Brasil no período compreendido entre as duas guerras mundiais. [...] O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de “Nação em Armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola da nacionalidade” [...] Com isso, o Exército via-se diretamente ligado à *Nação*, entidade da qual, mais que guardião, era também formador. (CASTRO, 1997, pp. 2-3, grifo no original)

A educação física, nesse contexto, era ainda concebida como uma atividade essencialmente militar, diferentemente da concepção que se tem atualmente, de uma atividade voltada para a saúde, o lazer e o desporto (IDEM). Ainda no século XIX, “métodos nacionais” de ginástica e educação física foram desenvolvidos em países europeus, como Dinamarca, Suécia, Alemanha e França, difundidos através de manuais e aplicados nas escolas e institutos de ginástica e educação física fundados no período, de orientação militar e

¹⁷ Doutrina esta de caráter secular e positivista, incorporada através de mnemotécnicas e refletida em condutas, gestos, posturas e expressões por ela prescritos (LEIRNER, 2001).

de caráter nacionalista, tendo exercido influências recíprocas uns sobre os outros.¹⁸ Dizia-se à época que “é por meio do corpo que se educará o caráter e, a seguir, que se poderá formar uma nação. É por meio do corpo, de sua educação pela ginástica [...]” (SANT’ANNA, 2001, p. 107). Em estudo sobre a “arte” e a “ciência” do movimento, Soares (2009) afirma que: “Para além de uma prática, de uma técnica, de uma pedagogia, a ginástica foi uma *instituição* que alimentou ideias e ideais de educação republicana” (p. 135, grifo no original); afirma, ainda, que a ginástica “[...] enraíza a política nas coisas ordinárias da vida, na medida em que articula símbolos patrióticos e republicanos nas técnicas do corpo” (IDEM, p. 139), evidenciando uma concepção de corpo como “expressão de civilização” (IDEM, IBIDEM). Esta seria, de certo modo, a síntese da relação intrínseca observada entre *corpo* e *nação*, isto é, entre retidão corporal e espírito nacional, ou ainda entre a educação física e uma moralidade coletiva, relação esta que irá reverberar na formação dos “exércitos modernos”, na construção do corpo físico e psíquico do combatente, sob a égide da “disciplina” e da “hierarquia”. Nesse sentido, o corpo normatizado operaria como elemento central na constituição de *pessoas* no âmbito de uma coletividade, de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989).

Fontana (2001), em depoimento sobre sua própria experiência escolar, em um Brasil em processo de “modernização” e já tomado por influências europeias (pela mimetização de seus costumes, ao menos desde a segunda metade do século XIX, no afã de tornar-se uma nação “civilizada”), diz o que segue:

Por meio de um aprendizado continuado e sutil, gestos, ritmos, movimentos, cadências, disposição física, posturas e sentidos iam sendo inscritos em nossos corpos. Na escola, aprendíamos a olhar e a nos olhar, a modular a voz ao falar, a ouvir, a calar, a regular os movimentos do corpo. [...] A ginástica, institucionalizada a partir do século XIX como modelo de educação do corpo, apresentava-se no contexto escolar como um saber a ser assimilado e como uma técnica capaz de nos ensinar a adquirir forças, a armazená-las e usá-las adequadamente. [...] sua presença na escola era também articulada aos preceitos da moralidade, que apresentavam as aulas de Educação Física como meio adequado para a educação da vontade, uma vez que o aprendizado da submissão do corpo à norma possibilitava ao indivíduo tornar-se disciplinador de si mesmo. [...] “Mens sana in corpore sano” – balizadas por essa máxima, as aulas de Educação Física inscreviam em nós, alunos e alunas, um modo de conceber o corpo e de usá-lo,

¹⁸ Note-se aqui o “sistema da guerra” acima aludido, um sistema generalizado de “trocas” entre exércitos nacionais, operando de forma estrutural. As relações permanecem pautadas pelas lógicas da “imitação” e do “englobamento do contrário”.

fundados em uma ética e em uma estética da retidão. (FONTANA, 2001, pp. 43-44)

A respeito da educação física francesa, caso que nos afeta diretamente, Castro (1997) afirma que:

Durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada “corrente francesa” de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada por seu marcante “espírito militar”, inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios. (CASTRO, 1997, p. 4)

Seguindo essa orientação, formou-se na França, no início do século XX, uma comissão interministerial que elaborou e publicou, em 1904, um manual unificado de exercícios físicos para difusão nacional, que posteriormente recebeu complementos até chegar à sua versão definitiva em 1932, denominada *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*; em síntese, um método de educação física de orientação militar a ser aplicado para toda aquela nação.

No Brasil, com a chegada da Missão Militar Francesa, ocorrida logo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esse método sistematizado de educação física foi colocado em prática, adaptado ao “temperamento brasileiro” (como se dizia à época), com o título de Regulamento de Instrução Física Militar (aprovado em 1921), seguido da criação, por decreto, do Centro Militar de Educação Física (em 1922), com a finalidade de “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas” (IDEM, p. 5); este centro não chegou a ser instalado naquele momento, mas o “Método Francês”, uma vez implementado, continuou a ser tomado como referência para a educação física militar brasileira (IDEM). O *Règlement général d'éducation physique* foi traduzido para a língua portuguesa e publicado em 1930, mesmo ano em que o Centro Militar de Educação Física, enfim, passou a funcionar, na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, centro este que logo passaria a se chamar Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Nesse período, ao passo que se discutia a implementação obrigatória da educação física em todos os estabelecimentos de ensino do país (fossem eles militares ou não, públicos ou privados), falava-se também da formação de um Conselho Superior de Educação Física que centralizaria trabalhos de comissões técnicas especializadas compostas por militares, a fim de estabelecer definitivamente um “Método Nacional de Educação Física” (IDEM), em

substituição ao “Método Francês”, então utilizado de forma provisória e adaptada. Cumpre destacar que esses debates eram feitos nos âmbitos restritos do Ministério da Guerra (atual Ministério da Defesa) e do Exército Brasileiro, e não passaram sem controvérsias, inclusive internas aos meios castrenses, e contestações por parte de setores civis ligados à educação e ao ensino no Brasil, informações estas que constam das fontes documentais referenciadas em Castro (IDEM). As críticas de “civis” ligados à educação residiam principalmente no caráter considerado inapropriado da aplicação irrestrita de um método “marcadamente militar”, com “espírito e tendência militares” (IDEM, p. 8), para todo o conjunto da população, enquanto que militares, por sua vez, advogavam tratar-se de “princípios comuns racionais e científicos” (IDEM, p. 9), procurando assim justificar sua aplicação estendida para todo o “corpo da Nação”.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, como um lugar de produção de debates e proposição de projetos acerca da educação escolar brasileira, tinha a educação física e o desporto escolares como temas comuns de interesse com outras entidades de influência na época como o Club dos Bandeirantes do Brasil, a Associação Cristã de Moços e a Instituição Militar, todas de caráter positivista e nacionalista em alguma medida, com as quais a ABE mantinha estreitos vínculos (LINHALES, 2009). A autora ora citada caracteriza alguns segmentos da Instituição Militar, por exemplo, como “oficiais posicionados como uma espécie de ‘intelectualidade’ do Exército” (IDEM, p. 346), cujos debates se davam em torno principalmente da “participação da Educação Física e também do esporte em um projeto de defesa nacional” (IDEM, p. 348). Posteriormente, militares passaram a integrar a ABE como associados e dirigentes. Mediante esses espaços de circulação comum entre membros dessas entidades e associações (educadores, médicos, oficiais militares etc.), conjugam-se propostas em torno de intervenções institucionais de caráter pedagógico, sanitário, disciplinar, com o intuito de “domesticar” corpos. Sobre esse ponto, a autora citada menciona, por exemplo, as relações entre esporte, educação física e desígnios nacionalistas:

[...] torna-se pertinente afirmar que as apropriações da ABE sobre a escolarização do esporte se produziram em uma rede de trocas estabelecida de maneira interdependente com essas agremiações. Nessa rede, o tema em questão esteve também vinculado ao esforço de propor e coordenar um projeto cívico-nacionalista para a educação brasileira. (LINHALES, 2009, p. 348)

[...] Com seus códigos, gestos, tempos, espaços, vestimentas e outras alegorias modernas, o fenômeno esportivo foi gradativamente assumindo um lugar de relevo nesse projeto de educação do corpo, tanto para a escola como para fora dela. (LINHALES, 2009, p. 351)

Essas noções positivistas (expressas nas pedagogias “reformadas” das instituições médicas, religiosas, ginásticas, escolares, militares, as quais Foucault [1987, p. 120] iria definir segundo uma “anatomia política do detalhe”) e nacionalistas começavam a se consolidar no interior das Forças Armadas naquelas primeiras décadas do século XX, e encontraram terreno fértil no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), pautado, sobretudo, nos ideais de desenvolvimento econômico e integração nacional sob um regime político centralizado.¹⁹ O que se buscava, naquele momento, era então a “corporificação”, por parte da população, não apenas de instruções físicas advindas destas instituições (cujos métodos normativos buscavam inculcar “disciplina”), mas também de uma ideologia nacionalista, de um caráter “brasileiro”, através da difusão de forma compulsória da educação física de orientação militar para todos os estabelecimentos de ensino do país. Nesse sentido, Linhales (2009) afirma que “essa imagem corporal do civismo é imagem de corpos eficientemente ordenados a serviço do corpo-nação” (p. 356) e sugere olhar para “o civismo como mais uma metáfora da disciplina” (IDEM).

Não obstante, o projeto de criação de um “Método Nacional”, inspirado no modelo francês, acabou por ser deixado de lado com o fim desse regime político²⁰ (CASTRO, 1997, p. 20), abrindo espaço para a introdução de novos métodos de ginástica e educação física, advindos de outras “escolas”, “correntes” e “tradições” nacionais, compondo “métodos ecléticos”. Entretanto, certos princípios tomados como científicos (isto é, da ciência à época e suas proposições) permaneceram com força na caserna, que evidentemente não perdeu seu caráter disciplinar e representativo da nação, constitutivos de sua própria razão de ser; ao contrário, estes princípios, de cunho positivista, serviram para reforçar essas características presentes nos “exércitos modernos”.

Se pensarmos nas trocas recíprocas feitas entre militares franceses e brasileiros nesse período, bem como os intercâmbios feitos por militares brasileiros em escolas militares de educação física de países vizinhos, como Argentina, Uruguai e Paraguai (que não

¹⁹ Não cabe aqui adentrar nas considerações de caráter histórico que incidem sobre esse período conhecido como Era Vargas, convencionalmente repartido em três fases: provisória (1930-1934), constitucional (1934-1937) e autoritária (1937-1945), esta última conhecida como Estado Novo.

²⁰ Não por acaso, o fim da chamada Era Vargas, em 1945, coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período de reordenamento das relações políticas no âmbito dos Estados nacionais.

necessariamente adotavam métodos próprios, isto é, “nacionais”), casos estes relatados por Castro (IDEM), é possível dizer que essas concepções e seus enredamentos derivam do “sistema generalizado da guerra” (LEIRNER, 2001), que é estruturante dessas relações entre nações e exércitos nacionais, que podem ser de aliança ou de inimizade.

E, novamente, temos que a produção de *corpos* e a modulação de *peessoas*, como se verifica pelo menos desde Mauss (2003a; 2003b), encontram-se engendradas em um mesmo processo. Guedes (2011) irá dizer, numa linha parecida, que é preciso pensar nas conexões existentes entre “corporalidades” e “representações coletivas”. Mas, para além das amplitudes sistêmicas e do pensamento aparentemente fragmentário (este que distingue real e simbólico, fato e representação, concreto e abstrato etc.), deve-se pensar, para os fins dessa pesquisa, na centralidade das *noções de pessoa* e a produção de *corpos (atléticos e militares)*. Isso deve abrir caminho para que falemos da emergência dos “esportes” nos meios militares. Antes, porém, é preciso esboçar um breve panorama do contexto esportivo nacional como um todo.

CAPÍTULO 2. O SISTEMA DOS ESPORTES NO BRASIL

2.1 A composição do quadro esportivo nacional

No Brasil, a formação de atletas ocorre, no mais das vezes, de maneira esparsa e contingente. Há, aqui e ali, focos específicos de formação de atletas de alto rendimento, tais como o Minas Tênis Clube (Belo Horizonte), a Sociedade de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) e o Esporte Clube Pinheiros (São Paulo). Como veremos adiante e com mais detalhes, o “modelo” de formação de atletas no Brasil tende à dispersão, pois o que se observa é que parte destes se encontra em clubes poliesportivos privados (como é o caso do Esporte Clube Pinheiros, onde fiz breve pesquisa de campo, e das demais agremiações acima citadas); parte nas universidades (uma parcela ínfima se comparado ao modelo estadunidense, por exemplo); parte nas Forças Armadas (o que veremos detidamente na seção seguinte); parte “autônomos” (sem clubes ou patrocínios, o que significa que precisam fazer jornada extra de trabalho para se manterem enquanto atletas) e parte nos clubes de futebol (que em alguns casos possuem estruturas e profissionais especializados para o desenvolvimento de outras modalidades esportivas), para ficarmos com estes “modos” ou “lugares” de produção de atletas de alto rendimento no país. Estes modos/lugares podem eventualmente convergir, de acordo com determinados interesses e conjunturas, como, por exemplo, nas parcerias feitas no futebol feminino entre a Marinha e clubes cariocas.²¹

A propósito, sobre os clubes de futebol, é interessante notar como quase não se atenta para outras modalidades esportivas geridas e fomentadas por alguns desses clubes (o futebol feminino, inclusive), que em muitos casos carregam denominações como “grêmio esportivo”, “associação esportiva”, “sociedade esportiva”, “esporte clube”, “clube de regatas”, “clube atlético” etc., o que indica minimamente que não são, ou nem sempre foram, apenas e exclusivamente clubes de futebol, dado o caráter associativo e poliesportivo visto na maior parte dessas entidades, voltadas também para o lazer e práticas lúdicas de seus associados, além da formação esportiva de base e a organização profissional de equipes em modalidades que não apenas o futebol.

²¹ Desde 2009, Vasco, Botafogo e Flamengo, nessa ordem, já cederam uniformes e escudos para o time da Força, que por sua vez cede instalações, atletas, profissionais auxiliares e tem seu brasão estampado na camisa junto ao do clube. Além disso, e talvez este seja o aspecto principal, a Marinha assume, nessa troca, um calendário de competições “paisanas” para disputar. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/com-time-da-marinha-flamengo-decide-hoje-brasileirao-feminino-19316795>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

A propósito, o futebol (entenda-se, o masculino) se constitui como um “sistema” à parte²² nesse contexto esportivo de representação nacional, e certamente se apresenta como a modalidade principal desses clubes, por sua maior popularidade e rentabilidade (em se tratando de clubes de maior expressão, importante destacar; afinal, o futebol profissional também possui suas assimetrias internas). É preciso cautela, porém, para não “naturalizar” este fato, sob o risco de perpetuar os desequilíbrios que há entre as modalidades. Nesse sentido, é pertinente a fala de uma interlocutora, *atleta militar* da Força Aérea (praticante de tiro com arco), segundo a qual “a gente continua só vendo futebol na TV, o dinheiro só vai pro futebol [...] as pessoas ainda não acreditam que ser atleta é uma profissão”.²³ Note-se que, neste cenário em que o futebol ocupa o centro das atenções e dos investimentos, evoca-se uma distinção quase que inconsciente entre “atleta” e “jogador de futebol”.²⁴

Entretanto, é possível encontrar atletas de alto rendimento em clubes de futebol que não são futebolistas, como é o caso, por exemplo, de Corinthians, São Paulo, Flamengo, Vasco, Cruzeiro, entre outros, que possuem times de outras modalidades coletivas, como basquete e vôlei, além de atletas de modalidades individuais, como natação e atletismo, nos seus centros de treinamento, alguns destes competindo em nível internacional/olímpico e recebendo bolsas do programa militar de fomento ao esporte nacional. Mas, registre-se, a falta de visibilidade dos esportes olímpicos (exceção feita aos períodos de Jogos Pan-Americanos e Jogos Olímpicos) e a falta de continuidade das políticas de incentivo, de fato, podem provocar efeitos deletérios na carreira desses atletas. De um lado, falta suporte material; de outro, persiste ainda uma imagem arquetípica de “heroísmo” no “mundo” esportivo que se estabelece de modo fragmentário no imaginário coletivo (RUBIO, 2001a; PEREZ; RUBIO, 2013), e que não corresponde às rotinas diárias dos atletas, obliterando suas necessidades mais concretas e os esforços empreendidos na carreira. Sobre esse ponto, Rubio afirma o que segue:

²² Que pode ser notado a partir da constituição de duas categorias diferentes no futebol de seleções: a olímpica (sub-23), que disputa os Jogos Olímpicos, e a principal, que disputa a Copa do Mundo da FIFA. Detalhes sobre a criação do COI e da FIFA e os embates e negociações em torno dos formatos das competições mundiais de futebol podem ser encontrados em Giglio (2013; 2016).

²³ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 4 de setembro de 2018. Por questões de confidencialidade, segurança e privacidade dos interlocutores, optei por suprimir seus nomes, clubes e cidades, indicando-os somente a partir de suas modalidades e a Força (Exército, Marinha ou Força Aérea) à qual pertencem enquanto *atletas militares*. Tais informações bastam para distinguir os interlocutores no contexto das narrativas aqui disponíveis, tornando assim prescindível o uso de códigos ou pseudônimos.

²⁴ Nesse sentido, pesquisas sobre a constituição da carreira futebolística (DAMO, 2005; PALMIÉRI, 2015) em alguns desses clubes poderiam oferecer alguns indícios comparativos, permitindo verificar possíveis correlações ou contraposições entre a formação e carreira esportiva de um jogador de futebol e de um atleta olímpico. Não será o caso por ora.

Alguns atletas brasileiros que a gente tinha expectativa de medalha no Rio não chegaram a medalha. E ficou uma cobrança muito intensa sobre os atletas e os formadores, o porquê do não resultado. O momento da competição é muito complexo, e às vezes o atleta está absolutamente pronto para ser bem sucedido, e alguma coisa acontece e o resultado escapa. E como é perverso o sistema!; porque o fato de ele deixar de ganhar aquela medalha naquele momento é como se todo o processo fosse negado.²⁵

Na mesma entrevista (citada em nota), Ricardo Leysler, ex-integrante do Ministério do Esporte, diz que “os brasileiros precisam repensar sua relação com o esporte” e que “é preciso consolidar uma cultura de apreciação e prática esportiva”.²⁶ De todo modo, ao tratar de *atletas militares*, é preciso ter em mente todo um complexo no que se refere à gestão dos esportes e à formação e manutenção de atletas de alto rendimento no Brasil: conforme dito anteriormente, há um caráter esparso e contingente das políticas para o esporte no país, cujas variáveis envolvem e enredam federações e confederações esportivas, Comitês Olímpicos (do Brasil e Internacional), Ministério do Esporte (GIGLIO, 2013), além de, eventualmente, ligas de clubes esportivos e, mais recentemente, o Ministério da Defesa (pois, às atribuições de organizar os “esportes militares” e preparar delegações para os Jogos Mundiais Militares, soma-se agora o programa de incentivo ao esporte de alto rendimento “paisano” e a preparação do Time Brasil para os Jogos Olímpicos), entre outros atores da política esportiva nacional.²⁷ A citação a seguir oferece uma imagem da complexidade desse quadro:

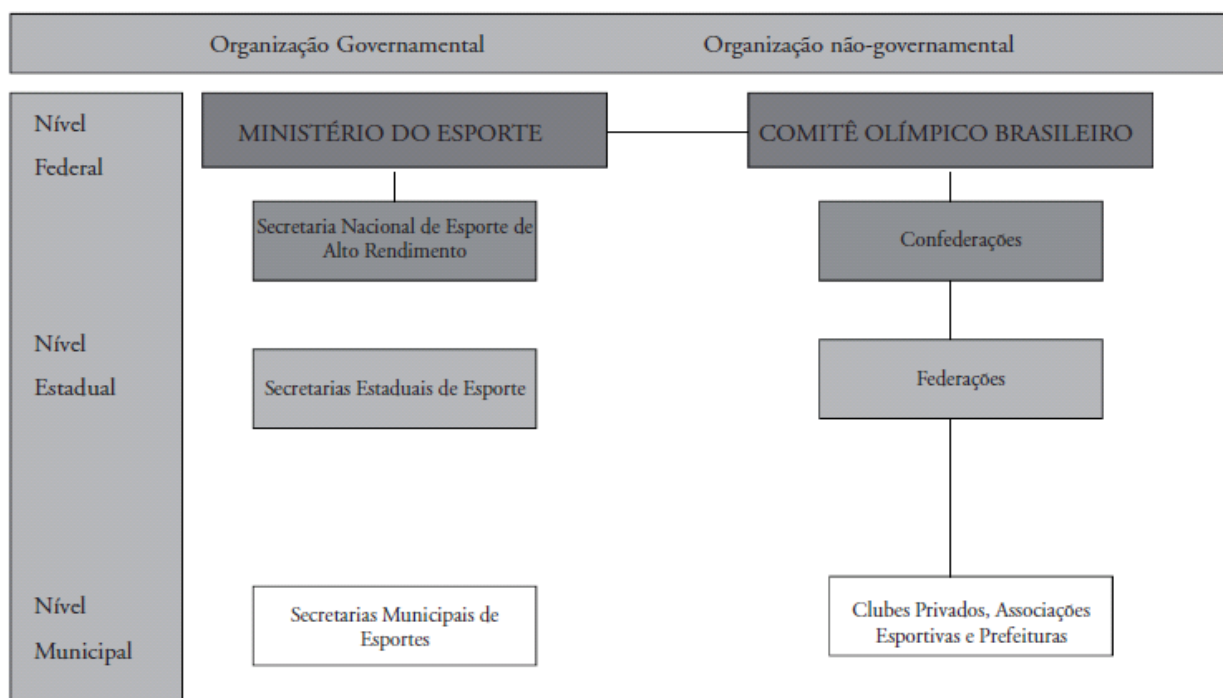
No Brasil, a estrutura organizacional de uma modalidade esportiva compreende vários níveis de implantação, operacionalização e controle; nos níveis municipal e estadual, por meio dos clubes ou entidades esportivas, controladas por ligas, associações e federações; nos níveis nacional e internacional, por meio de centros de treinamento e seleções nacionais, controlados por confederações, comitê olímpico e federações internacionais. (MEIRA, BASTOS, BÖHME, 2012, p. 251)

E a figura a seguir apresenta um organograma (um tanto simplificado, diga-se) da estrutura organizacional esportiva brasileira para o esporte de alto rendimento, nos seus vários níveis e instâncias, complementando a visualização desse cenário:

²⁵ Fonte: “Os atletas são o maior legado dos Jogos Olímpicos 2016”. Rádio USP, São Paulo, 4 ago. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/os-atletas-sao-o-maior-legado-dos-jogos-olimpicos-2016/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

²⁶ Idem nota anterior.

²⁷ A esse respeito, Guirra (2014) apresenta interessante quadro da política esportiva nacional e da constituição de um “sistema nacional de esportes”, apresentados adiante com mais detalhes.

Figura 1. Estrutura organizacional esportiva brasileira.

Fonte: Meira, Bastos e Böhme (2012). Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/08.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

Note-se que esse “sistema” produz relações entre instituições, entidades e organizações públicas e privadas, de caráter associativo, governamental e autárquico. É a concertação deste “sistema esportivo nacional” que produz as políticas públicas para o esporte de alto rendimento no país. Entretanto, “pode ocorrer sobreposição de tarefas e conflito de interesses entre as duas organizações responsáveis pelo esporte de alto rendimento, pois as mesmas possuem programas e projetos isolados que são realizados paralelamente, sem interação entre os mesmos” (MEIRA, BASTOS, BÖHME, 2012, p. 258). No contexto mais recente das políticas públicas voltadas para o esporte no país, pesquisadores do tema mencionaram as “múltiplas articulações e discursos dissonantes, com aproximações e distanciamentos relacionados às formas de pensar e trabalhar [...]” (SPAGGIARI; MACHADO; GIGLIO, 2016, p. 13), ocorridos na esfera das políticas esportivas. Muitas das vezes a comunicação entre as instâncias se dá apenas por meio do repasse de verbas provenientes de isenções fiscais e de algumas empresas estatais.²⁸

A esse respeito, uma interlocutora, *atleta militar* do Exército (praticante de triatlo), mencionou, por exemplo, que ocorrem conflitos no calendário de competições civis e militares, o que gera tensões entre clubes, federações, FFAA e o interesse particular dos

²⁸ Caixa Econômica Federal, Empresa de Correios e Telégrafos e Banco do Brasil, para mencionar algumas fontes de investimento no esporte nacional.

atletas, o que ela atribui justamente a essa “falta de comunicação” entre as entidades, de modo a conciliar as agendas e interesses.²⁹ Não se observa, portanto, continuidade ou integração sistemáticas no que diz respeito à gestão de uma política esportiva nacional. Contudo, não é o intuito por ora acompanhar detidamente essas tramas institucionais, que serão em parte retomadas adiante, mas apresentar uma composição do cenário que permita melhor apreender o lugar dos *atletas militares* nesse enredo. Vejamos agora em maiores detalhes a relação entre esportes e FFAA no Brasil.

2.2 A Escola de Educação Física do Exército e os “esportes militares”

As características fundamentais do esporte – o respeito às regras, a hierarquia, o preparo físico e a disciplina – tiveram como consequência natural a incorporação das práticas desportivas às estruturas militares, como uma ferramenta importante para o preparo físico e moral das tropas.³⁰

Como vimos a partir de Castro (1997), o Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, com o objetivo de estabelecer um “Método Nacional”, viria a se tornar, em 1933, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), assim denominada até os dias atuais, e instalada desde o início no mesmo lugar, a Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro. Em pesquisa documental sobre as relações do Exército com a educação física e o “esporte nacional”, feita a partir de boletins e revistas dos arquivos da EsEFEx, Soeiro e Tubino (2003, p. 336) estabeleceram uma classificação em cinco fases distintas, de acordo com as influências, contribuições e características de cada período, transcritas a seguir:

- a) Fase da Busca da Eugenia e de Influência na Formação de Profissionais de Educação Física e de Medicina Esportiva (1933 a 1941);
- b) Fase do uso do Esporte na preparação para a Guerra e de Influência na Administração Esportiva (1942 a 1967);
- c) Fase de Cientificação do Treinamento Esportivo (1968 a 1979);
- d) Fase de valorização do Esporte Militar (1980-1989);
- e) Fase de Reestruturação no Sentido da Ciência do Esporte (1990 a 2000).

²⁹ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 25 de janeiro de 2019.

³⁰ Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://jogosmilitares.defesa.gov.br/institucional-top/defesa-e-esporte-2>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

A primeira fase (1933-1941), como já demonstrado em seção acima, configura a busca de um “caráter brasileiro”, de um “Método Nacional”, por meio, por exemplo, da formação militar de profissionais de educação física com vistas à expandir o método da caserna para todo o “corpo da Nação”. Os autores mencionam também o importante papel desempenhado pela EsEFEx na formação oferecida em medicina esportiva, a primeira no país voltada para essa área específica, um dado significativo no que se refere à relação entre a caserna e os esportes, e que ao mesmo tempo enfatiza o caráter cientificista que se fortaleceu no interior do Exército nesse período. Cumpre notar que a escola militar formava também profissionais “civis” (do magistério e da saúde, por exemplo) e incentivava a criação de institutos de ensino “paisanos” para aplicação da educação física de orientação militar. Os autores também destacam o “estado (*sic*) forte orientado por uma política centralizadora e intervencionista onde figurava a ideia da colaboração nacional em prol do desenvolvimento da pátria” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 338), aspectos característicos do regime político do período, conforme visto também em seção anterior. Por fim, cabe destacar que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada no âmbito da Universidade do Brasil, em 1939, foi dirigida por quase dez anos pela EsEFEx, que inclusive cedeu parte de seu corpo docente e determinou suas rotinas e grades curriculares (CASTRO, 1997; SOEIRO; TUBINO, 2003).

A segunda fase (1942-1967), que, evidentemente, não se encontra apartada da primeira, é marcada pelo uso do esporte como instrumento de preparação física para a guerra, pela publicação e circulação de textos acadêmicos e manuais técnicos sobre o assunto e pela participação direta de militares na administração esportiva nacional, conforme segue:

A segunda fase foi caracterizada pelo uso do esporte para preparação do soldado, pelo preenchimento de cargos em diversas confederações e federações esportivas, pela contribuição na organização de eventos esportivos e publicações diversas como livros, artigos e manuais na área de Educação Física e do esporte. (SOEIRO; TUBINO, 2003, pp. 338-339)

Pode-se dizer que essas mudanças são, ao menos em parte, reflexos não apenas da política interna do país, mas também das experiências vividas ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), do aprendizado e reformulação de técnicas e saberes, das relações com outras nações e absorção de suas práticas, afinal, como vimos em Leirner (2001), inspirado em autores da escola antropológica francesa, como Lévi-Strauss (1976; 2014) e Clastres (1980; 2012), guerras são “trocas”. De acordo com Soeiro e Tubino (2003, p. 339), “[...] o

intercâmbio da EsEFEx com o exterior foi muito grande; foram realizadas diversas visitas às instalações da Escola e alguns militares viajaram ao exterior em busca do que havia de mais moderno na educação física”. E, apesar de esses intercâmbios terem proporcionado à educação física “brasileira” um acesso de algum modo “universal” a métodos e especialidades, cumpre notar que a intensificação do treinamento militar observada no período, visando à produção de combatentes para a guerra, provocou uma diferenciação significativa entre a educação física “paisana” e a militar no Brasil (IDEM).

Apesar disso, o conhecimento especializado adquirido pelos profissionais da EsEFEx nessa conjuntura de “trocas” com o exterior, bem como o aprimoramento da *expertise* em educação física e esportes, somados à concepção ainda vigente de que o Exército, por sua “natureza” disciplinar, deveria coordenar as áreas referentes à instrução física em âmbito nacional, culminou nos seguintes desdobramentos: militares instruídos nessas áreas, através de participações em cursos, estágios e simpósios, passaram a ocupar cargos não apenas de direção da educação física escolar no país, como dos comitês esportivos, federações e confederações esportivas (IDEM), organizando e participando de competições e cuidando da preparação atlética. Tabora de Oliveira (2009) atenta para os estreitos vínculos existentes entre a educação física, o esporte e o ideário militar, expressos em características como a “hierarquia”, “disciplina”, “autoridade”, “comando”, “obediência”, “regras” etc. Além disso, tais vínculos se expressam e tomam corpo nas relações políticas, na presença de militares à frente de entidades como o Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), isto é, entranhados no organograma da política esportiva brasileira.³¹

A terceira fase (1968-1979) foi marcada por um aprofundamento do caráter cientificista do treinamento físico e esportivo, incluído aí o rol de saberes da medicina esportiva, além da concepção de que os esportes contribuiriam para a preparação física e psicológica do combatente. De modo que, nesse período, os militares também passaram a atribuir mais enfaticamente aos esportes uma função de “coesão” do grupo e de fortalecimento do “espírito de combate”, conforme passagem a seguir:

O Ministro do Exército incentivou as práticas esportivas em todas as guarnições do país, afirmando a importância da preparação física e psicológica do combatente através do desenvolvimento de sadio espírito de

³¹ É preciso destacar que esse período compreende a passagem para um regime político militar autoritário no país, fortemente marcado por um discurso “tecnocrático”, isto é, de ocupação de cargos e funções políticas por “técnicos” e “especialistas”; uma busca, em tese, por eficiência nas ações.

competição e camaradagem entre os elementos do Exército Brasileiro. (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339)

Assim, intensificando o processo em curso desde a fase anterior, os militares passaram a capacitar-se para a alta performance e a preparar-se para competições de alto rendimento, organizando calendários de eventos esportivos militares e participando, inclusive, de competições “civis” nacionais e internacionais. De acordo com Taborda de Oliveira (2009, p. 396), a política do regime autoritário para “o desenvolvimento do esporte em todos os níveis foi o estabelecimento de intercâmbios com envio de missões de professores, técnicos e atletas brasileiros a diferentes países considerados mais desenvolvidos no esporte”.³² Para além de questões de cunho político-ideológico, de alinhamento geopolítico com este ou aquele “bloco de poder”, a preocupação era, afinal, “o desenvolvimento do esporte brasileiro na sua dimensão técnica e organizativa [...] segundo parâmetros internacionais, portanto, universais” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 397). O “universo” do esporte, tal qual o da caserna, também produz suas relações de “troca”.

Percebe-se então, nesse período, através dessas “missões esportivas”, bem como uma política esportiva de âmbito nacional que surgia (e não apenas a educação pragmática do corpo estendida às instituições de ensino do país), uma imbricação mais explícita entre práticas esportivas “paisanas” e os “esportes militares”, que se realiza primeiramente na inserção de treinamentos físicos amparados em uma racionalidade (e moralidade) médico-científica, os quais, com o passar do tempo, adquirem certo dinamismo na forma de esportes dentro do Exército, “paisanos” e militares. Como afirma Gastaldo (2001, p. 215), em pesquisa sobre a “corporalidade” nos esportes de combate, “a crescente penetração do esporte na sociedade ao longo do século XX ‘desportivizou’ muitas técnicas originalmente voltadas ao uso pragmático”. Esse é um fenômeno importante para se compreender essa relação, afinal, o esporte emerge como “um elemento da cultura potencialmente afeito à disseminação do nacionalismo” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 405).

Nesse sentido, observa-se que determinadas técnicas de combate e defesa, que fabricariam um corpo “guerreiro”, a princípio voltadas exclusivamente para usos bélicos, como as chamadas “artes marciais” (GASTALDO, 2001; PIRES, 2018), se *esportificaram* ao longo desse período. Pode-se citar ainda as “cavalhadas e procissões militares portuguesas” que por aqui repercutiram desde períodos pré-republicanos, já como “festas e jogos de corte” que marcavam comportamentos, distinções e pertencimentos (PRIORE, 2009), algo como

³² Alemanha, Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Argentina e União Soviética foram os casos citados pelo autor.

uma replicação simbólica ou metáfora da guerra, e que posteriormente adquirem ares esportivos na forma de práticas como o turfe, o polo e o hipismo. Importante dizer que essas passagens no tempo histórico não significam rupturas, afinal, as distinções de *status* ainda permanecem, talvez sob outras roupagens, nas práticas esportivas competitivas,³³ e o uso da cavalaria voltado para o combate, por sua vez, segue sendo bastante utilizado em determinados segmentos das Forças Armadas, sendo a Cavalaria uma das Armas a que cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), por exemplo, podem ser encaminhados na sua formação militar (CASTRO, 2004). O mesmo vale para as “artes marciais”, ainda bastante empregadas nos treinamentos militares para combates corpo a corpo (PIRES, 2018).

E, finalmente, o Exército se *esportifica* na ocupação de cargos da gestão esportiva nacional por profissionais especializados da EsEFEx. Talvez o mais conhecido exemplo desse estreitamento de relações seja o da seleção brasileira de futebol masculino, que adotou um programa militar de capacitação física na preparação para a Copa do Mundo de 1970. Exaltada, sobretudo, por suas qualidades “técnicas” e “estéticas”, a equipe brasileira, vencedora daquele certame, era também considerada “disciplinada”, composta de “atletas soldados” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 142 *apud* NEGREIROS, 2009, p. 310). A partir de então, impulsionados talvez, em alguma medida, pelo sucesso da “seleção canarinho”, cursos de formação em treinamento esportivo (com destaque para a preparação física “militarizada”, ou de orientação militar) oferecidos em universidades e laboratórios de pesquisa “paisanos” ganharam força e notoriedade, com incentivos do Exército e aproveitamento, inclusive, de suas escolas e centros de educação e capacitação física.

A quarta fase (1980-1989), porém, caracterizou-se por uma retração³⁴ da EsEFEx na política esportiva nacional; porém, “a política esportiva do Exército permaneceu a mesma do período anterior” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339). Com isso, voltou-se o foco exclusivamente para os “esportes militares”, que são basicamente esportes que simulam situações de guerra, “atividades criadas especificamente dentro das corporações envolvendo práticas específicas onde são simuladas partes do treinamento funcional exigido pela atividade militar” (CANCELLA, 2012, p. 59), como “pentatlos” (compostos por circuitos de corrida com obstáculos, natação de salvamento, escaladas, tiro esportivo etc.), “orientação”

³³ Como pode ser observado, por exemplo, nas divisões que se estabelecem entre práticas amadoras e profissionais, ou entre práticas lúdicas e competitivas, ou mesmo a partir do perfil “socioeconômico” (na falta de termo mais adequado) predominante em cada modalidade.

³⁴ Influenciada, muito provavelmente, pelo fim do regime político autoritário dirigido pelos militares, o que consequentemente gerou como efeito o afastamento destes de qualquer atividade considerada política, como a gestão do esporte nacional.

(provas com mapa e bússola em ambientes considerados adversos, cujo objetivo é atingir, ao longo do percurso, determinados pontos marcados no terreno, no menor tempo possível) e “paraquedismo” (cujas provas envolvem formação em queda livre, *freestyle*, pouso de precisão etc.).³⁵ Como se pode notar, a prática de esportes no interior da caserna permanecia atrelada a uma lógica utilitária, de exercícios voltados para a preparação física e psicológica do combatente para a guerra, de aperfeiçoamento da técnica e do “espírito militar” (CASTRO, 2004), e tais atividades eram incorporadas em manuais circulados internamente. Nesse período, ainda, militares passaram a ser submetidos a exames e testes físicos e psicológicos mais rigorosos dentro do Exército para verificação de suas “capacidades” e “aptidões”.

Por fim, a quinta fase (1990-2000) caracterizou-se principalmente por dois movimentos: primeiramente, o distanciamento, já observado no período anterior, mas agora visto com maior clareza, entre a EsEFEx e as instituições “civis” de ensino da educação física e do esporte no país, bem como das entidades esportivas nacionais; e, posteriormente, em 1991, a criação do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), uma espécie de complexo laboratorial da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), “criado para obter uma interdisciplinaridade entre o esporte, a saúde, a pesquisa e a preparação dos discentes para atuarem nesta área” (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 339). Assim, pesquisas científicas sobre o corpo, a fisiologia, a biomecânica, o movimento etc. concentraram-se a partir de então no CCFEx, mantendo-se a EsEFEx enquanto lugar de circulação desses saberes, ao atuar na formação de profissionais militares nas áreas de educação física e medicina esportiva, inclusive com parte de seu corpo docente formada em universidades “civis” e o estabelecimento de convênios com estas para o oferecimento de cursos de pós-graduação no interior da EsEFEx.

Espera-se que esse breve panorama ajude a compreender, ao menos em parte, as relações históricas entre o esporte e a caserna no Brasil, bem como o lugar das FFAA na política esportiva nacional. Dito isso, passemos ao contexto atual. Antes, porém, algumas considerações sobre as terminologias aqui utilizadas.

2.3 Militares Atletas e Atletas Militares

³⁵ Fonte: “Modalidades”. Disponível em: <<https://jogosmilitares.defesa.gov.br/modalidades>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Nos *sites* oficiais (do Ministério do Esporte, da Defesa, FFAA, Comitê Olímpico do Brasil etc.) podem ser encontradas ambas as denominações, aparentemente sem distinção entre elas: *militares atletas* e *atletas militares*. De modo que, antes de discorrer sobre o PAAR e a pesquisa de campo, é preciso estabelecer minimamente a terminologia que aqui será adotada. Para se ter ideia, no atual cenário esportivo brasileiro, no que se refere especificamente às relações entre militares e os esportes, é possível elencar ao menos quatro categorias, de acordo com características que definiriam um “tipo” ou “perfil” de prática esportiva, referentes ao grau de engajamento na carreira e ao nível de performance e competitividade que os praticantes apresentam, conforme descrevo a seguir:

- a. Militares que são atletas de alto rendimento, e que podem ser praticantes tanto de “esportes militares” como de esportes “paisanos”, podendo até disputar competições internacionais representando as Forças Armadas (FFAA) e o Time Brasil, como os Jogos Mundiais Militares e os Jogos Olímpicos;
- b. Militares que são atletas “amadores”, sejam praticantes de esportes “paisanos” ou “militares”, os quais disputam apenas torneios internos à corporação ou às FFAA, cumprindo uma função que é “esportiva”, mas que acaba por enquadrar-se no âmbito da instrução e do exercício corporal, isto é, de uma atividade física como outra qualquer na rotina militar, pois, apesar do caráter lúdico que essas atividades possam apresentar, trata-se de expediente voltado para a fabricação do corpo “guerreiro”;
- c. Militares que praticam esportes sem nenhum tipo de compromisso fixo ou duradouro, como uma brincadeira ou lazer em intervalos de expediente ou eventos festivos (estes, sim, de caráter lúdico);
- d. E, por fim, atletas de alto rendimento “paisanos” que são temporariamente incorporados às Forças Armadas através de programas militares de fomento ao esporte, em conjunto com outras instâncias “civis” responsáveis pela política esportiva de âmbito nacional.

Aqueles que se enquadram nas duas primeiras categorias, de militares que praticam esportes, podem ser denominados *militares atletas*. Por certo que há diferenças consideráveis entre aqueles que praticam o esporte de alto rendimento e disputam competições profissionais e aqueles que o praticam de forma “amadora” ou interna à corporação, mas interessa nesse momento fazer um contraste entre estes *militares atletas*, cuja primeira carreira é a militar, e não a esportiva, e sua relação inversa, conforme o esquema aqui esboçado, com os *atletas militares* de que trata essa pesquisa. Aqueles que se enquadram na terceira categoria, constituída basicamente por atividades de lazer, jogos e práticas lúdicas, não implicando necessariamente em efeitos para suas atividades profissionais, não receberão, neste esquema

classificatório, a denominação de atletas; para os propósitos dessa pesquisa, trata-se de categoria “neutra”.

E, finalmente, a quarta categoria, inversamente às duas primeiras, é aquela composta por *atletas militares*, isto é, atletas de alto rendimento cuja primeira carreira é a esportiva, e que “estão” militares; são estes os que procurei analisar de maneira mais detida e aprofundada. Evidentemente, pode haver variações com relação aos “tipos” ou “perfis” que ora estabeleci, além de trânsitos entre uma categoria e outra, afinal, estas não são estanques (pode existir aí também uma questão de “liminaridade”, de ocupação de um lugar de transição, por assim dizer); porém, essa é uma tentativa de organizar a análise, de modo a definir melhor a interlocução e evitar confusões terminológicas acerca do que sejam *militares atletas* e *atletas militares*, uma vez que tal diferenciação não foi encontrada na literatura sobre o tema, nem em matérias ou documentos consultados.

2.4 A “década esportiva”: os grandes eventos esportivos no Brasil

Conforme visto, houve uma relação de bastante proximidade entre militares, educação física e esportes no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, e um distanciamento observado a partir dos anos 1990. Em meados dos anos 2000, porém, houve uma reaproximação entre militares e a política esportiva nacional através da contribuição das Forças Armadas na preparação física de atletas e fornecimento de infraestrutura para treinamentos, com vistas aos grandes eventos esportivos que o país sediaria entre os anos de 2007 e 2016,³⁶ em convênio firmado entre os Ministérios do Esporte e da Defesa (por meio da Comissão Desportiva Militar do Brasil [CDMB], subordinada a este Ministério), sobre o qual falarei em detalhes no capítulo seguinte.

Note-se a presença, neste rol de eventos, dos Jogos Mundiais Militares,³⁷ organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM, na sigla em inglês, criado em 1948 e sediado em Bruxelas, Bélgica), entidade pouco vista ou comentada nos meios de comunicação, porém bastante relevante no cenário esportivo mundial, ocupando a terceira

³⁶ O que inclui os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

³⁷ Tal como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo da FIFA, ocorrem a cada quatro anos, sempre no ano intervalar entre os dois eventos citados. De criação bem mais recente que seus congêneres “paisanos”, sua primeira edição ocorreu em 1995, em Roma, Itália; depois Zagreb, Croácia (1999); Catânia, Itália (2003); Hyderabad, Índia (2007); Rio de Janeiro, Brasil (2011); Mungyeong, Coreia do Sul (2015); e Wuhan, China (2019), totalizando até aqui sete edições.

posição em número de países associados (GUIRRA, 2014), ficando atrás apenas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), responsáveis, respectivamente, pela organização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.

De acordo com Guirra (IDEM), essa série de grandes eventos esportivos sediados no Brasil cumpriu com dois propósitos principais: o primeiro, a tentativa de colocar o Brasil entre as dez maiores potências esportivas do mundo, por uma agenda pré-definida que se inicia com a preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e o estabelecimento de convênios e parcerias, dentre elas a que resultou na criação do *Programa Atletas de Alto Rendimento* (que será objeto do capítulo seguinte), para culminar no cumprimento dessa meta nos Jogos Olímpicos de 2016 (o que não ocorreu, já que o Brasil ficou em 13º lugar no quadro de medalhas); e, como parte desse processo, o segundo propósito seria a reinserção das Forças Armadas no cenário esportivo nacional e internacional (pode-se dizer que esse plano foi relativamente exitoso, uma vez que o Brasil obteve o 1º lugar nos Jogos Mundiais Militares Rio-2011 e as FFAA atualmente ocupam posição de colaboração estreita no fomento aos esportes e atletas de alto rendimento no país).

Sobre esses pontos, o autor supracitado atenta para o fato de que, no “sistema esportivo brasileiro”, amparado na legislação esportiva nacional, os esportes de alto rendimento acabam por ser priorizados em relação aos (e em detrimento dos) esportes “militares” e “estudantis”, por exemplo, pois estes últimos ficariam subordinados aos interesses dos grupos dirigentes das federações, confederações, comitês, ministérios, secretarias e grandes clubes esportivos. O fato de que mesmo os “esportes militares” constem entre os preteridos neste “sistema” pode ser tomado como mais um indício da predominância de uma “elite” esportiva na gestão e composição política do mesmo, pois, como se verá, a reinserção das FFAA no cenário esportivo do país ocorre sobretudo por meio de fomentos ao “esporte de representação nacional” (e, portanto, não necessariamente “militares”), através de programas e parcerias com instituições, organizações e entidades esportivas “civis”.

Portanto, apesar de as FFAA surgirem novamente com destaque no cenário esportivo nacional, após quase duas décadas de afastamento, Guirra (IDEM) destaca que os “esportes militares” continuam a ocupar posição periférica neste “sistema”, não só pela transferência maciça de investimentos em pesquisas sobre performance atlética e ciências do esporte para os laboratórios de educação física das universidades “paisanas” (lugares onde a “disciplina” de orientação militar perde circulação), como pela perda de representatividade política da CDMB junto às entidades gestoras do esporte brasileiro (federações, confederações, comitês, clubes), que optaram por investir prioritária e majoritariamente nos esportes de competição

“paisanos”, detentores de maior representatividade numa configuração político-esportiva a nível nacional e internacional. É nesse contexto que militares se associam aos esportes “paisanos”, talvez em busca de retomar alguma influência ou protagonismo no “esporte de representação nacional” (e, junto a isso, recuperar o prestígio das FFAA nas áreas de capacitação física e treinamento esportivo); uma tentativa, enfim, de angariar algum capital na política esportiva brasileira no âmbito dessa agenda que projetava o país entre as dez maiores potências olímpicas em um período de dez anos. Há ainda a hipótese de que esta associação seja parte de uma estratégia mais ampla de “comunicação social” e “propaganda” das FFAA direcionada à “sociedade civil”. Tratarei deste tema no último capítulo; por ora, voltemos ao contexto esportivo.

A agenda acima referida consta das resoluções da III Conferência Nacional do Esporte, ocorrida em 2010 na cidade de Brasília, “que resultou na elaboração de um Plano Decenal de Esporte e Lazer, composto por metas e ações, com o claro intuito de colocar o Brasil, em dez anos, entre as dez maiores potências esportivas mundiais” (GUIRRA, 2014, p. 35). A propósito, o tema da conferência era “Por um Time chamado Brasil: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.³⁸ Para isso, criou-se então o *Plano Brasil Medalhas*, a fim de ampliar investimentos e direcionar recursos com vistas especificamente à obtenção de medalhas. Os detalhes seguem na figura abaixo:

³⁸ Fonte: Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia3.jsp>>. Acesso em: 5 out. 2018.

Figura 2. Plano Brasil Medalhas 2016.



Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2013/09/plano-brasil-medalhas-2016.png/view>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

Para o cumprimento dessa agenda esportiva, vultosos recursos foram destinados ao esporte de alto rendimento, não apenas a partir do plano acima citado, que é mais recente, mas pelo menos desde 2003, com a criação do programa *Brasil no Esporte de Alto Rendimento*, gerenciado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), órgão vinculado ao Ministério do Esporte (CASTRO; POFFO; SOUZA, 2016). Entretanto, ao analisar as dotações orçamentárias autorizadas e liquidadas no âmbito do programa entre os anos de 2004 e 2011, os autores citados observaram grande disparidade entre os recursos destinados à formação de atletas, construção e melhoria de infraestrutura esportiva, fomento à ciência e tecnologia aplicadas ao esporte etc., e os recursos destinados à consumação dos grandes eventos esportivos aqui sediados. Essa disparidade se torna ainda mais clara a partir de 2012, quando o programa *Brasil no Esporte de Alto Rendimento*, que tinha por atribuição (ao menos em tese) a formação e inclusão através do esporte, dá lugar ao programa *Esporte e Grandes Eventos Esportivos*, explicitando aquilo que já vinha ocorrendo na prática. Isto é dizer que os recursos orçamentários do Ministério do Esporte (ME) passaram a ser prioritariamente destinados aos grandes eventos esportivos sediados no país e o enfoque voltado mais especificamente para o que se poderia chamar de uma “elite” no interior do “esporte de representação nacional”.

O programa *Brasil no Esporte de Alto Rendimento* totalizou, no período de sua duração (2004-2011), R\$ 4,1 bilhões em dotações orçamentárias autorizadas, dos quais R\$ 2,1 bilhões foram liquidados, o que representa uma execução de 51,6% (IDEM, p. 149). Este período abrange dois Planos Plurianuais (PPA),³⁹ sendo que no segundo PPA houve um crescimento exponencial do montante em relação ao primeiro PPA, e os recursos passaram a ser destinados também ao Ministério da Defesa (MD) com vistas à realização dos Jogos Mundiais Militares Rio-2011 (IDEM, IBIDEM). Outro dado interessante é que o MD, embora tenha menor volume de dotações autorizadas frente ao ME, detém o maior volume de dotações liquidadas (73,6%), mesmo contando com a destinação de recursos só a partir do segundo PPA (IDEM, IBIDEM), conforme tabela⁴⁰ abaixo:

³⁹ “O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Ele organiza as ações governamentais em programas e sua vigência começa no segundo ano de um mandato e termina no final do primeiro ano do mandato seguinte. Neste documento constam as políticas públicas a serem executadas, bem como as metas, público-alvo e ações a serem desenvolvidas” (CASTRO; POFFO; SOUZA, 2016, p. 155). Os PPA em questão são: *Brasil de todos: participação e inclusão* (2004-2007) e *Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade* (2008-2011).

⁴⁰ Para tabelas mais detalhadas, esmiuçando cada alínea, ver Castro, Poffo e Souza (2016).

Tabela 1. Dotações autorizadas e liquidadas no programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento de 2004 a 2011 de acordo com os órgãos federais (valores em R\$ milhões).

Órgão	PPA 2004-2007		PPA 2008-2011		2004-2011		
	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	% Liquidação
ME	172,77	128,18	2.209,17	721,30	2.381,94	849,48	35,7%
MD	0,00	0,00	1.733,69	1.275,76	1.733,69	1.275,76	73,6%
Total	172,77	128,18	3.942,86	1.997,06	4.115,63	2.125,24	51,6%

Fonte: Castro, Poffo e Souza (2016). Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/6000/pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Outro aspecto informado por esses dados é que, no fim das contas, 48,4% das dotações autorizadas não foram executadas, o que significa dizer que muitos projetos e ações do programa *Brasil no Esporte de Alto Rendimento* foram realizados apenas parcialmente, de modo restrito, ou suprimidos. Na soma total das dotações liquidadas no período (entre ME e MD), as ações voltadas para a realização dos Jogos Mundiais Militares (2011), Copa do Mundo FIFA (2014) e Jogos Olímpicos (2016) representaram 65,5% do montante, enquanto ações voltadas para a formação de atletas, infraestrutura e tecnologia aplicada ao esporte ficaram com 34,5% do valor liquidado (IDEM, p. 150), o que reafirma a avaliação feita anteriormente de que as dotações orçamentárias foram ampla e prioritariamente destinadas à imediata produção de resultados, mediante fomento direto aos possíveis medalhistas, e à organização dos grandes eventos esportivos, no intuito de promover a representação nacional através do esporte.

Entretanto, os autores supracitados (IDEM, p. 153) também verificaram oscilações no aporte de recursos para concessão de bolsas a atletas de alto rendimento, sobretudo através do programa *Bolsa Atleta* (a ser detalhado no capítulo seguinte). Além disso, não se verifica ações de longo prazo como, por exemplo, planos de transição de carreira (FERREIRA JÚNIOR; RUBIO, 2017), afinal, a carreira esportiva profissional possui um ciclo relativamente curto e isso gera efeitos de ordem emocional, conseqüentemente interferindo em fatores tais como a motivação e o desejo de continuidade dos atletas. Tais aspectos podem comprometer a promoção e consolidação do país como uma potência esportiva mundial, como se queria no citado *Plano Decenal de Esporte e Lazer* (IDEM, p. 155).

E, embora o Ministério da Defesa tenha tido importante participação no gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento do esporte nacional e organização dos grandes eventos esportivos, não se pode dizer que os “esportes militares” propriamente, que também são de “representação nacional”, tiveram um crescimento significativo ou difusão interna às FFAA, uma vez que a maior parcela dos investimentos feitos a partir dessa agenda esportiva foi destinada aos esportes olímpicos “paisanos”.

Todavia, se os “esportes militares” não foram priorizados no aporte de recursos ao longo desse período, as equipes das Forças Armadas, nos Jogos Mundiais Militares Rio-2011, conseguiram o feito notório de um 1º lugar no quadro de medalhas. Para além do fato de que nem todos os países considerados potências olímpicas replicam essa condição para os “esportes militares”,⁴¹ e vice-versa (ou seja, em certo sentido, essas “frentes” podem ocorrer independentemente uma da outra), é preciso esmiuçar esse caso, pois, afinal, parte significativa desse resultado encontra-se atrelada às ações do *Programa Atletas de Alto Rendimento*, que incorporou atletas de alto rendimento em regime temporário às Forças Armadas para a disputa dessas competições.

Nesse sentido, Guirra (2014, p. 41) sustenta que “os Jogos Mundiais Militares só justificaram sua vinda ao Brasil para atender aos anseios do esporte olímpico nacional”, mais uma vez apontando para a predominância de um caráter imediatista nessas políticas, em detrimento da formação, por exemplo, em clubes, escolas e universidades, na constituição do cenário esportivo brasileiro. A este respeito, o autor ainda diz que:

[...] os atletas militares incorporados às Forças Armadas, em grande parte, são os mesmos patrocinados pelo Ministério do Esporte e que fazem parte do Time Brasil, a seleção olímpica nacional, ou seja, em via de mão única, tudo vem e volta ao alto rendimento. (GUIRRA, 2014, p. 161)

Mas o que se destaca, nesse contexto, é que as Forças Armadas, ainda que não pela via direta do fortalecimento dos “esportes militares” e da Comissão Desportiva Militar do Brasil, e não ocupando cargos de direção da educação física e do esporte nacional, operaram um plano aparentemente eficaz de reinserção na política esportiva nacional e, talvez mais amplamente, de veicular, em tempos de dissolução das guerras nacionais, uma “propaganda de guerra”⁴² que chancele suas ações e confira sentido à sua existência, movimentando, assim, o mecanismo do “sistema da guerra”. E, de acordo com Elias e Dunning (1985, pp. 324-325), o esporte teria essa capacidade de, em “tempo de paz”, proporcionar regularidade e visibilidade a “unidades sociais complexas e impessoais”, como é o caso das FFAA. Esse assunto será retomado adiante.

⁴¹ É o caso dos EUA, país que tem nas universidades, e não nas FFAA, seu lugar principal de formação de atletas olímpicos. Por sua vez, China e Rússia se sustentam bem nessas duas frentes; a diferença é que *militares atletas* chineses e russos competem proporcionalmente em maior número tanto nos Jogos Mundiais Militares como nos Jogos Olímpicos.

⁴² Agradeço a Leirner por essa observação, que será adiante desdobrada. Exame de qualificação, 20 de março de 2019.

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS ESPORTIVAS E O PROGRAMA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

A partir desse contexto mais amplo visto nos capítulos anteriores, passo agora à proposta mais específica, a de apreender, através de etnografia, um coletivo a que denomino *atletas militares*. Para atingir esse propósito, primeiramente, fiz levantamento e coleta de informações em veículos jornalísticos (seções esportivas principalmente, mas não somente) e em publicações “oficiais” (de entidades como Ministério do Esporte, Comitê Olímpico do Brasil, Comissão de Desportos do Exército), em busca de matérias que tratassem dessa relação entre atletas de alto rendimento e o programa militar de incentivo ao “esporte de representação nacional”.

Tal escolha de objeto de pesquisa foi motivada, primeiramente, pela percepção de que os *atletas militares* se constituíam enquanto um coletivo específico, o que de certo modo estabeleceu o foco dessa investigação antropológica, uma vez que, quando se fala em atletas de modo geral, é preciso notar que estes possuem capacidades atléticas distintas e precisam atender a um conjunto de regras específicas referentes às suas respectivas modalidades. Cada modalidade esportiva pode requerer um ou vários *corpos* e, portanto, se estabelece relações específicas, quase que singulares, entre a “natureza” do esporte, as posições ocupadas por cada atleta, as exigências da categoria, a perícia esperada, as “moralidades” que incidem sobre as diferentes práticas etc., e os tipos de corpos atléticos que desse conjunto podem emergir, ser forjados. Para fins analíticos, seria interessante atentar para essas diferenças na interlocução com os atletas e na produção de descrições; porém, por ora, esse aspecto não será tratado, uma vez que, para os propósitos dessa pesquisa, o que os caracteriza enquanto coletivo é o fato de compartilharem aspectos dos “mundos” esportivo (“civil”) e militar. E também por sustentar que esse fenômeno recente de incorporação de atletas de alto rendimento às Forças Armadas aponta para características que são próprias do nosso sistema esportivo e seus modos de operação no que se refere à gestão política do “esporte de representação nacional”, o que se reflete na mencionada produção esparsa e contingente de atletas de alto rendimento no Brasil.

Nesse sentido, primeiramente verifiquei dados sobre o *Programa Atletas de Alto Rendimento* (PAAR), uma parceria firmada em 2008 entre os Ministérios do Esporte e da Defesa, responsável por lançar editais públicos anuais para incorporação de atletas “paisanos” às Forças Armadas. Estes devem estar vinculados às respectivas federações/confederações e inseridos no circuito competitivo de “representação nacional”. O processo de seleção leva em

conta os resultados mais recentes (de acordo com cada ciclo e calendário) obtidos pelos atletas nas principais competições de suas modalidades e, assim, as colocações obtidas nas provas e as posições ocupadas nos respectivos *rankings* são convertidos em pontos para a classificação e posterior chamada para entrevista e TAF (Teste de Aptidão Física).⁴³ O número de atletas convocados e as modalidades abrangidas variam de um edital para outro, de acordo com a “necessidade”; isto é dizer que as vagas são atribuídas conforme a circunstância de ter atletas de alto rendimento se destacando em competições nesta ou naquela modalidade,⁴⁴ evidenciando um interesse direto e imediato pelo resultado.

Os atletas são admitidos na condição de graduados⁴⁵ temporários, passam por um ciclo básico de treinamento militar de duas a três semanas de duração, onde recebem instruções teóricas (acerca dos “valores”, regulamentos, gestos militares etc.) e práticas (o “campo”, o acampamento militar) e, uma vez aprovados, poderão usufruir dos benefícios correspondentes ao posto de 3º Sargento por um período de até 8 anos, o que inclui soldo,⁴⁶ 13º salário, férias, plano de saúde, recolhimento previdenciário, além de benefícios para a carreira esportiva propriamente, como médicos, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas especializados na área esportiva dentro das Forças Armadas, e ainda a possibilidade de uso das instalações esportivas militares, que ficam à disposição.⁴⁷

Por esse método de seleção do PAAR, incorpora-se os atletas com os melhores rendimentos em cada modalidade contemplada, dando-lhes condições para que se dediquem exclusivamente à carreira esportiva, e condicionando sua continuidade no programa à manutenção da alta performance, como fica evidente no trecho que segue: “[...] a Comissão Desportiva Militar Brasileira (*sic*) adverte: para usufruir das vantagens de ser um atleta militar, o rendimento será fundamental. É uma troca. Quem apresentar resultados, terá a contrapartida, como no Bolsa Atleta.” (*apud* GUIRRA, 2014, p. 54). O *Bolsa Atleta* é um programa complementar ao PAAR, e trata-se de benefício concedido a “atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio ou condições para se dedicarem exclusivamente ao esporte” (IDEM, p. 189), e que cumprirem pré-requisitos tais como “estar matriculado em

⁴³ Fonte: Comissão de Desportos do Exército. Disponível em: <http://www.cde.eb.mil.br/images/Aviso-de-convocao_2018_CDE_ALTO_RENDIMENTO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁴⁴ Informação obtida em entrevista (*Op. cit.*) com *atleta militar* do Exército.

⁴⁵ Também conhecidos como “praças”. Não se passa diretamente de graduado a oficial, a não ser em casos especiais (CASTRO, 2004; ATASSIO, 2012). Para quadro completo dos postos e graduações que compõem a hierarquia militar brasileira em cada uma das três Forças Armadas, ver **Anexo B**.

⁴⁶ Atualmente em torno de R\$ 3.500,00. Fonte: Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/sdpp/images/novos_soldos_percentual.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

⁴⁷ Fonte: “Programa Atletas de Alto Rendimento”, Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://jogosmilitares.defesa.gov.br/institucional/programa-atletas-de-alto-rendimento>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

instituições de ensino, participar de competições, ter vínculos com entidades esportivas e comprovar participação em treinamentos” (IDEM, IBIDEM). Os valores variam de acordo com os níveis (estudantil, nacional, internacional e olímpico), e, nessa escala, atletas olímpicos podem receber um valor próximo ao do soldo militar acima citado (de aproximadamente R\$ 3.500,00).⁴⁸ *Atletas militares* podem acumular ambos os benefícios.

Assim, por esse processo de incorporação de atletas “paisanos” e de fomento das FFAA ao “esporte de representação nacional”, potencializou-se o grau de competitividade e performance das equipes brasileiras naquelas que figuram como as maiores competições esportivas mundiais (ao lado da Copa do Mundo de Futebol da FIFA), e que teriam lugar na cidade do Rio de Janeiro: os Jogos Mundiais Militares (2011) e os Jogos Olímpicos (2016). A propósito, esse período de grandes eventos esportivos no Brasil, que se inicia com a disputa dos Jogos Pan-Americanos Rio-2007, foi cunhado por alguns pesquisadores de “década esportiva” (SPAGGIARI; MACHADO; GIGLIO, 2016).

Não por acaso, esse período foi marcado por extraordinários investimentos em estruturas e equipamentos esportivos, além da capacitação de atletas olímpicos com vistas à produção quase imediata de resultados, estratégia que apresentou sua eficácia, afinal, quase 70% das medalhas (13 de 19) obtidas pelo Time Brasil nos Jogos Olímpicos Rio-2016 foram conquistadas por *atletas militares*, os quais representavam cerca de 30% da delegação brasileira (145 de 465);⁴⁹ de toda forma, o Brasil ficou em 13º lugar. No caso dos Jogos Mundiais Militares Rio-2011, o dado é ainda mais significativo, pois “a conquista brasileira desbancou equipes com tradição em Jogos Militares, como a China, a Itália, a França e a Alemanha, que possuem militares de carreira na composição de suas equipes” (GUIRRA, 2014, p. 57). Para se ter ideia da dimensão desse resultado, segue uma comparação e um quadro para ilustrar:

Com 40 de suas 45 medalhas de ouro obtidas por atletas de alto rendimento incorporados pelas Forças Armadas, o Brasil ficou no topo do quadro de medalhas dos Jogos Mundiais Militares [...] Na edição anterior, o país terminou em 31º [33º] lugar. [...] Se só as conquistas dos militares

⁴⁸ Para maiores detalhes sobre pré-requisitos e valores pagos pelo programa Bolsa Atleta para cada categoria, consultar seção da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) que trata do assunto. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/prerequisitos.jsp>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁴⁹ Fonte: “Atletas militares conquistam 68% das medalhas brasileiras”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2016/08/atletas-militares-conquistam-68-das-medalhas-brasileiras>>. Acesso em: 8 out. 2018.

profissionais fossem consideradas, o Brasil encerraria o evento em nono lugar.^{50 51}

Quadro 1. Resultados do Brasil em cada edição dos Jogos Mundiais Militares (1995-2015).

	1995 Roma (ITA)	1999 Zabreb (CRO)	2003 Catânia (ITA)	2007 Hyderabard (IND)	2011 Rio de Janeiro (BRA)	2015 Mungyeong (KOR)
	36 ^o	22 ^o	15 ^o	33 ^o	1 ^o	2 ^o
	-	1	1	-	45	34
	1	4	5	2	33	26
	2	3	-	1	36	24

Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://jogosmilitares.defesa.gov.br/jogos-mundias-militares/brasil-nos-jmm>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Em matéria sobre o PAAR veiculada em 2011, ano dos Jogos Mundiais Militares no Rio, encontra-se fala significativa de um oficial da Marinha, diretamente envolvido com o programa. Segue abaixo trecho da matéria:

Fizemos um edital público de convocação de atletas de alto rendimento que eram civis e ingressaram nas Forças Armadas. Ingressaram para ser atletas. Como ingressam para ser cozinheiro, técnico em eletrônica, técnico em informática, enfermeiro, para várias funções – explica o vice-almirante Bernardo Gamboa. Ele conta que diversas outras nações recorrem a essa prática, com a intenção de melhorar seu desempenho na olimpíada militar.⁵²

No entanto, para que não fiquemos apenas com um lado dessa equação, vejamos em maiores detalhes o aspecto estrutural dos centros de treinamento esportivo de alto rendimento no Brasil, a fim de complementar esse panorama. Conforme esquema que esbocei anteriormente (*subcapítulo 2.1*), o qual informa sobre a composição do “modelo” de

⁵⁰ Fonte: “Atletas de farda fazem Brasil vencer competição”, por Damaris Giuliana. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2011/07/farsas-armadas/>>. Acesso em: 8 out. 2018.

⁵¹ Note-se, porém, a significativa melhora nos resultados dos chamados “militares profissionais”, impulsionada, talvez, pelo fator “casa” ou, mais provável, pelo maior aporte de recursos e incentivos que, direta ou indiretamente, beneficiaram *militares atletas*.

⁵² Fonte: “Atletas entram nas Forças Armadas para disputar Jogos Militares”. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5086882-EI6583,00-Atletas+entram+nas+Forcas+Armadas+para+disputar+Jogos+Militares.html>>. Acesso em 18 set. 2019.

formação de atletas de alto rendimento no Brasil (clubes poliesportivos privados, clubes de futebol, universidades, Forças Armadas etc.), é preciso destacar, conforme referido anteriormente, que esse modelo não apenas tende à dispersão como apresenta um caráter contingente e circunstancial, o que pode ser observado a partir das políticas e espaços de produção de atletas disponíveis. Nota-se, afinal, que o número de centros esportivos no país capazes de formar atletas olímpicos é bastante reduzido, e uma fração ainda menor consegue o feito de produzir atletas aptos a ganhar uma competição mundial ou medalha olímpica (MAZZEI *et al.*, 2012). Ricardo Leyser, ex-integrante do Ministério do Esporte, afirmou em entrevista o que segue: “Nós temos um problema estrutural. Nós só temos, hoje, dois patrocinadores relevantes no esporte brasileiro: as famílias, que pagam pros seus filhos irem ao clube, academia, pra ter algum acesso ao esporte; e o Governo Federal”.⁵³

Para que fique claro, o PAAR não forma atletas. Isso se confirma, por exemplo, na fala do General-de-Divisão Décio dos Santos Brasil, chefe do CCFEx à época dos Jogos Olímpicos Rio-2016: “Os atletas já vêm prontos e o Exército dá todo o apoio para melhorar o desempenho deles nas competições. Aqui eles têm uma ótima estrutura para o treinamento, além de hospedagem, alimentação e atendimento médico de qualidade”.⁵⁴ Por sua vez, o General-de-Brigada Jorge Antonio Smicelato, que viria posteriormente a ser chefe do CCFEx, atribui o êxito do PAAR sobretudo ao método de seleção dos atletas, afirmando que “não é mérito nosso a preparação dos atletas para o rendimento desportivo; nós dependemos muito dos clubes, dependemos do apoio da confederação, então a nossa convocação, o processo de seleção, mostra que tem sido muito bem feito”.⁵⁵

É preciso mencionar, porém, que o Ministério da Defesa e as FFAA promovem o Programa Forças no Esporte (PROFESP), que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social,⁵⁶ mas, apesar de sua importância no que se refere à iniciação esportiva (e à garantia de direitos e oportunidades), trata-se de programa de assistência social, e não de formação de atletas, embora dele possam provir futuros atletas de alto rendimento e até mesmo *atletas militares*. Mas, como afirmou Rubio: “A participação brasileira nos Jogos

⁵³ Fonte: “Os atletas são o maior legado dos Jogos Olímpicos 2016”. Rádio USP, São Paulo, 4 ago. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/os-atletas-sao-o-maior-legado-dos-jogos-olimpicos-2016/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

⁵⁴ Fonte: “Programa de Alto Rendimento é tema de Jornal da Rede Globo”. Disponível em: <<http://exercito-rio2016.eb.mil.br/web/ccfex/-/programa-de-atletas-de-alto-rendimento-e-tema-de-telejornal-da-rede-globo?inheritRedirect=true&redirect=%2F>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁵⁵ Fonte: “Brasil conquista o 1º lugar no Ranking de Medalhas do 49º CISM”. Comando Militar do Leste, Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z8KF8ns33gE>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

⁵⁶ Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

reflete um modelo de destaque imediato relacionado, exclusivamente, à condição do Brasil ser o país sede. Não houve um pensamento de política a longo prazo”.⁵⁷ Enfim, com isso, segue que a nossa formação de atletas, quando colocada na chave de sua duração no tempo, continua dependente de “ciclos”.

3.1 A estrutura dos centros de treinamento esportivo de alto rendimento

Em pesquisa de caráter descritivo, baseada em fontes documentais e conversas com dirigentes de confederações de modalidades olímpicas,⁵⁸ Mazzei *et al.* (2012) afirmam, a partir de avaliação de seus indicadores e resultados, que o Brasil não possui uma política efetiva no que se refere ao desenvolvimento de centros de treinamento esportivo, amparados em critérios tais como “a interação do sistema esportivo com a política e a economia do país; o papel das forças armadas (*sic*) e o sistema educacional; a pesquisa científica específica; e o apoio do setor privado e da mídia em geral no desenvolvimento do esporte” (IDEM, p. 1576), por sua vez observados através de “investimentos e ações voltadas às estruturas organizacionais do esporte; ao desenvolvimento de talentos esportivos; apoio à carreira de atletas e técnicos; um calendário de competições esportivas; e a aplicação de pesquisa científica específica ao esporte” (IDEM, IBIDEM). Meira, Bastos e Böhme (2012), em pesquisa paralela, compartilham desses critérios e abordagens, que compreendem três níveis de análise:

[...] o macro, o meso e o micro. O macro nível compreende as condições gerais (sociais, econômicas, históricas, culturais, entre outras); o meso nível engloba as políticas da sociedade e do respectivo governo voltadas para o esporte; já o micro nível refere-se aos aspectos específicos do treinamento físico e desempenho individual de atletas. (MEIRA, BASTOS, BÖHME, 2012, p. 252)

No “modelo” adotado, o suporte financeiro e a “cultura e participação esportiva” se apresentam como entradas (*inputs*) necessárias para disparar o processo de desenvolvimento do esporte em um país e, eventualmente, a sua consolidação no cenário esportivo mundial

⁵⁷ Fonte: “Legado da Olimpíada do Rio será tema de seminário”. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/legado-das-olimpiadas-sera-tema-de-conferencia>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

⁵⁸ Segundo consta, além de consulta aos *sites* do Ministério do Esporte, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comitê Olímpico do Brasil (COB) etc., informações foram diretamente colhidas por *e-mail* e telefone com gestores de 31 confederações esportivas, responsáveis por 43 modalidades olímpicas.

(MAZZEI *et al.*, 2012, p. 1577). Estes *inputs* envolvem os níveis “macro” e “meso”, das políticas públicas para o esporte, da infraestrutura, equipamentos e profissionais especializados (técnicos, preparadores físicos, médicos, fisiologistas, fisioterapeutas, psicólogos etc.), do engajamento em uma “cultura esportiva”, enfim, parâmetros que são fundamentais para que se tenha as condições mínimas necessárias, no nível “micro”, para a formação e manutenção de atletas de alto rendimento.

Rubio (2001, p. 149), por exemplo, irá trabalhar com a noção de “variáveis dependentes (internas) e independentes (externas) da performance”, sendo o primeiro conjunto relativo a aspectos corporais propriamente, isto é, fisiológicos, biomecânicos, e mesmo psicológicos, enquanto o segundo conjunto estaria relacionado a aspectos socioculturais. Isto é dizer que a análise da performance esportiva compreende adotar uma perspectiva que possa apreender esse enredamento entre corpos atléticos e apercepções diversas do fenômeno esportivo. Evidentemente, esta não é uma equação fechada, afinal, os contextos socioculturais, político-governamentais e dos grupos de pessoas e entidades (atletas, clubes, federações, comitês etc.) podem variar e alterar situações que nem sempre podem ser modificadas ou influenciadas por ações isoladas neste ou naquele âmbito; além do mais, podem convergir ou divergir a depender do caso. Estamos, afinal, falando de “modelos”, conforme apresentados por Meira, Bastos e Böhme (2012) e Mazzei *et al.* (2012).

De acordo com indicadores adotados pelos autores, baseados em referências e experiências mais recentes de outros países (como Austrália, Inglaterra, Bélgica, Itália e Espanha), um centro de treinamento esportivo considerado de excelência deve dispor de estrutura que atenda a uma série de requisitos e disponha de serviços específicos, que passo a listar: instalações e equipamentos esportivos de alta qualidade; alojamentos amplos, seguros e próximos aos locais de treinamento; centros educacionais e áreas de estudo e convivência (internos ou próximos às instalações); um órgão administrativo específico para gerir o funcionamento dessas instalações; equipes técnicas esportivas e serviços médicos (esportivos e gerais) no interior das instalações; e departamentos científicos voltados ao esporte de alto rendimento (IDEM, p. 1578).

No Brasil, dados de 2010 indicam que, de 31 confederações de modalidades olímpicas, 15 possuem locais próprios utilizados como centros de treinamento esportivo, o que representa 48,3% do total (IDEM, p. 1581); isto é dizer que aproximadamente metade das modalidades olímpicas não contava com centro próprio adequado para treinamento esportivo. E, mesmo entre os centros existentes, não havia garantias de que atendessem totalmente às exigências estipuladas, conforme descrição abaixo:

Quanto à existência de instalações esportivas para o treinamento de atletas de alto rendimento levantados junto às Confederações Esportivas Olímpicas, apenas alguns dos identificados, como os das modalidades Futebol, Voleibol e Tiro com Arco apresentam diversas informações sobre suas características que são semelhantes às encontradas junto aos parâmetros de classificação de CTEs [Centros de Treinamento Esportivo], ou seja, afirmam possuir instalações e equipamentos de qualidade; meios materiais, técnicos, pedagógicos e humanos; acomodações para atletas; oferecimento de áreas de convivência; serviço médico-esportivo; departamentos científicos e de investigação, mesmo que não cumpram a questão de instituições educacionais em seus interiores ou nas proximidades. (MAZZEI *et al.*, 2012, p. 1582)

Como o foco nos últimos anos foi voltado para a organização dos grandes eventos esportivos, conforme apontado em seção anterior, o que se priorizou em termos de estrutura esportiva foi a construção de arenas, ginásios, estádios etc. destinados às competições, bem como as “vilas” para alojar as delegações vindas de toda parte, e essas instalações não possuem as mesmas características dos centros esportivos para formação e treinamento de atletas, relegados à segundo plano no âmbito do Ministério do Esporte. Mais que isso:

[...] verificou-se que não existe na legislação esportiva brasileira atual nenhuma ação efetiva ou referência específica quanto ao papel do Estado na construção e manutenção de Centros de Treinamento para as modalidades olímpicas e para o esporte de alto rendimento, bem como os requisitos necessários para a classificação de uma estrutura com esta finalidade. (MAZZEI *et al.*, 2012, p. 1579)

Essa inépcia na gestão de nosso sistema esportivo pode ser, em parte, atribuída às ingerências político-administrativas das federações, confederações e COB (GIGLIO, 2013; GUIRRA, 2014). Não se trata, porém, de discorrer sobre corrupção, incompetência e coisas do gênero. Entretanto, cumpre notar que essas atribuições, em alguma medida, foram transferidas para outros setores, como o Ministério da Defesa, por meio da utilização de instalações esportivas das Forças Armadas e realização de cursos, seminários e intercâmbios voltados para a formação de profissionais do esporte no interior da caserna. De certo modo, essas entidades deram abertura para a inserção de novos atores na política esportiva nacional,

através de convênios e parcerias, e um desses espaços de inserção foi ocupado, através do PAAR, pelas Forças Armadas.⁵⁹ A nota a seguir traz alguns detalhes:

[...] a EsEFEx, após sua criação, passou a contribuir com as diversas Confederações Desportivas que compõem o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), tanto com a presença de atletas militares nas delegações olímpicas, quanto na preparação física, tática, técnica e administrativa. Em adição a este envolvimento direto, a EsEFEx passou também a ceder instalações para alojamento e treinamento de equipes nacionais esportivas desde que eram notórias as carências de meios para o esporte em geral. (SOEIRO; TUBINO, 2003, p. 338)

Nesse contexto, destaque-se ainda que as FFAA contam com o Centro de Educação Física “Almirante Adalberto Nunes” (CEFAN), considerado referência em treinamento esportivo. O centro, localizado na cidade do Rio de Janeiro, pertence à Marinha do Brasil. A título de informação, o CEFAN possui um complexo esportivo que compreende: pista olímpica de atletismo; parque aquático com piscina olímpica e tanque para saltos ornamentais; ginásio poliesportivo (que inclui um dojô, um ringue de boxe e aparelhos de ginástica); dois campos de futebol; quatro quadras de vôlei de praia; duas quadras de tênis; e uma pista de obstáculos para o pentatlo naval. O complexo conta ainda com alojamento, o Centro de Reabilitação Físico-funcional Desportivo e laboratórios de biomecânica e fisiologia.⁶⁰

Trato antes desses programas militares e políticas esportivas, incluídos os aspectos estruturais, materiais, científico-tecnológicos etc., pois foi a partir dessa produção de resultados em curto prazo, efeito dessa integração *esportivo-militar* observada no movimento de incorporação de atletas de alto rendimento às FFAA, juntamente do gesto caracteristicamente militar de prestar continência realizado por alguns desses atletas, que os assim chamados *atletas militares* passaram a ser notícia; foi o que também, particularmente, despertou meu interesse para o tema enquanto pesquisador.

⁵⁹ Fonte: “Forças Armadas, as caçadoras de medalhas”, El País Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/16/deportes/1471303222_007454.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

⁶⁰ Fonte: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Disponível em: <<http://www.cbtm.org.br/palco-do-aberto-de-jovens-2012-o-cefan-ajuda-a-abrilhantar-a-competi%C3%A7%C3%A3o.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAPÍTULO 4. HIPÓTESES E PROBLEMAS DE PESQUISA

As especulações em torno dos interesses e intenções dos atores e entidades neste âmbito enredados, isto é, os “agenciamentos político-esportivos” (SPAGGIARI; MACHADO; GIGLIO, 2016), entendidos aqui como relações estabelecidas entre segmentos do Estado e “agentes do universo esportivo” (IDEM), ou, de forma mais direta e simplificada, as relações entre “esporte” e “política”, certamente contribuiriam para o entendimento do contexto e circunstanciação de nosso objeto de pesquisa no conjunto das relações que caracterizam esse sistema esportivo nacional. No entanto, configuram escopo muito amplo e, além disso, tal empreendimento exigiria que eu estivesse em contato, por exemplo, com pessoas vinculadas ao Ministério do Esporte, COB, Exército etc., organizações nas quais a transparência e a abertura ao público parecem não constar como características. Voltarei a esse ponto adiante, quando tratar mais especificamente das minhas tentativas de contato com a Comissão de Desportos do Exército (CDE).⁶¹

A princípio, busquei tratar dos motivos pelos quais atletas de alto rendimento procuravam incorporar-se às Forças Armadas: se havia um “gosto” prévio, por assim dizer, pela vida militar, ou se estavam apenas em busca de estabilidade profissional, o que procurei apreender pelo prisma dos *atletas militares*. Embora possam ser complementares, é possível afirmar que a segunda alternativa (a garantia de estabilidade, ainda que temporária) encontra-se mais próxima das informações que obtive em conversas com alguns desses *atletas militares*, bem como aquelas divulgadas pelo PAAR, as quais indicam que o programa de incentivo ao esporte das Forças Armadas opera mais como um patrocinador e, além disso, as atividades de cunho propriamente militar exercidas por atletas incorporados estão limitadas apenas a alguns protocolos e expedientes.⁶²

Entretanto, as vivências militares experimentadas por esses atletas, engendradas nessa conjunção *esportivo-militar*, não devem ser minimizadas, afinal, para além de existir uma literatura histórica, sociológica e antropológica que constata a reciprocidade quase que intrínseca entre “esportes” e “guerras”, inferida a partir de características comuns, como uso de técnicas corporais, regras e normas bem fixadas, aspectos de tática e estratégia etc., ou da

⁶¹ Para relatos sobre as dificuldades de se fazer pesquisa em organizações militares, seja solicitando documentos, entrevistas ou permissão para pesquisa de campo, ver Leirner (1997), Colli de Souza (2008), Atassio (2012) e Pires (2014).

⁶² Além do já mencionado curso básico de formação e treinamento militar, após o qual retornam às suas rotinas de treinamento esportivo, os atletas precisam também “encaminhar informações sobre o local e a frequência de treinamento às suas bases militares de origem, com vistas ao controle por parte da instituição militar” (GUIRRA, 2014, p. 159).

relação estreita entre educação física, culto ao corpo e treinamentos militares (CASTRO, 1997; SOEIRO; TUBINO, 2003; GUIRRA, 2014), ou ainda das operacionalizações da “hierarquia” e da “disciplina” militares no âmbito das práticas esportivas no interior da caserna (CANCELLA, 2012; PIRES, 2018), é preciso destacar que os dados mais recentes, obtidos através de entrevistas com *atletas militares*, também indicaram essas correlações entre os “valores” do esporte e da caserna, entre aspectos que caracterizam as carreiras esportiva e militar, ou ainda, entre *ser* atleta e *ser* militar, para reiterar aqui uma *noção de pessoa*.

Mas, apesar dessas pertinentes considerações sobre as características e “valores” comuns que essa relação específica pode engendrar, ainda sustento que, no caso dos atletas vinculados ao PAAR, uma noção de *pessoa esportiva* (isto é, “civil”, “paisana”) acaba por prevalecer, na chave do tempo e também da “consciência”, em relação a uma noção de que estes se converteriam em *pessoa militar*, ou mesmo uma *pessoa esportivo-militar*, afinal, verificou-se que, na vida esportiva desses atletas, a emergência de um caráter militar fica relegada a momentos específicos tais como palestras, formaturas, premiações, eventos comemorativos etc.

Assim, por meio de referências discursivas e o constante uso de metáforas e analogias, reafirma-se a importância das Forças Armadas para o desenvolvimento do esporte no país, bem como as características compartilhadas entre os “mundos” esportivo e militar (a disciplina corporal e mental, princípios de combate e defesa, o estoicismo, a resiliência e até certo ufanismo), como se verifica, por exemplo, na seguinte fala do General-de-Divisão Racine Bezerra Lima Filho: “No esporte nós temos a oportunidade de desenvolver o espírito de luta e o espírito de equipe, que são atributos extremamente necessários para o combate, razão de ser da existência de um Exército”.⁶³

De fato, em países como França, Alemanha e China, o “time militar” coincide com o “time nacional” em grande medida, muito em função desse compartilhamento de características entre o “mundo” esportivo, mais especificamente este plasmado no que se denomina Movimento Olímpico ou “Olimpismo”⁶⁴ (DACOSTA, 1999; TAVARES, 1999; RUBIO 2011; GIGLIO, 2013; PEREZ; RUBIO, 2014), e os aspectos doutrinários do “mundo”

⁶³ Fonte: “Jogos Desportivos do Exército 2015 reúnem militares de todo o país em Brasília”. Exército Brasileiro, junho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7PPMFj_2yF8>. Acesso em: 04 ago. 2019.

⁶⁴ Um conjunto de preceitos de cunho liberal e humanista, espécie de código de ética universal, que abarca genericamente valores tais como amizade, excelência, respeito, coragem, determinação, inspiração, igualdade (PEREZ; RUBIO, 2014). Aqui vale fazer a seguinte distinção: “[...] o termo Olimpismo refere-se ao conjunto de valores pedagógicos e filosóficos do Movimento Olímpico, e não aos aspectos formais e/ou burocráticos que sustentam a instituição e o fenômeno olímpico” (RUBIO, 2011, p. 85).

militar, ambos constituídos por *corpus* de regulamentos e resoluções destinados a modular *pessoas* mediante teses de cunho invariavelmente nacionalista e positivista. Além, claro, de políticas públicas específicas para a integração de *militares atletas* e *atletas militares* no circuito de competições esportivas nacionais e internacionais, uma vez que esses países formam atletas de ponta nessas duas “frentes”, a “paisana” e a militar.

Mas o problema, enfim, que procuro destacar, é que, ainda que exista um “gosto” e interesse pela carreira militar (o que seria plenamente compatível), todo atleta profissional (isto é, aquele que considera e tem o “esporte” como sua atividade principal) deseje primeiramente e irá buscar fomentos para poder dedicar-se exclusivamente ao ofício esportivo, isto é, “viver” do esporte, independentemente da fonte, e o PAAR, ainda que temporariamente, proporciona isso. E a carreira esportiva, além de possuir um ciclo relativamente curto⁶⁵ (diferentemente da carreira militar *stricto sensu*), produz incertezas e momentos de instabilidade mesmo nos períodos de atividade plena.

Isto é dizer que nem todo atleta que alcance a alta performance, que obtenha índices olímpicos, que ganhe medalhas, inclusive, estará necessariamente garantido na carreira esportiva, pois dependerá da manutenção desses recursos através de patrocínios, custeamentos (para viagens, hospedagem, alimentação etc.) e contratos que eventualmente tiverem com clubes e centros de treinamento. A depender do caso, o atleta ainda tem que custear profissionais para acompanhar sua rotina e dispendiosos equipamentos para a prática do esporte. Assim, crises financeiras de clubes e patrocinadores (culminando na falta de suporte material), quedas de rendimento esportivo ou lesões graves e recorrentes, por exemplo, podem fazer com que um atleta profissional perca os benefícios conquistados na carreira, tornando incerta a retomada. Em último caso, terá de se retirar do esporte competitivo, abreviando uma já curta carreira, não raro destituída de garantias trabalhistas e/ou planos de transição ocupacional (FERREIRA JÚNIOR; RUBIO, 2017).

Desse modo, em busca de um ponto de vista “nativo”, foi a partir de etnografia que intentei abordar essa relação engendrada na economia da fabricação do *corpo* e da *pessoa* desses *atletas militares* nas suas rotinas e expedientes. Para a análise antropológica aqui proposta, é a vivência *esportivo-militar* que deve informar, ainda que parcialmente, sobre aspectos e características particulares de como o esporte é praticado e apreendido nesse contexto e assim buscar comparações num plano mais geral. Tal análise foi empreendida a partir de dados colhidos em campo e amparada em literatura antropológica sobre corpo,

⁶⁵ Esse tempo médio, claro, irá variar conforme a modalidade, mas é certo que manter-se em alto nível de performance por longos períodos tem custos severos para os corpos de atletas de alto rendimento.

noção de pessoa, militares e práticas esportivas, arcabouço teórico que também forneceu dados importantes e bastante úteis na produção dessa etnografia dos *atletas militares*.

Em tempo, note-se que a compreensão aqui adotada de etnografia não se restringe tão somente a um método ou procedimento, concepção esta, diga-se, um tanto reducionista do “fazer etnográfico”. Mais que isso, diria, conforme Peirano (2014), que etnografia é “tudo que nos afeta os sentidos” (IDEM, p. 380), e que “etnografia é também teoria” (IDEM, p. 383). Nesse sentido, concorre para a sua composição um conjunto variado e articulado de informações (com relação a fontes, acesso, formato, conteúdo etc.), as quais são absorvidas e transformadas em dados pelo pesquisador, mediante seu repertório analítico e modos de apercepção dos fenômenos antropológicos. Trata-se, em síntese, da noção de que “a observação e a análise contêm, em cada uma delas, a relação entre as duas” (STRATHERN, 2014, p. 350). De modo que uma etnografia não deveria ser definida tão somente pelo “campo”, mas por sua relação simbiótica com a “escrita”. É a interação entre esses “dois campos”⁶⁶ que a caracteriza e a produz; nisso reside seu maior potencial.

4.1 O itinerário da pesquisa de campo

Inicialmente, levantei possíveis locais para pesquisa de campo em conversas com alguns desses *atletas militares*. Através de uma lista divulgada em 2016 pelo Ministério da Defesa,⁶⁷ na qual constavam nome completo, modalidade e a Força pertencente (Exército, Marinha ou Força Aérea) de cada *atleta militar* classificado para os Jogos Olímpicos Rio-2016 (um total de 145; cerca de 30% da delegação brasileira), pude coletar informações para tentar contatar ao menos parte desses atletas. A partir dos primeiros contatos (feitos através de *e-mail* e perfis em redes sociais), pude constatar que vários dos *atletas militares* estavam concentrados principalmente em dois lugares: a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, e o Esporte Clube Pinheiros (ECP), em São Paulo. A partir de então, ficou estabelecido que estes seriam os locais mais propícios para a pesquisa de campo.

Note-se que dados dessa natureza (presentes na referida lista) não se encontram facilmente, afinal, são particulares, fato que para mim revela que, a partir do momento em que atletas estão representando o país ou a nação em um grande evento esportivo, suas

⁶⁶ Tomando de empréstimo a noção presente em Strathern (2014) e Lima (2013) de que a escrita seria uma espécie de “segundo campo”.

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2016/mes07/Rio%202016%20-%20ATLETAS%20MILITARES%2022.07.2016.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

relações profissionais, vínculos com clubes, rendimentos etc. podem tornar-se acessíveis, dado que o caráter de representação nacional parece transcender certos caracteres distintivos que produzem segmentações no “mundo” esportivo (entre clubes, modalidades, categorias, competições, organizadores, patrocinadores etc.); são atletas “nacionais”. Embora essas informações não sejam sigilosas, destaque-se sua veiculação quase que em forma de propaganda, algo raro quando se trata de programas em que há envolvimento das FFAA, que costumam “camuflar” suas informações internas,⁶⁸ como se verá a seguir.

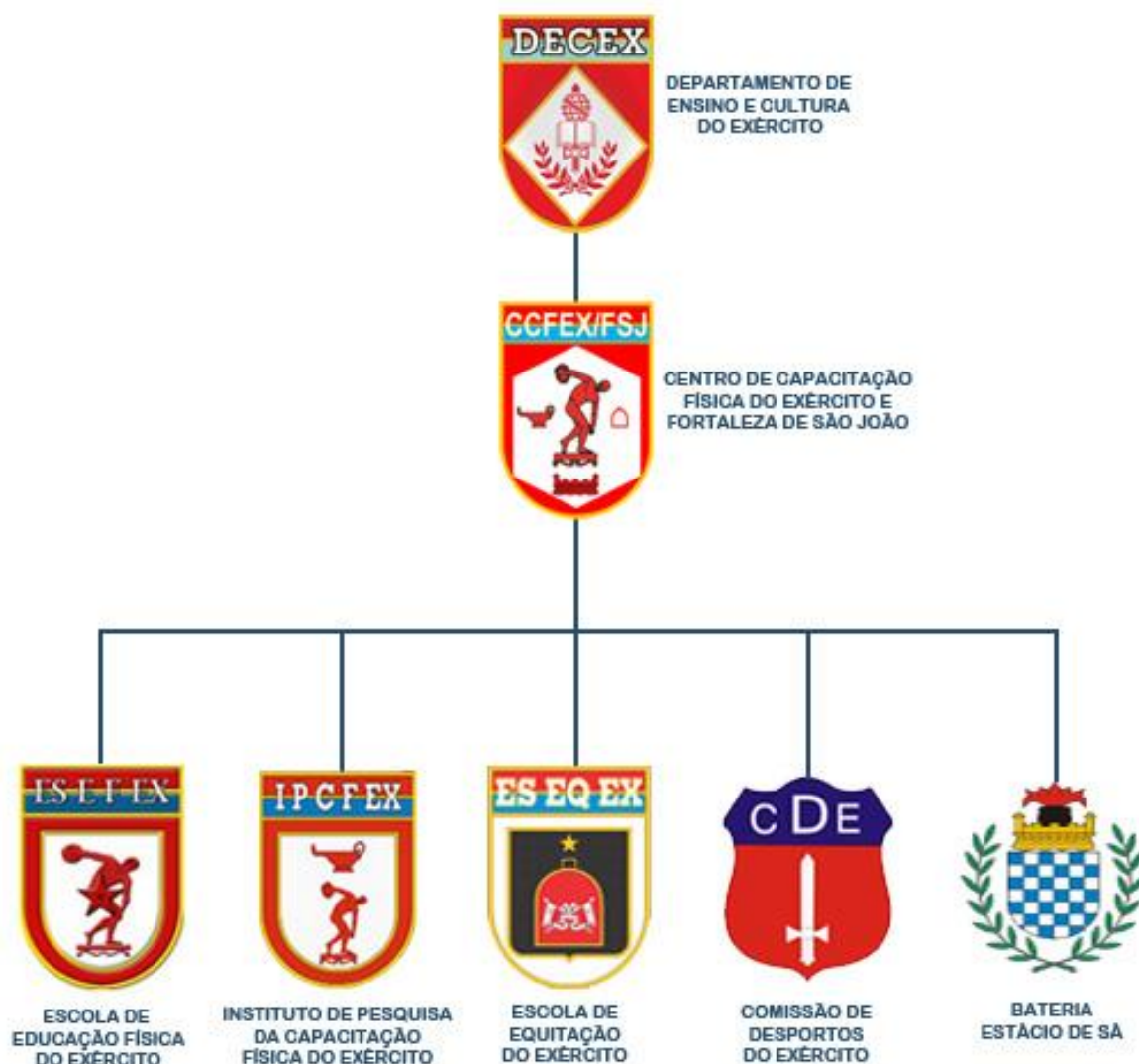
4.1.1 A Comissão de Desportos do Exército

A seção militar que cuida dos atletas do PAAR é a Comissão de Desportos do Exército (CDE), também localizada na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo complexo em que ficam a EsEFEx e o CCFEx, a Fortaleza de São João. Fiz um primeiro contato com a CDE por *e-mail* e obtive rápida e cordial resposta, constando nela o *e-mail* de um Major, identificado como o “gerente” do PAAR, que estaria à disposição para tratar do assunto. No entanto, tentei contato com o referido Major por duas vezes, em períodos diferentes, e não obtive resposta alguma. É certo que eu estava ciente das dificuldades de se fazer pesquisa de campo com militares, sobretudo pelo contato prévio com a literatura disponível sobre o assunto (CASTRO; LEIRNER, 2009),⁶⁹ a qual informa sobre o caráter cerrado de suas organizações e o sigilo com relação às informações internas, mesmo as mais triviais. Além disso, solicitações as mais diversas podem facilmente perder-se em meio aos trâmites burocráticos característicos de uma organização estruturada em termos de “hierarquia” e “disciplina” (LEIRNER, 1997). Toda e qualquer solicitação necessita fazer uma escalada até chegar ao comandante da unidade (o único que poderia, por exemplo, autorizar uma pesquisa de campo) e depois fazer o caminho reverso. E, ainda assim, uma troca de comando, o que ocorre com certa frequência, pode produzir como efeito a volta dessas relações à “estaca zero” (IDEM), dissipadas na espiral burocrática militar.

⁶⁸ Ainda que, no limite, se esteja tratando de atletas “paisanos”, que “estão” militares e, portanto, ocupam lugar ambíguo na hierarquia das FFAA.

⁶⁹ A obra em questão é uma coletânea de artigos da antropologia e áreas afins, os quais refletem sobre experiências vividas em campo e questões metodológicas no trato com militares.

Figura 3. Organograma do Departamento de Educação e Cultura do Exército.



Fonte: Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Para além da burocracia propriamente dita, é preciso considerar ainda a distinção que a “hierarquia”, como regime classificatório, opera entre militares e “paisanos” (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997), que “camufla” e protege a caserna dos olhares curiosos e interessados dos “civis” (pesquisadores, por exemplo), os quais é preciso repelir ou tutelar, para que a “imagem” das FFAA seja preservada, blindada, protegida de críticas ou questionamentos que considerem impertinentes. É como se a lógica operacional da cadeia de comando, esteio do funcionamento de uma organização militar, fosse pervertida em meio a uma possível abertura, tornando a “hierarquia” vulnerável. Em pesquisa na Escola de Sargento das Armas (EsSA), Atassio (2012) afirma que:

Dentre os estudiosos de assuntos militares é conhecida a relutância dos militares em falar e em expor o mundo da caserna aos civis. Muitas vezes o pesquisador, desconhecendo os trâmites legais, a hierarquia da cadeia de comando, a estrutura organizacional interna própria às instituições militares, ou seja, o “caminho das pedras”, tem o pedido de autorização para o estudo negado. Não são poucos os casos onde é necessário recorrer inúmeras vezes e por caminhos diferentes para que a aprovação seja liberada. É também sabido que o tempo requerido para a aprovação da autorização pode ser longo e nesta espera o pesquisador passa por questionamentos sobre os objetivos do trabalho, os métodos, a forma de divulgação do conteúdo, ou até perguntas mais pessoais, como por exemplo o que levou aquele indivíduo ao estudo dos militares. (ATASSIO, 2012, pp. 123-124)

Apesar dos entraves esperados, de ordem burocrática principalmente, mas não somente, como vimos, considere que valia a tentativa, pois o fato de lidar com atletas que não são estritamente militares e solicitar acesso apenas a ambientes esportivos do Exército poderia tornar minha solicitação, de certa forma, mais passível de aceitação. Mas uma organização militar, por sua “natureza”, sempre irá operar com relações “englobantes”, expandindo para o exterior a lógica interna da caserna. De acordo com Pires (2018, p. 12), que fez pesquisa entre policiais militares, estes “replicavam os fundamentos da vida militar como a disciplina, a hierarquia, o cultivo do corpo e um ethos guerreiro que se estendiam para outras relações de suas vidas cotidianas”. E, assim, replica-se a “cadeia de comando” mesmo para aqueles que a princípio não estariam a ela subordinados.⁷⁰ E, ainda sobre pesquisa de campo em organizações militares, suas burocracias e blindagens, Pires (2018) afirma que:

[...] os protocolos e a circulação de documentos serviriam como meios de controle para manter o antropólogo inerte, inibindo-o de tornar evidentes as representações do mundo militar por eles *camufladas*, como algo que está lá, mas que só se torna visível a aqueles que o conhecem e dele partilham. (PIRES, 2018, p. 49, grifo no original)

Após as tentativas frustradas e a leitura de mais relatos sobre pesquisa de campo com militares, vindos não só da antropologia como de áreas afins (CASTRO; LEIRNER, 2009; ATASSIO, 2012; COLLI DE SOUZA, 2008; SILVA, 2010; 2016), percebi que muitas das pesquisas feitas internamente (em arquivos militares, escolas de formação de cadetes, vilas

⁷⁰ Nas pesquisas de Silva (2010; 2016), por exemplo, nota-se como o regime da caserna é extensivo às famílias de militares, isto é, aos cônjuges, filhos e alguns outros relativos que eventualmente participem do convívio familiar (mães ou irmãs de cônjuges, por exemplo). Nesse sentido, a concepção castrense de “família militar” (corporativista) tende a “englobar” outros possíveis arranjos familiares (leia-se “paisanos”).

militares etc.) foram beneficiadas por relações prévias com pessoas influentes nestes meios, ou por “acazos” (estar no lugar ou momento certo, falar com a pessoa certa, de modo a angariar algum interesse ou simpatia etc.) assim reconhecidos somente *ex post facto*.⁷¹ Nesses casos, se fala não apenas em dificuldades burocráticas, mas também entraves relacionados e motivados pelas áreas do conhecimento às quais os pesquisadores pertencem. Isso pode ser atribuído não somente à “natureza” impessoal das organizações militares, mas à visão que parte do oficialato tem do “mundo acadêmico”, advinda de experiências e contatos mais recentes, conforme a descrição de Atassio (2012), que segue como exemplo:

[...] fui encaminhada à sala do coronel chefe da divisão de ensino, responsável pela parte pedagógica da Escola. Nesta sala foi novamente discutido o teor do meu trabalho, donde o coronel ia seguindo, página por página, do meu projeto que estava em seu poder desde que iniciei os trâmites com o intuito de ir a campo, e se encontrava grifado em várias partes. [...] Quando, em meio à conversa informal, falei sobre a demora de um ano para ter aprovada minha visita à EsSA, o sargento disse que os militares eram muito desconfiados com os civis pois em vezes anteriores ao permitirem o acesso destes nas academias, foram surpreendidos com publicações que não correspondiam à realidade do ambiente e que deturpavam a imagem dos militares. Fez a ressalva ainda de que *o fato de não ser antropóloga era ponto positivo a meu favor e citou nomes de antropólogos que estiveram na caserna e que não eram bem-vistos dentro da instituição militar*. (ATASSIO, 2012, p. 128, grifos meus)

A partir dessa informação, percebe-se que, de fato, antropólogos encontram mais obstáculos ao percorrer esse “caminho das pedras”, o que nos leva a questionar as motivações dessa aparente “inimizade” e pensar comparativamente se o mesmo valeria para pesquisadores das ciências exatas e/ou da natureza, afinal, para citar um exemplo vindo das ciências do esporte e do movimento, um estudo de tipo estatístico da biomecânica do salto vertical, publicado em uma revista acadêmica de educação física (RIBEIRO DA SILVA; MAGALHÃES; GARCIA, 2005), contou com a participação de 18 *militares atletas* de voleibol da Força de Fuzileiros da Esquadra; os autores informam ainda que “a participação dos atletas neste trabalho foi autorizada pelos órgãos competentes da Marinha do Brasil” (IDEM, p. 19).

⁷¹ Isso remete a um ensaio de Peirano (1995, n. p.) intitulado *Artimanhas do acaso*, em que a autora faz um paralelo entre o acaso e a bruxaria azande de Evans-Pritchard, ao dizer que: “Na bruxaria ou no acaso [...] a explicação é *a posteriori* e em ambos ela se refere a fenômenos pontuais no tempo e no espaço. Apesar dessa característica de fenômeno individual e particular (as situações em que a bruxaria e o acaso podem atuar são infinitas), os dois tipos de explicações são reconhecidos socialmente como causas legítimas para determinados eventos. [...] esta é uma explicação socialmente aceita entre nós tanto quanto a bruxaria o é para os Azande”.

Ainda que estes pesquisadores “paisanos” não tenham explicitado no artigo os motivos pelos quais buscaram fazer seus experimentos numa instituição militar, e nem o processo de obtenção de autorização e consentimento dos participantes, a forma quase trivial com que isso é colocado passa a impressão de que houve relativa facilidade em acessar esses *militares atletas*, decorrente talvez do caráter mais aplicado, por assim dizer, desse tipo de pesquisa. Por outro lado, falar, por exemplo, sobre a produção físico-psíquica de corpos atléticos (e por conseguinte de seus aspectos normativos e disciplinares), bem como as relações políticas estabelecidas no contexto de uma carreira esportiva profissional, parece causar embaraço e aborrecimento àqueles que procuram por “estabilizações simbólicas” nos seus regimes de organização e classificação do “mundo”.

Ao que parece, a lógica hierárquica, que opera de modo a preservar a “oposição fundamental” (CASTRO, 2004) entre militares e “paisanos”, acaba por produzir segmentações também entre estes últimos, classificando e “englobando” pesquisadores de acordo com “ritos”, métodos e procedimentos previstos em seus respectivos campos de atuação. Há também casos de militares “nativos” que realizam pesquisas em instituições de ensino e academias das próprias Forças Armadas, e que para isso precisam apenas de autorização do comando da unidade, abreviando todo aquele rosário de explicações acerca do que fazem e querem os pesquisadores “paisanos” com “eles”, os militares.⁷²

4.1.2 O Esporte Clube Pinheiros

No mesmo período, estabeleci contato com o Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo. Após alguns contatos por *e-mail*, pude, enfim, agendar uma visita. Ao chegar lá, no dia marcado, identifiquei-me na portaria e recebi uma credencial de visitante,⁷³ com a qual pude circular livremente pelo clube, que, sendo um recinto esportivo e recreativo, em nada remete a um espaço militar. Não há monumentos, insígnias, fardas, veículos e armamentos, como pude verificar em descrições e imagens presentes nas pesquisas sobre militares consultadas (CASTRO, 2004; COLLI DE SOUZA, 2008; ATASSIO, 2012); apenas campos, quadras, piscinas, pista de atletismo, áreas de lazer e convivência, galpões, depósitos e prédios

⁷² A esse respeito, é interessante o relato de Silva (2010, p. 36) sobre uma conversa que teve com um coronel identificado como subcomandante da AMAN, que segue: “[...] ao indagar-me sobre o que fazem os antropólogos, disse que se sentia como um ‘selvagem de Bora-Bora’, pois o meu interesse em realizar uma pesquisa com militares parecia indicar que eles eram exóticos, diferentes dos demais [...]”.

⁷³ A propósito, a única maneira de entrar no clube sendo um agente externo (ou seja, nem associado, nem funcionário) é mediante agendamento prévio e identificação na portaria.

administrativos. Não se sente o “peso” da instituição recaindo sobre nossas cabeças (diferentemente da tensão relatada por antropólogos que estiveram em organizações militares, acima citados); o Pinheiros é basicamente um clube esportivo e social.

A princípio fui encaminhado ao Centro Pró-Memória “Hans Nobiling”, lugar onde havia um repositório que eu poderia consultar, no qual constavam basicamente documentos sobre a fundação do clube, datas e marcos históricos, fotografias antigas e referências a atletas e sócios “ilustres”. É compreensível que tratem a nós, antropólogos, como pesquisadores que lidam com “dados mortos”, com arquivos, catálogos e inventários. A investigação de sociabilidades e relações cotidianas parece não ser vista como possibilidade, afinal, sua ocorrência é presente e inacabada, de modo que ainda não se encontram assentadas, estabilizadas, enraizadas, nem distanciadas temporalmente e, além disso, em alguma medida deve ocorrer a essas pessoas, não sem razão, a ideia de que estaríamos “invadindo” seus espaços e rotinas. Mas, uma vez dentro do clube, pude vislumbrar a oportunidade de (tentar) explicar pessoalmente, e em detalhes, como seria uma pesquisa de campo em antropologia. Evidentemente, o antropólogo interfere no meio em que está inserido; o desafio é sempre trazer isso à compreensão de seus interlocutores.

Após conversar com uma funcionária do clube, obtive como resposta que minha proposta de pesquisa estaria condicionada a uma autorização por parte da Supervisão de Esportes Competitivos, seção responsável pelos esportes de alto rendimento. Há, portanto, uma divisão específica para tratar dos esportes de ponta dentro do clube, que também cuida da formação de atletas nas categorias de base, observando possíveis aspirantes à carreira esportiva profissional. Entretanto, a pessoa responsável pela seção não estava disponível naquele dia e, além disso, era preciso cumprir a formalidade de enviar nova solicitação, com mais detalhes e desta vez para o lugar certo. Assim, fiz o procedimento exigido e, cerca de um mês depois, pude retornar ao Pinheiros.

Figura 4. Escudo do Esporte Clube Pinheiros.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2018).

Figura 5. Credencial de visitante do Esporte Clube Pinheiros.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2018).

A partir desse momento, foi designado um funcionário para acompanhar-me e mediar as minhas ações dentro do clube. Por mais que isso possa representar apenas um ato prático, de modo a facilitar a conversação e “encurtar o caminho”, não pude deixar de cogitar que este funcionário também exerceria sobre mim um papel de supervisão e tutela, de modo a “blindar” o clube, dissuadir algumas informações e certificar-se de que o pesquisador não teria acesso a determinados espaços. É como se o antropólogo fosse uma espécie de agente a serviço de interesses escusos, alguém que invade uma desejada e necessária privacidade. Naturalmente, eu era um estranho por ali, mas, em certos momentos, a impressão era a de não ser reconhecido como um pesquisador, e sim como uma espécie de jornalista em busca de matérias “polêmicas”, ou mesmo um “espião” que poderia colocar em risco “segredos esportivos”.⁷⁴

Essa postura, mediante a qual o funcionário atua enquanto um representante da instituição frente ao pesquisador, encontra paralelo com o caso das “oficiais de ligação” que acompanharam Atassio (2012) e Silva (2010) em pesquisas realizadas na EsSA e na AMAN, respectivamente. A primeira relata o que segue:

[...] fui informada que uma oficial seria designada para ser meu “elo de ligação” dentro da Escola e que, a partir daquele momento, todas as minhas dúvidas deveriam ser enviadas a ela. [...] Esta tenente me acompanhou durante os mais de quatro anos de pesquisa, auxiliando-me nos pedidos de dados e esclarecendo dúvidas. [...] É importante destacar que a oficial de ligação, ou seja, aquela que ficaria responsável pela integração entre minha pessoa e a escola, exerceria também a função de monitorar meus passos na caserna e o andamento da minha pesquisa. Ela me levaria a conhecer a Escola, seu funcionamento, o cotidiano, as regras e mecanismos próprios do meio militar. (ATASSIO, 2012, p. 125)

De toda sorte, na segunda visita, fui ao local designado. O funcionário em questão atuava em uma seção denominada Centro Integrado de Apoio ao Atleta (CIAA), que conta com uma equipe de profissionais responsável por cuidar da preparação atlética como um todo.⁷⁵ Para uma pesquisa em antropologia que propunha tratar de aspectos relativos à

⁷⁴ Não se trata, porém, de exercer juízo sobre as ações e medidas daqueles que visam preservar a integridade do clube, que são compreensíveis, mas tão somente de explicitá-las, evidenciando posturas e discursos dos agentes partícipes dessa pesquisa como recurso metodológico.

⁷⁵ “O Centro Integrado de Apoio ao Atleta – CIAA – atua de forma interdisciplinar com o objetivo de oferecer as melhores condições de desenvolvimento para os atletas e as equipes do Pinheiros. O CIAA integra todas as áreas que dão suporte ao processo de preparação esportiva. Entre as áreas que atuam de forma integrada, destacam-se a Preparação Física, Psicologia, Medicina, Biomecânica, Fisiologia, Nutrição e Fisioterapia [...] Para desenvolver este trabalho integrado e interdisciplinar, o Centro conta com a atuação de 42 profissionais especializados, sendo 14 preparadores físicos, 14 fisioterapeutas, 2 psicólogos, 2 nutricionistas, 2 médicos, 1

produção do *corpo* e da *pessoa* em *atletas militares*, supunha, enfim, estar no lugar certo. Mas, para meu estranhamento, pouco depois de iniciar a conversa com o funcionário, recebi a notícia de que, naquele momento, os atletas que eu procurava, que me interessavam como interlocutores de pesquisa, não estavam em treinamento no clube: parte estava em período de férias, visto que a temporada já havia terminado (casos do vôlei e basquete); parte em viagem para competição (caso do judô); e parte em fase de preparação mais intensa e concentração para uma competição que se aproximava (caso da natação). Ou seja, por um motivo ou outro, nenhum *atleta militar* estaria disponível.

É sabido que atletas profissionais passam muito tempo ocupados ou ausentes de seus clubes em função de rigorosos treinamentos, períodos de concentração e viagens para a disputa de competições. O inesperado, porém, foi que todos estivessem ausentes ao mesmo tempo. Assim, a minha proposta etnográfica, de estar diariamente no clube, acompanhar treinamentos e falar com os atletas, que no meu entendimento já poderia ser colocada em prática, uma vez que já havia sido autorizada a pesquisa de campo, acabou sendo adiada por conta desse inconveniente. De toda forma, foi assegurado a mim que parte deles estaria de volta ao clube em duas semanas, e que então seria agendado o meu retorno. Além disso, o funcionário, numa caminhada, apresentou-me as instalações do clube e firmou o compromisso de enviar uma lista com a relação de *atletas militares* vinculados ao Pinheiros, suas modalidades e horários dos treinos.

Figura 6. Piscina olímpica do Esporte Clube Pinheiros.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2018).

Figura 7. Pista de atletismo do Esporte Clube Pinheiros.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2018).

Nesse período de duas semanas, não houve contato por parte do funcionário do clube; tampouco foi enviada a tal lista (embora eu a tenha requerido algumas vezes). Insisti com os

e-mails, mas as respostas, acompanhadas de vagas justificativas (agenda cheia e inconstante, atletas ausentes, necessidade de falar com supervisores etc.), aos poucos se dissiparam em meio às indefinições, até o momento em que cessaram; em resumo, minhas tentativas de retornar ao Pinheiros não vingaram. Avalio que houve nessa mudança de atitude uma tentativa de dissuasão, cuja motivação desconheço, embora possa especular sobre suas razões. Pode tratar-se apenas de uma falta de interesse por parte dos responsáveis pelo andamento da solicitação, ou de reserva quanto aos “segredos esportivos” que possivelmente guardam, mas também de certa desconfiança quanto à pesquisa e seu teor (como os dados seriam utilizados ou veiculados, qual seria o grau de responsabilidade do clube em relação aos resultados da pesquisa etc.), principalmente por tratar de atletas que estão incorporados às Forças Armadas, ainda que não inseridos em ambientes militares.

Acerca do primeiro ponto (a falta de interesse por parte de informantes, ou o descompasso entre os interesses do pesquisador e de seus interlocutores), é preciso refletir com certo distanciamento sobre isso, sobre as potencialidades de um lugar ou informação para os quais não se nos dá o acesso. Por ora, assumirei a seguinte indagação de Geertz:

[...] se o antropólogo é de fato essencialmente irrelevante para o destino dos informantes e movido por interesses que, salvo da forma mais indireta, não têm nada a ver com os deles, com base em quê tem ele o direito de esperar que estas pessoas o aceitem e o ajudem? (GEERTZ, 2001, p. 39)

Ainda sobre esse ponto, cabe mencionar a etnografia de Pires (2018) com policiais militares. O autor, que possuía alguma afinidade com seus interlocutores por conta da prática de artes marciais (sendo ele próprio um adepto e pesquisador interessado na aplicação destas no treinamento policial militar), afirmou que os mesmos “demonstraram mais afeto e interesse em minhas histórias e em meus conhecimentos de combate do que em minha pesquisa e em minha condição de antropólogo” (PIRES, 2018, pp. 12-13). Entretanto, com relação ao segundo e terceiro pontos (a preservação ou blindagem de informações e procedimentos aplicados na produção de atletas, bem como a desconfiança com relação à pesquisadores e seus interesses supostamente escusos), estes precisariam ser melhor elaborados para que não fiquem apenas no terreno das especulações; voltarei a isso nos capítulos seguintes, quando tratar especificamente do modo como a noção de “hierarquia” pode ser incorporada nessa relação *esportivo-militar*, mesmo por aqueles que não estão diretamente vinculados ao PAAR, mas que fazem parte, de alguma forma, desse “universo” dos *atletas militares*.

4.1.3 Outras tentativas e mudança de estratégia

Por fim, durante esse período destinado à pesquisa de campo, tentei contato com o Orcampi, clube de atletismo gerido pelo Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima (IVCL)⁷⁶ e alocado no Centro Esportivo de Alto Rendimento (CEAR), também conhecido como Centro Olímpico, na cidade de Campinas. Através de um interlocutor, *atleta militar* vinculado ao clube (cujo contato fiz através de perfil em rede social), soube que havia mais deles treinando por lá. Ao estabelecer contato com o Orcampi, porém, um funcionário confirmou a informação, para logo em seguida dizer que esse era um “ponto nevrálgico”, e que o clube não tem parte e nem interfere nessa relação entre atletas e Forças Armadas, sugerindo entrar em contato com cada um deles individualmente. Tentei argumentar que procurá-los um a um seria tarefa complicada e dispendiosa e reformulei minha solicitação, desta vez pedindo apenas acesso ao clube para que lá eu pudesse eventualmente encontrá-los, garantindo, como de praxe, o anonimato e isentando o clube de qualquer responsabilidade. O funcionário então argumentou que os atletas vinculados ao clube treinavam espalhados por várias cidades (como Campinas, São Paulo, São Caetano do Sul etc.), e reiterou que, para aquilo que eu propunha, seria preciso entrar em contato com cada um deles individualmente. Com isso ficou claro para mim que, de forma alguma, iria o clube comprometer-se.

Ao que parece, esse é considerado, de fato, um tema delicado. Porém, considerando que os atletas não são militares de carreira (pode-se dizer que “estão” militares) e que as Forças Armadas atuam, sobretudo, como patrocinadoras (com a ressalva, claro, de que se trata de um modelo diferenciado de fomento, dada a natureza “englobante” dessas instituições), o que passo então a sustentar é a hipótese de que essas atitudes cautelosas revelam algo como um “respeito” às Forças Armadas e sua organização hierárquica. Isso remete a um caso contado por Leirner,⁷⁷ no qual, tendo em mãos um documento retirado de uma organização militar, e autorizado a fazer fotocópia do mesmo, precisou circular por diversos estabelecimentos para realizar esse simples procedimento, pois os atendentes, ao notarem signos de identificação das FFAA no documento (timbres, carimbos, brasões etc.), recusavam-se a fazê-lo, provavelmente por receio de que aquilo pudesse lhes causar problemas. Além disso, no caso do PAAR, as falas cuidadosas também revelam uma tendência a resguardar a “imagem” e a reputação daqueles que garantem a manutenção do

⁷⁶ Vanderlei Cordeiro de Lima é ex-maratonista, medalhista de bronze nos Jogos Olímpicos Atenas-2004. Também é detentor da Medalha Pierre de Coubertin, distinção de cunho esportivo-humanitário conferida pelo COI. Atualmente, cuida da formação e preparação de atletas através do IVCL.

⁷⁷ Exame de qualificação, 20 de março de 2019.

trabalho com os atletas, daquilo que é a fonte dos recursos, o “ganha-pão”. Tratarei melhor deste ponto no capítulo seguinte.

Após esses episódios, resolvi, enfim, adotar a estratégia de procurar por cada *atleta militar* individualmente e, assim, resgatei alguns contatos já disponíveis desde período anterior à pesquisa de campo (quando já havia falado com alguns *atletas militares*, de clubes diversos, através de endereços de *e-mail* e perfis em redes sociais), e obtive alguns outros por indicação pessoal. Optei inicialmente, claro, por aqueles que à época mostraram-se mais solícitos e receptivos quanto à proposta de pesquisa. De toda sorte, não foi possível visitar outros clubes, mas obtive algum retorno através desses contatos, isto é, dessa interlocução particular, sem mediações institucionais.

Assim, de modo a promover uma (re)aproximação, junto à parte mais formal (apresentação do pesquisador, objetivos da pesquisa, procedimentos necessários, termo de consentimento etc.), passei a solicitar-lhes entrevistas. Nessa busca particular por informações entre *atletas militares*, considerei mais adequado e interessante começar com questões de caráter aparentemente mais descritivo, mas que poderiam revelar uma “consciência” que é própria da vida esportiva (questões relativas ao processo de transição ao alto rendimento e à rotina de treinos e competições), para assim abordar questões relacionadas propriamente ao PAAR e à experiência pessoal de cada um enquanto *atleta militar*, os “valores” e vivências comuns. No mais, cumpre mencionar que também obtive informações através de conversas informais. O intuito etnográfico, para que não se perca isso de vista, foi evidenciar aspectos da produção do *corpo* e da *pessoa* engendradas nessa relação *esportivo-militar*, de modo a vislumbrar processos de *esportificação* e *militarização* ocorridos nessa interface.

CAPÍTULO 5. SER ATLETA MILITAR: CARREIRA ESPORTIVA E NOÇÃO DE PESSOA

Nesse capítulo falarei de modo mais aproximado dos expedientes e rotinas profissionais de um *atleta militar*, analisando alguns aspectos qualitativos dessa relação *esportivo-militar*. Nesse sentido, tratarei das diferenças apuradas entre a *pessoa esportiva* e a *pessoa militar*, além de aspectos que poderiam caracterizar, de modo geral, uma carreira esportiva profissional e, por fim, do modo como as noções e lógicas da caserna podem convergir ou deslocar-se a partir da perspectiva dos *atletas militares* e outros profissionais do esporte envolvidos de alguma forma nesse “mundo” *esportivo-militar*.

Primeiramente, é preciso destacar que parto do pressuposto de que os *atletas militares*, embora tratados como um coletivo com características próprias, não se constituem enquanto “grupo”, nem mesmo eventualmente, e dificilmente poderiam ser assim encarados, diferentemente dos militares “nativos” propriamente, confinados na caserna sob um regime endógeno de organização único e compartilhado, pode-se dizer “universal”, no qual se observa a preeminência do coletivo (CASTRO, 2004). Ainda que existam distinções hierárquicas no interior das Forças Armadas, o conjunto das relações é orientado por um mesmo princípio, o da “cadeia de comando”, sendo a “disciplina” o que faz operar esse princípio de modo estrutural no cotidiano militar (LEIRNER, 1997).

Existem variantes internas a essa lógica “holista” e “universal” relacionadas a certas distinções individuais que podem circunstancialmente emergir no interior da organização hierárquica (CASTRO, 2004; LEIRNER, 2001). Segue um exemplo da escola de formação do Exército: “Mas nem só com experiências de integração se faz um militar [...] Na AMAN, um caminho possível para o destaque pessoal é a participação nos esportes, quando o cadete torna-se ‘atleta’, membro de uma das equipes desportivas” (CASTRO, 2004, p. 48). Na soma total, porém, esses destaques individuais, que eventualmente emergem, não chegam a afetar a unidade da “corporação” e a preeminência do coletivo, uma vez que estão fundamentalmente comprometidos com o regime e a doutrina da caserna, sob a égide da “hierarquia” e da “disciplina” militares.

Em se tratando de atletas e práticas esportivas, é preciso considerar que há, no “mundo” esportivo, uma série de regimes corporais, psíquicos, técnicos, normativos etc., relativos a diferentes categorias e/ou modalidades, as quais por sua vez estão submetidas às suas respectivas estruturas de regulação e controle (federações, confederações, ligas etc.), afora pertencimentos “clubísticos” em disputa (DAMO, 2005). Assim, definições sobre *corpo*

e *pessoa* no esporte podem ser várias e, nesse sentido, se trata de *atletas militares*, é nos seus aspectos relacionais e situacionais, no que esta especificidade engendra, e não enquanto “grupo” confinado ou delimitado. Por isso opera-se aqui a noção de uma *pessoa esportivo-militar*, isto é, que se encontraria nessa condição, como foco da pesquisa. Esse é um modo de lidar empiricamente com as multiplicidades desses “regimes esportivos”, sem necessariamente perder a carga que a noção de “esporte” enquanto prática competitiva profissional e de alta performance pode exercer na conformação de uma *pessoa esportiva*. Afinal, o “mundo” esportivo pode guardar exigências, necessidades e desígnios comuns a todo atleta de alto rendimento, e não seria diferente para atletas que “estão” militares.

5.1 “Viver do esporte”: aspirações e materialidade

Nas conversas que tive com o funcionário do Pinheiros, que atua num setor de preparação “integral” do atleta de alto rendimento, como já mencionado em seção anterior (*subcapítulo 4.1.2*), o próprio atentou-me para o fato de que não se pode tratar os atletas como pertencentes a um grupo uniforme, afinal, as capacidades atléticas requeridas em cada esporte (força, velocidade, resistência etc.) e as especificidades biotípicas de cada um podem variar bastante. Aliás, notei que praticamente todas as suas falas eram pautadas e referenciadas por aspectos técnicos propriamente ditos. Isso ficou muito claro nos momentos em que mencionei o programa militar de fomento e a minha intenção de estabelecer comparações entre “tipos” ou “modelos” de produção de atletas, ao que o mesmo respondeu curta e enfaticamente que “não muda nada no que se refere ao treinamento físico”.

Para além do fato de que essa concepção está diretamente relacionada ao exercício de sua profissão, acredito que essa afirmação pode indicar algo mais que o simples fato de que a rotina de treinamentos permaneceria a mesma, pois, ao ater-se a aspectos puramente técnicos, o funcionário também evitava falar de assuntos considerados mais “espinhosos”, como dificuldades burocráticas, financeiras, estruturais etc. que afetam diretamente a formação e manutenção de atletas de alto rendimento, os quais precisam recorrer a escassos subsídios oferecidos por alguns clubes,⁷⁸ além de bolsas e patrocínios.⁷⁹ Além disso, ao emitir essa

⁷⁸ Sendo o Pinheiros um dos clubes que oferecem ajuda de custo aos seus atletas (para viagens, hospedagem, alimentação etc.). Informação fornecida pelo próprio funcionário, 16 de abril de 2018.

⁷⁹ Sendo o *Bolsa Atleta* e o PAAR as principais fontes, direcionadas, porém, a uma parcela diminuta de atletas, o que reafirma a consideração por parte de alguns analistas de que estes seriam basicamente programas “caçadores de medalhas”, para usar uma expressão da jornalista María Martín Delgado, do *El País* (*Op. cit.*).

afirmação de modo tão veemente, acredito que o funcionário revela, implicitamente, uma concepção pessoal (ou mesmo institucional) de que os atletas incorporados não seriam influenciados, ou “contaminados”, pelo *ethos* militar. Entretanto, a “pureza” tão desejada precisa ser confrontada com o “mundo vivido”, afinal:

Após os estudos seminais de Marcel Mauss sobre a natureza social das técnicas corporais e de Michel Foucault sobre o aspecto político dos investimentos sobre o corpo, é impossível ver nas discussões sobre educação física apenas questões puramente fisiológicas. (CASTRO, 1997, p. 22)

Assim, se quisermos pensar em uma noção de *pessoa esportiva*, será preciso ir além das ciências do movimento, da fisiologia e da biomecânica, o que, entenda-se, não é de modo algum irrelevante. Todos os procedimentos que tomam lugar no CIAA, aludidos em capítulo anterior, envolvem aspectos técnicos, tecnológicos e científicos plasmados na disposição de máquinas, equipamentos e *softwares* destinados ao tratamento de imagens e à produção de uma série de informações relativas ao desempenho físico e psíquico de cada atleta. Mas, mesmo nestes procedimentos tecnocientíficos, o que se destaca são as “relações empreendidas entre cientistas e atletas” (SILBERMANN, 2016, p. 289), que configuram a “constituição do conhecimento a partir da elaboração dessas associações sociotécnicas” (IDEM, IBIDEM).⁸⁰

As Forças Armadas também possuem seus locais de produção de saberes tecnocientíficos, de *know-how* (isto é, conhecimento aplicado), como o Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (IPCEx), descrito como:

[...] uma organização militar subordinada ao Exército que possui um moderno centro tecnológico de pesquisa e treinamento, contendo laboratórios de fisiologia do exercício, laboratório de biomecânica, laboratório de psicofisiologia e laboratório de bioquímica [...]. (GUIRRA, 2014, p. 120)

E, se a fabricação do corpo atlético é mais que pura e simplesmente o treinamento ou tratamento físico, por colocar em relação todo o complexo de conhecimentos científicos e práticas laboratoriais acima referidas, a produção de uma *pessoa esportiva*, para além dos regimes e prescrições próprios dessa forja de um “espírito” ascético e competitivo, está

⁸⁰ Um registro etnográfico bastante conhecido e interessante acerca das práticas científicas em laboratórios pode ser encontrado em Latour e Woolgar (1997).

também relacionada a contextos que superam as disposições individuais de atletas, conseqüentemente interferindo em suas rotinas e afetando de algum modo as suas carreiras profissionais. Assim, desse ponto de vista:

[...] a performance atlética passa a ser compreendida em seu aspecto heterogêneo a partir dos diversos artefatos sociotécnicos, conceituais e/ou materiais envolvidos em sua constituição. [...] Com isso, saímos das definições de atleta e praticante, das distinções entre a imoralidade de determinadas substâncias e as particularidades genéticas que explicam a performance de elite, e passamos a encarar a performance como a conjugação de uma série heterogênea de elementos. (SILBERMANN, 2016, p. 290)

E segue o autor:

O cotidiano de inúmeros controles e cuidados excede o dia a dia do clube e invade o ambiente domiciliar de cada envolvido. [...] quando técnico e atleta saem do ambiente do clube o controle passa a regular as horas de sono dormidas e o rigor com que a dieta estipulada pela nutricionista do clube é observada. [...] o seu incansável e contínuo engajamento em um cotidiano voltado para o incremento da performance atlética confunde os aspectos morais e físicos desse modo de vida. (SILBERMANN, 2016, p. 292)

De modo que é preciso verificar como esses elementos mencionados conjugam-se na carreira e na vida desses atletas de alto rendimento. E um desses elementos, que aqui destaco, por ser recorrente nas falas de *atletas militares*, é a renda, a subsistência material, a possibilidade de dedicar-se exclusivamente ao esporte, “viver” dele. Em pesquisa sobre transição de carreira entre corredoras olímpicas, Ferreira Júnior e Rubio (2017, p. 201) afirmam que “[...] são pouquíssimos os atletas que obtêm altos ganhos financeiros [...]” e “[...] que sobrevivem do esporte durante toda a carreira.” Seguem ainda os autores:

O espetáculo esportivo profissionalizado encarna uma tendência contemporânea do mundo do trabalho em que a flexibilização e efemeridade das relações de trabalho entre instituição e atleta ganham legitimidade, agravando ainda mais as discontinuidades da carreira atlética. (FERREIRA JÚNIOR; RÚBIO, 2017, p. 201)

Isso pode ser notado, por exemplo, em algumas falas de interlocutoras de pesquisa, entre elas a *atleta militar* de triatlo do Exército, incorporada em 2014, que afirmou o que

segue: “sem o auxílio das Forças Armadas, não conseguiria manter o alto nível de competitividade, sobretudo por conta do elevado valor dos equipamentos”, principalmente, citou, a bicicleta (o ciclismo é uma das modalidades que, junto à natação e corrida, compõem o triatlo); a atleta ainda mencionou os tratamentos médicos, igualmente dispendiosos, dizendo que “agora cuido melhor das lesões”.⁸¹ Da mesma forma, a *atleta militar* de tiro com arco da FAB, incorporada em 2015, disse que precisa remunerar uma equipe que a acompanha, composta por “uma psicóloga, uma preparadora física, um massoterapeuta, um ortopedista, um quiroprata e uma nutricionista”, além de ter de bancar parte das viagens para as competições.⁸²

Com isso quero dizer que o fomento oferecido pelas Forças Armadas e Ministério do Esporte, através do PAAR, se não altera o programa de treinamento e capacitação física, como disse o funcionário do Pinheiros, certamente faz alguma diferença no que se refere não só ao aperfeiçoamento da performance, uma vez que possibilita um regime de dedicação exclusiva, como na vida desses atletas como um todo, nas suas motivações e aspirações no esporte (PEREZ; RUBIO, 2013), uma vez que a prática esportiva, ao menos enquanto estiverem vinculados ao PAAR, torna-se de fato o ofício, o “ganha-pão” dessas pessoas, o que possibilita suas existências enquanto *pessoas esportivas*.

Não quero dizer que isso seja determinante, isto é, que a renda seja imprescindível no contexto de uma carreira esportiva; tampouco dizer que a remuneração em si automaticamente produz “profissionalismo”. Existem ainda discursos sobre o “amor ao esporte” que transcendem a questão material/financeira e podem estar presentes nas falas de atletas de alto rendimento. A depender da modalidade ou de algum atleta em particular, discursos em torno de ideais esportivos, observados, por exemplo, no conjunto de resoluções denominado Movimento Olímpico (RUBIO, 2011; GIGLIO, 2013; PEREZ; RUBIO, 2014), podem surgir; por vezes considera-se uma questão de “distinção”, de *status* mesmo, permanecer no “amadorismo”.⁸³ Enfim, a “vida esportiva” depende de uma série de variáveis e o modo como estas se relacionam ao longo do tempo, de modo que:

[...] tanto características próprias dos atletas como fatores relacionados ao meio ambiente interferem nos níveis de atividade [...] tanto fatores de ordem

⁸¹ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 25 de janeiro de 2019.

⁸² Entrevista concedida ao pesquisador no dia 4 de setembro de 2018.

⁸³ Para um apanhado sobre os usos das categorias “amador” e “profissional” na literatura acadêmica sobre futebol, ver Damo (2002). Para as definições e modificações destas ao longo do tempo, de acordo com resoluções da FIFA, para o futebol, e do COI, para os esportes olímpicos, ver Giglio (2013). Para uma análise da transição do amadorismo ao profissionalismo a partir do caso de atletas olímpicos brasileiros, ver Rubio (2013)

interna como do ambiente ou grupo social podem atuar sobre a vontade e determinação do atleta [...] Outros fatores como problemas físicos e médicos, questões de ordem social ou familiar, bem como técnico-táticas podem alterar o estado de humor de um atleta [...] a motivação pode ser tanto intrínseca quanto extrínseca. Por motivação intrínseca entende-se uma disposição interna do sujeito para realizar uma determinada tarefa. [...] A motivação extrínseca, por sua vez, depende da ação reforçadora de estímulos externos, que podem ser tanto de caráter material como emocional. [...] Embora o atleta de alto rendimento tenha uma característica marcante de autodeterminação e autonomia, há também situações sociais que marcam a trajetória de uma carreira. (PEREZ; RUBIO, 2013, pp. 27-28)

E, mesmo diante desse conjunto de variáveis, destaco a estabilidade material/financeira por ser tratada entre atletas como algo que permite melhor gerir outros problemas que possam surgir ao longo da carreira (até mesmo de ordem emocional) e, além disso, por corroborar com a hipótese aqui sustentada de que as Forças Armadas operariam, sobretudo, como patrocinadoras, não implicando essa relação necessariamente em vínculos profissionais mais duradouros, como se verá no capítulo final. Esse aspecto é revelado, por exemplo, na fala da *atleta militar* da FAB. Quando perguntada sobre a avaliação que fazia do programa e sua experiência enquanto *atleta militar*, a mesma respondeu o que segue:

Muitas pessoas questionam: “Ah, mas o que tem a ver?!” [...] Pra mim é muito nítido que é um dinheiro público sendo investido no esporte. É uma via de mão dupla, todo mundo ganha [...] Eu sou atleta profissional hoje, muito em parte, pelo programa existente nas Forças Armadas, e, com certeza, muitos outros atletas também vivem, hoje, do salário da FAB como atletas. E a minha experiência como *atleta militar* tem sido ótima [...] saber que tem uma instituição que preza por você, como atleta [...] isso faz muita diferença, é uma segurança [...] Ser atleta, acho que em qualquer lugar do mundo, é *super* instável, financeiramente, emocionalmente. Eu acho que essa segurança é o ideal, é o que te faz de fato ser profissional [...] ter alguma garantia na sua profissão.⁸⁴

Sobre esse ponto, ainda, Guirra (2014, p. 84) afirma que: “No Brasil, o atleta entra para a Força, mas não vive a vida militar. Sua única função é competir como militar. O que os atrai é esta relativa estabilidade [...]”. Mas é importante destacar que não se trata tão somente de bolsas e soldos, mas de toda uma estrutura, equipamentos, aparatos tecnológicos, profissionais especializados etc. de que atletas de alto rendimento necessitam para que uma carreira esportiva possa ser viabilizada; recursos materiais e humanos que, como visto

⁸⁴ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 4 de setembro de 2018.

anteriormente, não se encontram em qualquer clube ou centro de treinamento, e que as FFAA dispõem. Ainda assim, há despesas adicionais; por vezes é necessário arcar com os custos de ter uma equipe própria (como é o caso da *atleta militar* da FAB), afora viagens para competição, nem sempre custeadas integralmente. De toda forma, os benefícios são indispensáveis para a carreira desses atletas. A este respeito, o judoca Leandro Guilherme, em depoimento sobre o PAAR, afirmou que:

O Exército está dando muita coisa para nós. São oferecidas estruturas de treinamento, apoio físico, médicos, fisioterapia. Tem também uma comissão técnica militar que tem viajado com a gente, tem nos dado apoio. O Exército tem também bancado algumas viagens. Então, estamos aproveitando da melhor forma possível. Tomara que esse legado fique para as próximas gerações [...]. (*apud* GUIRRA, 2014, pp. 99-100)

Depreende-se, portanto, que, ainda que as falas de *atletas militares* possam conjugar, em certos momentos, princípios comuns aos “mundos” esportivo e militar, como a “disciplina” ou o “patriotismo”, o que está em consideração, afinal, é um programa que proporciona a esses atletas, ainda que temporariamente, auxílios e benefícios (o soldo militar de um “praça”, plano de saúde, garantias trabalhistas etc.), equipes de profissionais especializados, bem como estruturas e equipamentos para treinamento esportivo de alta performance. Todavia, reitera-se, o PAAR não é um programa de formação de atletas, mas de “manutenção”, por assim dizer, daqueles que já atingiram índices significativos na carreira esportiva.

Assim, pode-se considerar que estes só são *atletas militares* porque antes são atletas “civis” formados, incorporados por suas performances e resultados no “esporte de representação nacional”. Por isso a afirmação, feita anteriormente, de que, na carreira profissional desses atletas, a atribuição de uma *pessoa esportiva* prevaleceria em relação à suposta emergência de uma *pessoa militar*, ou mesmo *esportivo-militar*, não apenas pela anterioridade da condição de atleta “paisano”, mas pelo caráter circunstancial do PAAR no ciclo de suas carreiras. Além do mais, mudanças nos níveis “macro” e “meso”, das condições econômicas, das políticas públicas para o esporte de alto rendimento, e mesmo de uma “cultura esportiva”, podem afetar a continuidade do programa.

E, mesmo quando incorporados ao PAAR, condiciona-se a manutenção do fomento à sustentação dos resultados esportivos. Por isso, aspectos próprios do “mundo” esportivo, e, mais especificamente, do ofício de atleta propriamente, é que devem prevalecer na carreira,

independentemente do vínculo profissional, “clubístico” e de quem patrocina. Note-se isso, por exemplo, nas várias trocas de clubes e de patrocinadores que atletas profissionais fazem ao longo de suas carreiras, o que, de certa forma, é considerado “natural” e “legítimo”. E a carreira esportiva, vale lembrar, é relativamente curta e contrasta de forma bastante nítida com a carreira militar “regular” de um oficial das FFAA.

A propósito, é interessante notar como não há formação de atletas em escala considerável nas Forças Armadas, embora disponham de recursos materiais e humanos para isso (e apesar da relação histórica com os esportes). Evidentemente, há militares “nativos” que são ou foram atletas, inclusive detentores de medalhas olímpicas, como falado em capítulo anterior, mas esta não é uma constante. A princípio isso poderia ser atribuído a uma falta de interesse na carreira atlética, o que seria um contrassenso, dadas as proximidades entre ambos os “mundos”, expressas nas “práticas corporificadas”, no caráter “normativo” e “disciplinar” etc. Entretanto, cumpre notar que a carreira militar *stricto sensu* é bastante cerrada e absorvente (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997), de modo que, na grande maioria dos casos, não há espaço para a emergência de destaques individuais no interior da caserna (mediante um regime de meritocracia esportiva, por exemplo), nem tempo para que um militar de carreira se dedique majoritariamente ou exclusivamente ao esporte, exigência fundamental para a prática esportiva em alta performance.

Apesar disso, destaque-se novamente as convergências que são evocadas. A *atleta militar* do Exército (*Op. cit.*), em dado momento, afirmou que “a vivência militar talvez seja a que mais se assemelha à de um atleta”. Nesse sentido, uma questão estratégica que se coloca é se o PAAR poderá reverberar para o interior das Forças Armadas, como uma espécie de estímulo “de fora para dentro”, incentivando a formação de atletas de alto rendimento nativamente militares. Isso ficará para análises futuras. Mas o fato é que as FFAA, através desse programa, têm operado um plano aparentemente eficaz de reinserção no cenário da política esportiva nacional.

5.2 Compartilhamento de “valores” e a pessoa esportivo-militar

Algumas situações podem confluir quando se trata da relação entre os “mundos” esportivo e militar, e isso se torna objeto de discursos promovidos não apenas nas esferas institucionais, mas por aqueles que procuram enfatizar possíveis convergências entre esses dois “mundos”, a fim de justificar não só a parceria entre Esporte e Defesa, como também os

interesses e expedientes que esta possa engendrar. Em evento preparatório para a 7ª edição dos Jogos Mundiais Militares (ocorridos em 2019 na cidade de Wuhan, China), o diretor do Departamento de Desporto Militar (DDM),⁸⁵ General-de-Brigada Jorge Antonio Smicelato, afirmou o que segue:

A liderança, o espírito de corpo, a disciplina, o equilíbrio emocional e a iniciativa são os atributos fortalecidos na prática desportiva. Por isso, aquela frase que é muito repetida nos nossos quartéis, para nós, ela se reveste de muito mais importância: o esporte imita o combate.⁸⁶

Não se pode, portanto, minimizar as experimentações do “mundo” militar por que passam esses atletas nas suas rotinas, afinal, ocupam o posto de 3º Sargento, vestem farda em determinadas situações, cumprem certos protocolos e ritos militares etc., embora seja difícil mensurar o quanto isso afeta suas concepções de carreira e interesses profissionais. E parte dos *atletas militares*, de fato, reivindica essa aproximação e a reafirmam, como pode ser observado na seguinte fala do judoca Leandro Guilherme, feita em 2016 para a *Revista Verde-Oliva*, publicação do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx): “Ao longo dos seis anos em que tenho feito parte deste programa, tenho a convicção de que existe uma correlação muito grande entre as atitudes e virtudes inerentes ao esporte e às Forças Armadas”.⁸⁷ Nesses contextos se operaria de maneira mais “substantiva”, por assim dizer, uma noção de *pessoa esportivo-militar*.

No entanto, considerando que essa relação mais visível emerge justamente nesses contextos específicos, de cumprimento de protocolos, de divulgação institucional, de reafirmação de “valores”, de “estreitamento de vínculos” etc.,⁸⁸ e que os contratos dos atletas são temporários, o que se percebe, afinal, é que a expressão de uma *pessoa militar* permanece atrelada a compromissos de um vínculo profissional que não necessariamente, e pouco provavelmente, ultrapassará a sua duração programada, em que pese as convergências

⁸⁵ “Criado em 2013, o Departamento de Desporto Militar (DDM), da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) do Ministério da Defesa, é o órgão responsável pelo planejamento estratégico do desporto militar nacional. Antes de sua criação, a atividade era exercida pela Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), que passou a integrar o DDM.” Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://jogosmilitares.defesa.gov.br/institucional-top/departamento-do-desporto-militar-2>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

⁸⁶ Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <<https://defesa.gov.br/noticias/58069-site-dos-7-jogos-mundiais-militares-entra-no-ar-a-100-dias-do-evento>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁸⁷ Revista Verde-Oliva, Brasília-DF, ano XLII, n. 231, abril de 2016, p. 42. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0012382066cd0b9bc9dfd>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

⁸⁸ Momentos não propriamente “rituais”, se se considerar que a rotina na caserna já é “ritualizada” (COLLI DE SOUZA, 2008).

constantemente evocadas entre o esporte e a caserna. Sobre isso, a *atleta militar* do Exército (*Op. cit.*) disse que gostaria que o vínculo fosse mais “forte” e “duradouro”, afinal, há muitas funções de cunho técnico que poderiam exercer no meio militar, inclusive após o encerramento da carreira esportiva; gostaria, enfim, que houvesse um plano de carreira de longo prazo e com maiores garantias. A esse respeito, a fala de Rubio se mostra bastante pertinente ao afirmar que:

O atleta no Brasil não é uma categoria profissional. Apenas o atleta de futebol é reconhecido como um profissional do esporte. A nossa legislação não contempla o atleta olímpico como um profissional. E isso tem desdobramentos seríssimos na vida futura desse sujeito que guarda pelo menos 15 anos da sua vida para se dedicar a um fazer que depois não tem reconhecimento nem profissional nem previdenciário. Nós temos casos de atletas que servem a seleção por mais de 20 anos e quando se retiram da vida competitiva são obrigados a iniciar uma nova carreira profissional, já na casa dos 35, 40 anos, e do ponto de vista previdenciário também começam do zero. Alguns atletas guardam marcas no seu corpo muito intensas que o impedem de ser um cidadão minimamente saudável para o exercício de outras funções. Temos atletas, por exemplo, com problemas corporais, problemas ósseos, que já com 40 anos sofreram seis, sete cirurgias e têm limitações físicas muito sérias, e não há ninguém ou nada nesse país que dê algum tipo de suporte ou cobertura para essas pessoas que competiram e que exerceram uma profissão em nome do país.⁸⁹

A mesma atleta acima citada disse ainda que, embora esteja apreciando a (pouca) vivência militar, considera esta insuficiente para chancelar o uso da denominação “*atleta militar*” (aqui com aspas, pois quem fala é a interlocutora), justamente por faltar esse vínculo profissional mais substantivo e efetivo para que seja de fato considerada militar. Afinal, os atletas incorporados não se convertem em militares, nem compartilham integralmente do regime castrense, embora tenham de seguir, claro, certas normas enquanto “estão” militares.

Não obstante, atletas profissionais podem vivenciar, nas rotinas do “mundo” esportivo, experiências de algum modo “absorventes” ou “totalizantes” se se considerarem seus regimes de sono, alimentação, privações de toda ordem e, por vezes, até certa “alienação” da “vida social” para além do esporte (PEREZ; RUBIO, 2013; FERREIRA JÚNIOR; RUBIO, 2017). Isto é dizer que, mesmo quando não treinando ou competindo, o atleta de alta performance está cuidando da manutenção e aprimoramento de seu corpo atlético

⁸⁹ Fonte: “Falta amparo legal à profissão de atletas olímpicos brasileiros”. Rádio USP, São Paulo, 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/falta-amparo-legal-a-profissao-de-atletas-olimpicos-brasileiros/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

praticamente em tempo integral. Mas estes regimes disciplinares esportivos (que são variados), embora possam conter características e orientações de cunho militar, são de outra “natureza” (mais vinculadas a um “ascetismo” individual) e, portanto, não guardam correspondência direta com a “disciplina” encontrada no interior da caserna, que pode ser definida mediante um regime prescritivo de produção de *peessoas militares*.

Portanto, no que se refere à fabricação da *pessoa* de um *atleta militar*, pode-se afirmar que o que conta, de fato, nessa associação *sui generis*, é a performance esportiva e as normas próprias do “mundo” esportivo ao qual o atleta pertence. É isso o que irá garantir, nessa relação específica, a continuidade de sua carreira profissional enquanto atleta de alto rendimento, isto é, sua própria reprodução enquanto *pessoa esportiva*.

CAPÍTULO 6. DOS PROCESSOS DE *ESPORTIFICAÇÃO E MILITARIZAÇÃO*

Nesse último capítulo, irei analisar duas problemáticas que permeiam o contexto dessa pesquisa. Em primeiro lugar, o modo como as noções de “hierarquia” e “disciplina” podem ser deslocadas nessa relação que coloca o esportivo e o militar em interface. E, finalmente, de modo mais amplo, aludir aos processos de *esportificação e militarização* a partir do PAAR e entre *atletas militares*. Mais especificamente, espera-se evidenciar de que maneira tais conceitos podem se manifestar na vida desse coletivo, produzindo outras percepções acerca do que seja uma carreira esportiva profissional, “militarizada” ou não. Além disso, um esboço acerca das estratégias de “propaganda” operadas pelas FFAA através do PAAR e de sua inserção no cenário esportivo de representação nacional. Assim, segue abaixo um breve panorama dos arranjos e práticas de comunicação social das FFAA.

6.1 A Comunicação Social das Forças Armadas

As FFAA possuem seus canais próprios de comunicação com a “sociedade civil”, principalmente o Exército, que tem incorporado à sua estrutura organizacional o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), sediado na capital federal, Brasília. O órgão foi criado em 1981, em lugar do que era a 6ª Divisão de Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra, a qual operava desde 1951. De acordo com publicação do Exército:

A Comunicação Social tem sido ferramenta essencial de divulgação de programas estratégicos do Exército Brasileiro e de prestação de informações à sociedade sobre as ações da Força. O Exército também conta com um Sistema de Comunicação Social, com Seções dedicadas a essa atividade dentro dos quartéis em todo o Brasil, com equipes que costumam atuar em três ramificações: assessoria de imprensa, relações públicas e divulgação institucional. A estrutura do CCOMSEx é segmentada em Divisão de Planejamento e Gestão, Divisão de Relações com a Mídia, Divisão de Relações Públicas, Divisão de Produção e Divulgação, Agência Verde-Oliva, Divisão Administrativa, Seção de Tecnologia da Informação e Serviço de Informação ao Cidadão.⁹⁰

⁹⁰ Fonte: Exército Brasileiro. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/com-37-anos-centro-de-comunicacao-social-do-exercito-e-a-ferramenta-de-informacao-sobre-a-forca-terrestre->](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/com-37-anos-centro-de-comunicacao-social-do-exercito-e-a-ferramenta-de-informacao-sobre-a-forca-terrestre-). Acesso em: 09 jul. 2019.

Alguns dos veículos de comunicação social do Exército que se destacam são a *Rádio Verde-Oliva* e a *Revista Verde-Oliva*, além de atualmente se verificar forte presença nas chamadas mídias sociais (*YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn* etc.), inclusive com uso de Inteligência Artificial⁹¹ para o gerenciamento destas, o que aumenta consideravelmente o volume de informações tratadas e a velocidade com que estas circulam. A ideia, basicamente, é que, através de programação de algoritmos e redes neurais, o contato primário com “paisanos”, nessas mídias digitais, seja feito através de robôs; demanda, enfim, dos tempos atuais.

E, conforme análise feita anteriormente, a veiculação de informações não deve escapar à lógica da cadeia de comando. Isto é dizer que as publicações feitas pelo CCOMSEx necessitam de autorização do comandante da unidade para poder circular, sobretudo por se tratar de algo que vai para o exterior da caserna e, portanto, há de se regulamentar e controlar a sua veiculação, evitando “dissonâncias”, e, mais que isso, “camuflar” certas informações (mesmo aquelas que não são consideradas “sigilosas” ou “secretas”), a fim de apresentá-las à “sociedade civil”.⁹² Conforme o jargão militar, pode-se dizer que há um “emprego operacional” da comunicação social por parte do Exército e das FFAA. Como exemplo, segue descrição do *Plano de Dados Abertos* do Exército Brasileiro para o quadriênio 2017-2020:

[...] este Plano será o instrumento de planejamento e de coordenação das ações que propiciarão o acesso pela sociedade brasileira aos dados institucionais do Exército Brasileiro, ressalvados aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação em vigor, organizando a implantação dos processos de preservação e publicação de informações.⁹³

No mais recente *Simpósio de Comunicação Social do Exército*, ocorrido em maio de 2019, Major Blaz, Subcomandante do 41º Batalhão da Polícia Militar, reproduziu em entrevista o seguinte lema: “comunicação vence uma guerra; comunicação poupa suor e

⁹¹ Fonte: “Inteligência Artificial auxiliará no atendimento ao público junto às principais mídias sociais do Exército”. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/exercito-brasileiro-utiliza-inteligencia-artificial-para-se-comunicar-com-o-publico-nas-midias-sociais/8357041>. Acesso em: 12 jul. 2019.

⁹² Recomendações que constam do Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro (2014). Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/11425/2260347/Plano+de+Com+Soc+2014/d99af500-9eca-422d-a98c-259ad880d00a?version=1.0>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

⁹³ Fonte: Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/plano-de-dados-abertos-do-exercito-brasileiro>. Acesso em: 17 jul. 2019.

sangue”.⁹⁴ Portanto, por mais que esses canais de comunicação possam representar uma abertura ou aproximação nas relações com a chamada “sociedade civil”, em consonância com o lema *Braço Forte - Mão Amiga*, o que parece é que se trata mesmo de mais uma estratégia de dissuasão frente a olhares “paisanos”.

Antes de ser algo que opera no sentido de preservar, fortalecer e consolidar a “imagem” do Exército e das FFAA perante a sociedade, de divulgar a profissão militar e estreitar vínculos com o mundo “civil”, como simples publicidade, tais ações comunicativas, como toda a vida na caserna, também são regidas pelos princípios da “hierarquia” e da “disciplina” e, portanto, inseridas no “sistema da guerra” (LEIRNER, 2001). É preciso manter o mecanismo em funcionamento, o que significa que as ações de comunicação social das FFAA também visam manter a oposição entre militares e “paisanos”, “englobando” estes últimos em sua lógica. O que está em jogo, afinal, é a manutenção de uma “propaganda de guerra” como modo de preservar a estrutura das relações.⁹⁵ Como afirmou Leirner (2009, p. 67): “[...] se militares fazem as guerras, as guerras fazem militares”.

Isso talvez explique o fato de que, embora as FFAA se utilizem dos mais diversos canais de comunicação (revista, rádio, televisão, *internet* etc.) e veiculem informações em todos os formatos possíveis (impressa, audiovisual, digital etc.), as quais circulam os “valores” da caserna e os serviços prestados pelas organizações militares à “sociedade civil”, aparentemente permanecem “camuflando” informações e pouco dispostas a uma efetiva abertura, afinal, conforme consta no *Plano de Comunicação Social do Exército (Op. cit.)*, é preciso segmentar públicos, filtrar informações, difundir os “valores” e evitar “crises de imagem”; faz parte de seu caráter enquanto instituição militar, que opera pela lógica da guerra. Isso significa que nem todo jornalista ou veículo de comunicação “paisano” que intente fazer matérias acerca de assuntos militares será recebido na caserna, a menos que seja “englobado” por sua lógica de operação; tampouco pesquisadores, especialmente antropólogos, conforme visto em Atassio (2012), e reforçado em pesquisa de Pires (2018), que constata o que segue:

[...] alguns antropólogos parecem estar enquadrados em uma lógica de aversão, de inimizade e de antipatia por parte das instituições militares, que se fecham ao diálogo com os pesquisadores para manter em sigilo o mundo

⁹⁴ Fonte: “CML realiza Simpósio de Comunicação Social no Palácio Duque de Caxias | TV CML”. Comando Militar do Leste, Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F9RTwaEkbN0>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

⁹⁵ No limite, trata-se mesmo de “invenção”, no sentido atribuído por Wagner (2012), da guerra, que se torna “convenção” e opera, assim, dialeticamente.

da caserna, *camuflando* suas práticas, seus treinamentos e suas representações contrapostos ao universo civil. (PIRES, 2018, p. 51, grifo no original)

E, novamente, constata-se que a “hierarquia” recai mesmo sobre aqueles que não estariam a ela subordinados, e essa “replicação” para o exterior, por assim dizer, da “cadeia de comando”, se torna substantiva através da “disciplina” que regulamenta todo o cotidiano militar, bem como as relações estabelecidas dentro e fora da caserna. Note-se o caso dos *atletas militares*, que, no período dos Jogos Olímpicos Rio-2016:

[...] apareciam fardados ou vestidos com roupas de treino caracterizadas com os brasões de suas respectivas Forças, participando de treinos em academias e em escolas militares, disputando competições desportivas militares e, ainda, subindo ao pódio batendo continência [...] (PIRES, 2018, p. 51).

Evidentemente, esse tipo de publicidade interessa às FFAA. Em trecho que consta de uma publicação do CCOMSEx, o Coronel Hélio Fernando Rosa de Araújo diz o seguinte:

É inegável que esses atletas proporcionaram às Forças Armadas importante e apreciável visibilidade. Ao País deram testemunho da eficácia do sistema castrense de gestão e ofereceram uma valiosa colaboração de civismo, estimulando a sociedade a repensar e a cultivar os valores que, na verdade, são de todos nós brasileiros.⁹⁶

Entretanto, embora o PAAR e seus resultados sejam amplamente divulgados pelas mídias e formatos os mais diversos, enaltecendo o incentivo das FFAA a atletas de alto rendimento e ao “esporte de representação nacional”, quando se intenta estabelecer um diálogo “de fora para dentro”, encontra-se o silêncio, a negativa e/ou as tentativas de dissuasão e “englobamento”, conforme a lógica operacional militar. E, mesmo aqueles que conseguem algum acesso, acabam por ser submetidos a constante tutela, conforme os exemplos das “oficiais de ligação” presentes em Silva (2010) e Atassio (2012). Mesmo quando não formalmente tutelada, Silva (2016, p. 27) relata o que segue: “[...] ora me questionavam com relação a certa desconfiança por eu estar lá obtendo conhecimento das

⁹⁶ Fonte: “A imprescindível contribuição das Forças Armadas ao Brasil”. Coletânea do EBlog, Blog Oficial do Exército Brasileiro. CCOMSEx, Brasília-DF, 2016, p. 83. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0012382062920143e0454>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

atividades que aconteciam no quartel, e ora se mostravam receosos com relação à imagem que deles seria transmitida na pesquisa [...]”.

E, se a dificuldade na interlocução com militares, e com atletas que “estão” militares, pode ser explicada pela lógica da “cadeia de comando”, o interessante é observar que mesmo aqueles que pertencem apenas ao “mundo” esportivo, isto é, “paisanos” que não têm nenhum tipo de vínculo com as FFAA, mas que de algum modo se relacionam com *atletas militares* (treinadores, preparadores, funcionários de clubes etc.), demonstram certo receio e desconforto ao tratar do programa militar de fomento ao esporte, conforme visto anteriormente. Nesse caso, penso que se está diante de um exemplo aparentemente exitoso de “englobamento do contrário” e de “replicação” da “cadeia de comando”, processos, como visto, pautados no emprego operacional de uma “propaganda de guerra”, como parte do que se poderia denominar uma “cosmologia castrense”, e nas relações alicerçadas na “hierarquia” e “disciplina”, fundamentos da vida na caserna, do *ser* militar.

6.2 Hierarquia, disciplina e o “englobamento do contrário”

Se até o momento verificou-se que parte dos *atletas militares* mobiliza essas noções *esportivo-militares* de modo convergente, como mostrado no capítulo anterior, é preciso notar o lugar a partir do qual se está enunciando. Quando um militar “nativo” fala em “disciplina”, por exemplo, e quando um atleta, mesmo que temporariamente incorporado às Forças Armadas, fala em “disciplina”, é pouco provável que ambos estejam remetendo precisamente a um mesmo índice de significação. Se para um militar “nativo” a divisão classificatória fundamental se daria entre militares e “paisanos”, como aponta Castro (2004), e se os atletas incorporados apenas “estão” militares, estes provavelmente não deverão ser encarados, ao menos por membros efetivos das Forças Armadas, como pertencentes ao “grupo” e, assim, por conseguinte, compartilhar do mesmo regime endógeno do “mundo” militar *stricto sensu*.

Conforme descrito no *subcapítulo 4.1.1*, não consegui nenhuma aproximação ou diálogo com oficiais envolvidos com o PAAR, o que seria interessante na medida em que poderia revelar, ao menos parcialmente, e permitiria talvez minimamente especular, como isso estaria repercutindo entre militares “nativos”. Mas pude coletar algumas declarações,⁹⁷

⁹⁷ Relatos vindos de perfis anônimos, em parte identificados por patentes de militares graduados, ou “praças”, em parte sem identificação alguma. Fonte: “COB libera continência para atletas militares na Rio 2016. Militares

por exemplo, que acabam por ir nesse sentido, a saber, de que os atletas não seriam militares “de fato”. O que levaria também, por extensão, à noção de que *atletas militares* não estariam “autorizados” a prestar continência (os grifos são meus):

[1] Resta avaliar se essa condição atual não acabará por destruir as *verdadeiras* competições militares, onde competiam *verdadeiros* soldados que conciliavam sua condição de atleta com o dia-a-dia de treinamento militar, acampamentos, escalas de serviço etc.

[2] [...] aparecer 9h da manhã para treinar, não cumprir expediente, raras vezes usar a farda, nunca chegar perto de um serviço de escala, atividade de campo, instrução, aparecer no quartel somente para usufruir das instalações, serviço de rancho (com alimentação que a tropa nunca verá na vida), e serviços médicos... me desculpem mas nunca serão militares [...] Me perdoem os aficionados por desporto, que veem com bons olhos esse pessoal prestando continência no pódio, mas em meio a tanto descaso, defasagem de vencimentos, carências, humilhações e necessidades a que a *família militar*⁹⁸ vem sendo submetida, uma continência num pódio não desperta o mínimo patriotismo [...].

[3] O Exército sai no país todo procurando atletas para competir durante as Olimpíadas mas não pegam os verdadeiros atletas que têm a coragem de vestir a farda e ir pro campo de batalha competir o *verdadeiro* combate.

[4] Pra mim sargento é aquele que pagou pela sua inscrição na escola de sargentos, passou pelos exames teóricos, ralou pra ter uma nota boa no período básico, sangrou nas escolas de sargentos em todos os campos e instruções e mereceu sua diplomação e promoção a 3º sargento do Exército Brasileiro. Este sim é um *verdadeiro* sargento! Não um atleta que ganhou uma graduação de um comitê!

Existe aí uma noção de que o atleta incorporado às FFAA não seria militar porque não compartilharia da rotina mais “crua”, por assim dizer, da caserna, e de que estaria indevidamente se aproveitando das estruturas e instalações, ocupando um espaço a que não teria direito; além disso, uma das declarações aponta para certa “vantagem” que *atletas militares* teriam em relação a *militares atletas* nas competições esportivas militares. É preciso observar, porém, que o anonimato favorece algumas declarações mais “duras” e até ofensivas para com os atletas e, evidentemente, estas não devem ser tomadas como representativas da

mesmo?”. Disponível em: <<https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2016/07/continencia-para-atletas-militares-na-rio-2016-militares-mesmo.html>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁹⁸ Para uma análise antropológica sobre a noção de “família militar”, categoria nativa que engloba tanto a instituição (o pertencimento ao grupo) quanto a vida privada (a casa, cônjuge e filhos), ver Silva (2010; 2016).

visão de todo o “grupo” aludido, o dos “praças” (ainda que algumas das críticas incidam sobre as condições de trabalho; mas não se pode inferir, a partir disso, que tais condições sejam generalizadas); tampouco seria esta a visão de oficiais de carreira, uma vez que o oficialato das FFAA, de modo geral, parece demonstrar aprovação quanto aos méritos do PAAR, ao menos nas suas declarações públicas.

Em tese, não há perda para as FFAA e para aqueles que são considerados os “verdadeiros” militares, isto é, militares de carreira. É preciso compreender que os *atletas militares* fazem parte de outro regime, um regime de outra “natureza”, que diz respeito mais ao “mundo” esportivo, do qual são “nativos”, do que ao “mundo” militar propriamente dito. Para que fique claro: é por esse caminho que intento demonstrar que *atletas militares* não deveriam ser considerados militares no sentido estrito do termo, pois não há possibilidade de conversão em *pessoa militar*, e não pela condenação de sua participação no programa das FFAA de incentivo ao esporte, como sugerem as declarações acima citadas. Mas, se essa problemática específica remete às formas de classificação operadas pela “hierarquia”, é preciso observar, complementarmente, como a “disciplina” emerge nesse contexto e sua apercepção por parte dos atletas.

No âmbito das práticas esportivas, atletas de alta performance certamente incorporam uma “disciplina”, têm seus *corpos* e “espíritos” perscrutados, esquadrihados, normatizados, suas condutas prescritas e vigiadas em cada lugar ou momento, e estão sujeitos a determinadas punições quando incorrem em *indisciplina*, como atrasos e faltas injustificados, “insubordinações”, dopagem etc. (registre-se, no entanto, as diferenças entre as modalidades e suas características específicas). Essas punições, no entanto, ocorrem dentro da própria esfera esportiva, das normas previstas nos regulamentos internos de clubes e federações, ou no âmbito mais geral do esporte, mediante os tribunais de justiça desportiva (como nos casos de *doping* ou qualquer outra atitude considerada antidesportiva, ou seja, que contrarie os preceitos de uma ética esportiva formalmente estabelecida), que podem aplicar multas, suspensões e, em casos extremos, até o banimento do esporte profissional. No caso do futebol, por exemplo:

[...] a FIFA, por intermédio de suas subsidiárias, desenvolveu um aparato jurídico capaz de impor punições rigorosas, se necessário, às diversas ordens de transgressões. A este controle institucional corresponde o autocontrole que é exigido e desenvolvido nos atletas durante o período de formação profissional. (DAMO, 2005, p. 40)

Isso nos leva a outro aspecto da questão disciplinar: os discursos acerca das “posturas” que devem ser incorporadas por atletas na sua formação (os cuidados minuciosos com o corpo, a blindagem da mente quanto a certos “desvios” e “influências”, o espírito ascético etc.), apregoados por profissionais do esporte e também pelo público que o acompanha, o qual também faz exigências e compartilha de certa moralidade no que se refere à “disciplina” que se espera de atletas de alto rendimento num cenário competitivo, e que encontra-se, afinal, relacionada aos imperativos éticos e estéticos da eficácia, da excelência performática, da busca por resultados “limpos”; em síntese, ao cumprimento de requisitos ditados pelo esporte profissional contemporâneo na sua forma e essência.

Note-se o caráter não apenas pedagógico destas sanções disciplinares, mas também sua natureza expiatória. Silbermann (2014, p. 41) afirma que “ao realizar uma performance, o corpo do atleta é um vetor de reiteração tanto das potencialidades da natureza humana encerradas nele quanto de valores estéticos e morais promovidos pelo esporte”. Sobre isso, registre-se a seguinte análise sobre a preocupação do COI com o controle de dopagem:

[...] o COI parece disposto a lutar pelo controle dos corpos até às últimas consequências, a tal ponto que a WADA [Agência Mundial Antidoping], uma espécie de polícia do COI, dispõe de prerrogativas quase absolutas, uma soberania que invejaria os mais despóticos regimes de biopoder. (DAMO, 2016, p. 343)

Note-se que os regimes disciplinares nos esportes competitivos podem ser bastante rigorosos, mais ainda quando potencializados por aparatos tecnopolíticos. Não se trata tão somente de cuidar do *corpo* e forjá-lo diariamente para a alta performance, mas de submetê-lo quase que compulsoriamente a normas, controles, testes, exames e mesmo aos julgamentos de cunho moral, enfim, escrutínios que escapam às vontades e disposições individuais dos atletas; há “políticas” que pautam esses processos: “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo [...] (FOUCAULT, 1987, p. 121).

Em *Vigiar e Punir*, o autor ora citado recomenda “[...] não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos ‘repressivos’, só em seu aspecto de ‘sanção’, mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos [isto é, ‘pedagógicos’] que eles podem induzir [...]” (IDEM, p. 23). É preciso analisá-los, portanto, como “[...] técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder [...]” (IDEM, p. 24), estes plasmados em “saberes” dos campos jurídico, científico e econômico;

“tecnologias políticas”, segundo o autor, que incidem sobre – e tomam por objeto de intervenção – os corpos e “almas” (expressão que aqui designa a “psique” humana).

Tais exemplos certamente estão inseridos naquilo que se está denominando aqui fabricação do *corpo* e, a esse respeito, Goldman (1996) irá dizer que “as culturas investem diretamente os corpos” (IDEM, p. 95) e que “toda separação entre o físico, o psíquico e o social não pode passar de pura abstração” (IDEM, IBIDEM). Soares (2001), em estudo sobre a ginástica francesa no século XIX, irá falar do corpo como “lugar de inscrição da cultura” (IDEM, p. 53), de internalização de uma “auto-educação corporal”, do corpo como lugar da “retidão” e dos movimentos calculados, no registro de uma economia das gestualidades corporais (IDEM, p. 60).

Betti (2001, p. 158), em estudo sobre o que chama de “cultura corporal de movimento”, afirma que “a Educação Física é uma pedagogia, quer dizer, uma disciplina de intervenção que busca uma influência de tipo normativo sobre seus praticantes”. Do mesmo modo, tal qual a “cultura” se estabelece como norma, se poderia dizer que as “políticas” (micropolíticas, biopolíticas, tecnopolíticas) incidem sobre os corpos, domesticando-os (FOUCAULT, 1987; 2008).

Em análise sobre a ginástica no Brasil, Soares (2009, p. 144) afirma que “[...] o corpo é a superfície de inscrição mais imediata de novos códigos e comportamentos”. A análise trata, afinal, das formas específicas e especializadas de “educação do corpo”, tomado como “expressão da cultura” (IDEM, p. 145) ou mesmo do “poder” (conforme acima definido) investido nessas formas de conhecimento, legitimadas por um cientificismo de cunho positivista, acerca do corpo, do movimento, de sua sanidade e retidão; indícios e “códigos de civilidade, de vida pública” (IDEM, p. 146).

Rodríguez Giménez (2003), em pesquisa sobre o que denominou “o corpo militarizado”, ou a “economia militar do corpo”, isto é, forjado a partir de experimentos e métodos de orientação militar, aponta as seguintes características dessa fabricação do *corpo* e, por conseguinte, da *pessoa militar*: “[...] *la mirada puntillosa a la apariencia física; la enunciación de certa homogeneidad entre la moral individual y el destino de la nación y la submisión propia a um modo de organización jerárquica*” (RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2003, p. 103).

Note-se em comum, nessas diferentes abordagens acerca da *disciplina*, a indissociabilidade entre técnica, eficácia, norma e aprendizado, reafirmando o caráter político-pedagógico contido na modulação e controle dos gestos e movimentos corporais: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a

sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 1987, p. 118). É, portanto, a esse conjunto de prescrições para a fabricação do *corpo* e *espírito* aptos, capazes, retos, sãos etc., que se está denominando disciplina, a qual pode ser observada tanto no “mundo” esportivo como no militar, bem como em outras esferas da vida “moderna”.

Mas, apesar desses processos de incorporação da disciplina, de “práticas corporificadas”, de normatização de corpos, comuns em ambos os meios de que trato nessa pesquisa, o que necessita ser aqui estabelecido é que esses regimes disciplinares, embora tenham uma faceta mais visível e apreensível na caserna, por sua “natureza” hierárquica, não apenas se apresentam de modo mais disperso, como podem ser vários no “mundo” esportivo. Tais regimes, portanto, embora análogos em algum sentido, diferem na sua apercepção e efeitos práticos, ainda que encarados a partir de uma vivência *esportivo-militar* experimentada por atletas incorporados às FFAA.

A propósito, o exemplo do praticante de *taekwondo* Ícaro Miguel é bastante ilustrativo das diferenças entre os regimes esportivo e castrense, ou entre os *corpos* requeridos para *ser* atleta e *ser* militar. Tendo a visão de um dos olhos comprometida, alterando suas percepções espaciais, o atleta acabou por se adaptar a essa condição. Embora o problema seja reversível através de cirurgia de transplante de córnea, realizar este procedimento significaria ter de abandonar a carreira, já que, uma vez feita a cirurgia, não poderia mais sofrer golpes na cabeça, sob o risco de comprometer o seu resultado. Para ser atleta de alta performance, portanto, precisa conviver com essa condição e a ela se adaptar; nada o impede de competir. Mas, embora faça parte do Time Brasil e sustente índices olímpicos, o atleta não pode ser admitido no PAAR; foi reprovado no exame de visão da Marinha, obrigatório para o ingresso nas FFAA: “Os médicos alegaram que ele não estava apto para ser militar, independentemente dos resultados [esportivos]”.⁹⁹

Assim sendo, se a “disciplina” dos regimes corporais não é bem a mesma, o mesmo deve valer para a noção de “hierarquia”. Nenhum interlocutor, sejam *atletas militares* ou funcionários de clubes, mencionou a categoria explicitamente, mas é possível notar que a mesma paira sobre suas cabeças quando evitam falar sobre o assunto, qual seja, a relação entre atletas e Forças Armadas, ainda que não estejam subordinados à cadeia hierárquica de comando, o que pode ser explicado pela produção de um “englobamento” e expansão da

⁹⁹ Fonte: “Quase cego de um olho, brasileiro adia cirurgia por sonho no taekwondo”. Folha de S. Paulo, 2 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/06/quase-cego-de-um-olho-brasileiro-adia-cirurgia-por-sonho-no-taekwondo.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

lógica classificatória castrense para o exterior, afetando mesmo aqueles que não fazem parte do “mundo” militar. Pires (2018), em pesquisa sobre a relação entre artes marciais e o treinamento policial militar, afirma que:

Não basta para o comando a domesticação dos de dentro. É preciso expandir e exportar a lógica da disciplina e da hierarquia para fora da caserna, reconhecer os próximos e os afins, para que, mesmo enquanto sujeitos fora do mundo militar, operem sob as ordens ou sob os interesses da cadeia de comando. (PIRES, 2018, p. 65)

Entretanto, os *atletas militares*, incorporados temporariamente sob um regime exclusivo, encontram-se vinculados a setores considerados mais “técnicos” dentro das Forças Armadas (como, por exemplo, os quadros de magistério e saúde formados na EsEFEx, ou os capelães, músicos, mecânicos, cozinheiros etc.), o que, de certa maneira, faz com que ocupem uma posição “liminar” nesse regime classificatório que opera no âmbito das organizações militares. Não obstante, os atletas são, em alguma medida, “capturados” pela lógica hierárquica, à qual não são propriamente subordinados (uma vez que, de acordo com a análise aqui empreendida, tais atletas não poderiam pertencer efetivamente à caserna e seu regime compartilhado). De acordo com Leirner (2001, p. 86), “[...] ocupar um lugar na hierarquia significa também não se encontrar numa condição transitória”.

Portanto, conclui-se que a apreensão que se faz da hierarquia, tal qual ocorre com a noção de disciplina, não será a mesma para *atletas militares* e militares “nativos”. Nesse sentido, pode-se dizer que, quando atletas ou demais profissionais do esporte deslocam tais noções para o “mundo” esportivo, nada mais estão do que reproduzindo um arremedo da “hierarquia” e “disciplina” militares; necessário, no entanto, para evocar as convergências que sustentam essa relação e a atualizam.

De modo que a continência prestada por atletas olímpicos “paisanos” que “estão” militares opera, nesse contexto, como uma espécie de “rito” de afirmação ou “desambiguação” e restabelecimento de uma ordem que se quer contínua ou mesmo *híbrida*, mas que, no “mundo vivido” do esporte e da caserna, se faz sobretudo por metáforas, isto é, pela produção de analogias em torno de atributos supostamente equivalentes (a pedagogia física e o *ethos* nacionalista, por exemplo, expressos em categorias como “sacrifício”, “patriostismo” e “espírito coletivo”), que não necessariamente encontram correspondentes nas carreiras profissionais esportivas e castrenses, mesmo quando tomadas a partir dessa conjunção *esportivo-militar*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o ato [rito] de instituição é um ato de comunicação de uma espécie particular: ele notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos [...], quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser. (BOURDIEU, 2008, p. 101 *apud* DAMO, 2012, p. 69)

Em vista do que foi acima dito, pode-se considerar que o gesto de prestar continência encontra-se atrelado a um conjunto de ritos militares presentes no cotidiano da caserna; conforme visto, um “cotidiano ritualizado” (COLLI DE SOUZA, 2008). No caso dos atletas, todavia, embora o gesto possa exprimir uma identidade incorporada ou mesmo reivindicada, no mais das vezes o que se observa, quando se analisa mais detidamente a questão, é que há um descompasso entre os “mundos” esportivo e castrense, o que torna tais atos insuficientes para chancelar ou caracterizar propriamente um efetivo pertencimento de atletas que “estão” militares à caserna. Nesse sentido, pode-se dizer que a continência prestada nos cerimoniais esportivos gera efeitos desiguais para atletas e FFAA.

O gesto exercido por parte dos *atletas militares* não foi tão somente resultado de ações individuais que se desencadearam e se concertaram coletivamente, muito embora a iniciativa de prestar continência tenha partido de cada um; a propósito, não se trata tampouco de ordem vinda “de cima”, ou seja, não se prestou continência por uma questão de subordinação hierárquica. O gesto é feito porque os atletas compreendem ser parte daquele “grupo”, embora não compartilhem integralmente do regime da caserna, o que seria necessário, segundo a análise aqui empreendida, para a constituição da *pessoa militar* e de uma efetiva passagem classificatória de “paisano” a militar, ou a desocupação de um lugar de ambiguidade. De alguma maneira, os atletas, “capturados” por essa lógica, o fazem também como um sinal de respeito à instituição, o que, conforme dito, não se traduz propriamente como subordinação.

Não se descarta, todavia, o pressuposto de que os atletas medalhistas tenham realizado o gesto da continência por mero sentimento de gratidão e reconhecimento a quem os fomentou, o que poderia ser encarado com maior naturalidade, claro, mas essa é uma perspectiva, diga-se, um tanto simplista, que não coloca em questão as implicações de um “estar” militar (embora seja compatível com as demais aqui elencadas e possa ser adotada sem prejuízo da análise). A fala de Rubio a seguir, que faz um paralelo com outras marcas patrocinadoras e suas imposições contratuais, reafirma essa suposta naturalidade do gesto:

As Forças Armadas são um patrocinador como quaisquer outros patrocinadores. Quando você é patrocinado pela Nike, por um banco, seja lá o que for, você usa boné, você usa camiseta, você é obrigado a dar entrevistas na frente de um *banner* onde tem a marca do patrocinador. A marca das Forças Armadas é o próprio uniforme militar e a continência. Então eu não vejo qualquer diferença entre prestar a continência e usar um boné. Pra mim não faz diferença alguma.¹⁰⁰

Isso está, em parte, de acordo com o que se falou até aqui sobre as FFAA serem, acima de tudo, patrocinadoras dos *atletas militares*. De fato, por esse prisma, o gesto que se faça em alusão a quem os patrocina não faz diferença (considerando que os modelos de negócios e as imposições das marcas, estabelecidas por força contratual, não estão em questão). E, muito embora os atletas incorporados não se tornem militares no sentido estrito do termo, essa pesquisa foi motivada pela intuição (etnograficamente falando) de que a relação entre esporte e caserna que se estabeleceu através do PAAR adquiria contornos singulares e, portanto, era preciso melhor observar as especificidades que essa conjunção *esportivo-militar* produzia. Não se fala em *atletas Nike* (exceção feita a alguns pouquíssimos casos em que atleta e marca se tornam indissociáveis, inclusive através de contratos vitalícios), mas se fala em *atletas militares*. Essa simbiose é que potencialmente revela certa originalidade inscrita nesse contexto que enreda atletas de alto rendimento e Forças Armadas.

Nesse sentido, não há possibilidade de equiparação dos gestos porque há uma oposição classificatória entre militares e “paisanos” que modula essa relação. A continência, afinal, é um gesto caracteristicamente militar e, como tal, é preciso estar subordinado à cadeia de comando e cumprir certas condições, previstas em regulamento, para poder prestá-la; é preciso, em suma, *ser militar*.

A continência, sinal mais característico dos militares, tem diversas prescrições a serem seguidas e o regulamento esmiuça uma quantidade muito grande de circunstâncias, de maneira a não deixar escapar da regulamentação todo e qualquer momento em que esse sinal de apreço deva ser apresentado [...]. O regulamento prescreve as maneiras de prestar a continência [...] A dinâmica das continências, as apresentações formais e sinais de respeito são visíveis a qualquer pessoa que passe um tempo dentro de uma unidade militar. (COLLI DE SOUZA, 2008, p. 151)

¹⁰⁰ Fonte: “Brasil vive vácuo institucional no patrocínio esportivo”. Rádio USP, São Paulo, 17 abr. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/brasil-vive-vacuoinstitucional-no-patrocínio-esportivo/>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

Note-se que o fato de os atletas apenas “estarem” militares e ainda assim realizar o gesto de prestar continência tem implicações dentro e fora da caserna. As declarações incomodadas de alguns, que enxergam no regime diferenciado dos atletas um “atalho” para os benefícios da vida militar, são exemplos disso. Mas “estar” também é um modo de “ser”, ainda que por tempo determinado, e o gesto feito pelos atletas, além de considerado legítimo, parece não afetar a lógica da cadeia de comando. Os *atletas militares* de alguma forma ocupam uma posição “liminar” nessa estrutura operada pela “hierarquia”: pela temporalidade que coloca em contraste a carreira esportiva e o ofício militar; e pelo seu lugar classificatório ambíguo que oscila entre militar e “paisano”. Nem mesmo o fato de que, em alguns casos, o gesto é feito de maneira incorreta, em desacordo com o protocolo estabelecido, parece ser colocado em questão como algo que prejudicaria a “imagem” das FFAA, tão atentas aos pormenores e minúcias de cada ação e postura. Os oficiais militares, de modo geral, parecem apreciar a atitude, independentemente dessas questões.

Na verdade, a noção que prevalece, nessa interface *esportivo-militar*, é a de que as FFAA efetivamente transmitem seus “valores” aos atletas, que por sua vez divulgam os seus feitos e méritos: “Nota-se que, para além de propaganda, o efeito semiótico buscado por essa divulgação era atrelar as conquistas desportivas ao ofício militar” (PIRES, 2018, p. 52). Portanto, o que se observa, nessa interface entre esporte e caserna, é, de um lado, analogias e metáforas com relação àquilo que o atleta e o militar teriam em comum, porém de modo descontínuo, e, de outro, diferenças e singularidades contidas nessa mesma relação, as quais emergem quando esta é colocada na chave de uma suposta continuidade.

* * *

Por fim, deve-se constatar que o PAAR é um programa feito contingencialmente, no contexto específico dos grandes eventos esportivos sediados no Brasil, e sem maiores garantias no longo prazo, tanto no que se refere à formação de atletas de alto rendimento, como na produção de uma política (ou cultura) esportiva nacional e, nesse sentido, portanto, se as informações até aqui indicam que não há um processo de *militarização* de atletas incorporados, por conta do caráter temporário do programa (ainda que seu papel como fomentador seja muito importante) e, ao que parece, sem o estabelecimento de vínculos profissionais para além da carreira esportiva, por outro lado, também pode-se dizer que não há ainda um processo consolidado de *esportificação* das Forças Armadas, uma vez que os atletas não permanecem na carreira militar e este processo fica dependente de “ciclos”;

todavia, é preciso esperar algum tempo ainda para dizer se o programa irá repercutir para o seu interior, incentivando a produção de atletas de alto rendimento nativamente militares.

Mas, vale lembrar que, afora a falta de formação interna, as FFAA se *esportificaram* em alguma medida ao retomar algum protagonismo no cenário esportivo de representação nacional. O que se constatou, afinal, foi que o patrocínio oferecido aos atletas retorna como uma espécie de chancela política para as FFAA, além de conferir sentido estrutural a essa conjunção *esportivo-militar* pela manutenção de sua lógica no chamado “sistema da guerra”. Leirner¹⁰¹ sugeriu que, se existe uma *sincronia* de antemão entre os “mundos” do esporte e da caserna, verificada através de uma produção do *corpo* disciplinado (o controle minucioso dos gestos, os cálculos precisos do tempo e espaço etc.) e da *pessoa* (a modulação das “consciências coletivas”), a conjugação feita no contexto da chamada “década esportiva” foi então uma questão de *estratégia*, típica da lógica operacional militar.

É necessário cautela, porém, para fazer essas afirmações sobre o PAAR e seus propósitos, dado que o programa é muito recente e movimentos ocorrem constantemente, de modo que novas informações e circunstâncias tornem inevitável a necessidade de novas proposições sobre o assunto. Enfim, dito isso, mediante o que foi aqui apurado, conclui-se que não se pode falar ainda em regimes híbridos ou *pessoas híbridas, pessoas esportivo-militares*, afinal, os “mundos” do esporte e da caserna, embora possam confundir-se nessa sincronia estrategicamente operada, que conjuga o esporte competitivo e a representação nacional no fomento a atletas olímpicos, permanecem distintos nessa relação específica que engendra e produz o coletivo dos *atletas militares*.

¹⁰¹ Exame de qualificação, 20 de março de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.

ATASSIO, A. P. A Escola de Sargento das Armas: um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército. Tese (Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2012.

BARTHES, R. O que é o esporte? Revista Serrote. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 3, 2009.

BETTI, M. “Educação física e Sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro”. In: Yara Maria de Carvalho; Katia Rubio (Org.). Educação Física e Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 2001.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: Edusp, 2008.

CAILLOIS, R. Os jogos e os homens. Lisboa: Ed. Cotovia, 1991.

CANCELLA, K. A prática de esporte entre “oficiais graduados” e “as simples praças”: instrumento para “desenvolvimento físico do pessoal” ou prática “em promiscuidade completa”? Revista Brasileira de História Militar, ano 3, n. 9, p. 56-69, dez. 2012.

CASTRO, C. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

_____. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, C.; LEIRNER, P. Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, S. B. E; POFFO, B. N; SOUZA, D. L. O financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” (2004-2011). Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 24, n. 3, p. 146-157, 2016.

CLASTRES, P. Arqueologia da Violência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COLLI DE SOUZA, A. Um cotidiano ritualizado: a temporalidade militar em perspectiva etnográfica. Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2008.

COSTA, C. E. Ikindene hekugu: uma etnografia da luta e dos lutadores no Alto Xingu. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2013.

DACOSTA, L. P. “O olimpismo e o equilíbrio do homem”. In: Otávio Tavares; Lamartine Pereira DaCosta (Eds.). Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

DAMATTA, R. Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, A. S. O uso dos termos amadorismo e profissionalismo como categorias sociológicas na literatura acadêmica sobre o futebol. In: XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, v. 1, p. 76, 2002.

_____. Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 41-81, abr./jun. 2012.

_____. “Posfácio. Novas abordagens sobre o esporte em Ciências Humanas no Brasil”. In: Enrico Spaggiari; Giancarlo Marques Carraro Machado; Sérgio Settani Giglio (Org.). Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 2008.

ELIAS, N. O processo civilizador, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1985.

FERREIRA JÚNIOR, N. S.; RUBIO, K. Término, transição e vida pós-atleta entre corredoras olímpicas brasileiras. *Olimpianos – Journal of Olympic Studies*, v. 1, n. 2, p. 187-209, 2017.

FONTANA, R. A. C. “O corpo aprendiz”. In: Yara Maria de Carvalho; Katia Rubio (Org.). Educação Física e Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 2001.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCESCHI WACKER, M. A participação do Brasil no Movimento Olímpico Internacional no período de 1896 a 1925. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999.

FRANCO JÚNIOR, H. A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASTALDO, E. “A forja do Homem de Ferro: a corporalidade nos esportes de combate”. In: Ondina Fachel Leal (Org.). Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIGLIO, S. COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos. Tese (Doutorado em Pedagogia do Movimento Humano). São Paulo: EEF/USP, 2013.

_____. “A polarização do poder no esporte: as disputas entre o COI e a FIFA”. In: Enrico Spaggiari; Giancarlo Marques Carraro Machado; Sérgio Settani Giglio (Org.). Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

GOLDMAN, M. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 83-109, jun. 1996.

GUEDES, S. “Esporte, lazer e sociabilidade”. In: Carlos Benedito Martins; Luiz Fernando Dias Duarte (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia*, v. 1, p. 431-456. São Paulo: Anpocs, 2010.

_____. Os estudos antropológicos dos esportes no Brasil: perspectivas comparadas com a América Latina. *Antropolítica*. Niterói, n. 31, p. 31-43, 2011.

GUIRRA, F. Os V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas: FEF/UNICAMP, 2014.

HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

LATOUR, B. Por uma Antropologia do Centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 397-412, 2004.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LEIRNER, P. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *O sistema da guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos*. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 59-89, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. “Guerra e comércio entre os índios da América do Sul”. In: Egon Schaden, *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LIMA, T. S. O campo, a escrita. Comunicação pessoal. In: II Seminário de Antropologia da UFSCar: São Carlos, 2013.

LINHALES, M. A. “Esporte e escola: astúcias na ‘energização do caráter’ dos brasileiros”. In: Mary del Priore; Victor Andrade de Melo (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MAUSS, M. “As técnicas do corpo”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003a.

_____. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003b.

MAZZEI, L. C; BASTOS, F. C; FERREIRA, R. L; BÖHME, M. T. S. Centros de Treinamento Esportivo para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil: um estudo preliminar. *Revista Mineira de Educação Física, Viçosa (UFV), Edição Especial, n.1, p. 1575-1584, 2012.*

MEIRA, T. B; BASTOS, F. C; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 251-262, abr./jun. 2012.*

NEGREIROS, P. L. “O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copa do Mundo”. In: Mary del Priore; Victor Andrade de Melo (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PALMIÉRI, J. Um mundo em vários movimentos: uma etnografia sobre futebolistas de base. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2015.

PEIRANO, M. “Artimanhas do acaso”. In: *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.*

PEREZ, C.; RUBIO, K. Do desejo à realização: a motivação na trajetória de um medalhista olímpico brasileiro. *Avances de la psicología del deporte em Iberoamérica, v. 2, n. 1, p. 15-30, 2013.*

_____. The understanding of Olympic values by Brazilian Olympic athletes. *International Journal of Humanities, Social Sciences and Education, v. 1, n. 12, p. 37-43, dec. 2014.*

PIRES, L. Por uma etnografia da técnica: desafios, estratégias e perspectivas no trabalho sobre a prática das artes marciais nos exércitos modernos. In: *III Seminário de Antropologia da UFSCar*. São Carlos, 2014.

_____. Com as próprias mãos: etnografia das artes marciais e da defesa pessoal no treinamento policial militar. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2018.

PRIORE, M. L. M. “Jogos de cavalheiros: as atividades físicas antes da chegada do esporte”. In: Mary del Priore; Victor Andrade de Melo (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RIBEIRO DA SILVA, K.; MAGALHÃES, J.; GARCIA, M. A. C. Desempenho do salto vertical sob diferentes condições de execução. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2005.

RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, R. Educación Física y dictadura: el cuerpo militarizado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 101-113, set. 2003.

RUBIO, K. O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

_____. “Psicologia e Educação Física: do estudo do comportamento ao compromisso social”. In: Yara Maria de Carvalho; Katia Rubio (Org.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001b.

_____. A dinâmica do esporte olímpico do século XIX ao XXI. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 25, n. esp., p. 83-90, 2011.

_____. From amateurism to professionalism: sport’s transformations by the Brazilian Olympic athletes’ lenses. *Humanities and Social Sciences*, v. 1, n. 3, p. 85-91, 2013.

SANT’ANNA, D. B. “Educação Física e História”. In: Yara Maria de Carvalho; Katia Rubio (Org.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SEVCENKO, N. Futebol, metrópoles e desatinos. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 30-37, jun./ago. 1994.

SILBERMANN, M. No limiar do humano: doping e performance esportiva em perspectiva antropológica. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

_____. “O que é um atleta de ponta? Um estudo etnográfico sobre a formação de nadadores em busca da alta performance”. In: Enrico Spaggiari; Giancarlo Marques Carraro Machado; Sérgio Settani Giglio (Org.). *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

SILVA, A. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. *Cadernos Cedes*, ano 19, n. 48, ago. 1999.

SILVA, C. R. A casa e o quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2010.

_____. O Exército como Família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2016.

SOARES, C. L. “Imagens da retidão: a ginástica e a educação do corpo”. In: Yara Maria de Carvalho; Katia Rubio (Org.). *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. “Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil”. In: Mary del Priore; Victor Andrade de Melo (Org.). História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SOEIRO, R; TUBINO, M. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, v. 2, n. 6, p. 336-340, 2003.

SPAGGIARI, E.; MACHADO, G.; GIGLIO, S. Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

STRATHERN, M. O efeito etnográfico. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. “O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985)”. In: Mary del Priore; Victor Andrade de Melo (Org.). História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

TAVARES, O. “Referenciais teóricos para o conceito de Olimpismo”. In: Otávio Tavares; Lamartine Pereira DaCosta (Eds.). Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

TOLEDO, L. H. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira. *BIB*, n. 52, 2001.

_____. “De olhos bem abertos ou o que se viu e se ouviu na Copa do Mundo de 2014: ensaio de antropologia das emoções esportivas”. In: Enrico Spaggiari; Giancarlo Marques Carraro Machado; Sérgio Settani Giglio (Org.). Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016.

WAGNER, R. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ANEXO A. ATLETAS MILITARES BRASILEIROS PRESTANDO CONTINÊNCIA

Figura A1. *Atletas militares* da natação prestando continência nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, Canadá, 2015.



Fonte: “Continência de brasileiros no Pan divide opiniões”, BBC Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150715_salasocial_continenciapan_tgcclk. Acesso em: 14 mai. 2019.

Figura A2. *Atletas militares* do judô e da natação prestando continência nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, Canadá, 2015.



Fonte: “Os militares das Olimpíadas e a militarização da segurança pública”, Blog Policial Pensador. Disponível em: <http://www.policialpensador.com/2016/08/os-militares-das-olimpiadas-e.html>. Acesso em: 14 mai. 2019.

Figura A3. *Atletas militares* da ginástica artística prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016. À esquerda, Arthur Zanetti, medalhista de prata; à direita, Arthur Nory, medalhista de bronze.



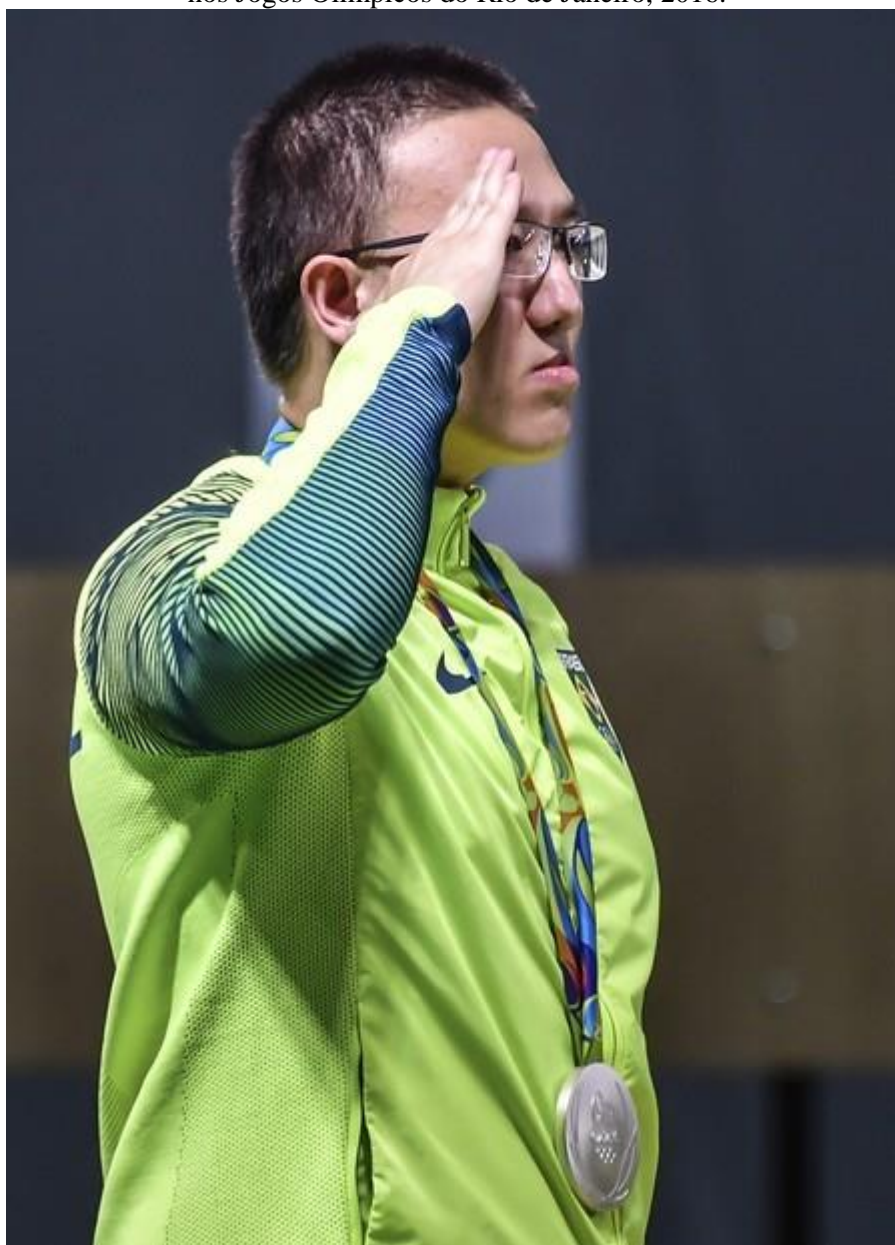
Fonte: “Forças Armadas, as caçadoras de medalhas”, El País Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/16/deportes/1471303222_007454.html>. Acesso em: 14 mai. 2019.

Figura A4. Robson Conceição, medalhista de ouro e *atleta militar* do boxe, prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016.



Fonte: “Por que alguns atletas militares prestam continência no pódio da Olimpíada”, GaúchaZH. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/olimpiada/noticia/2016/08/por-que-alguns-atletas-brasileiros-prestam-continencia-no-podio-da-olimpiada-7286423.html>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

Figura A5. Felipe Wu, medalhista de prata e *atleta militar* do tiro esportivo, prestando continência nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, 2016.



Fonte: “Entenda por que os atletas brasileiros prestam continência no pódio olímpico”, Globo Esporte. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/entenda-o-motivo-de-atletas-brasileiros-baterem-continencia-no-podio-olimpico.html>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

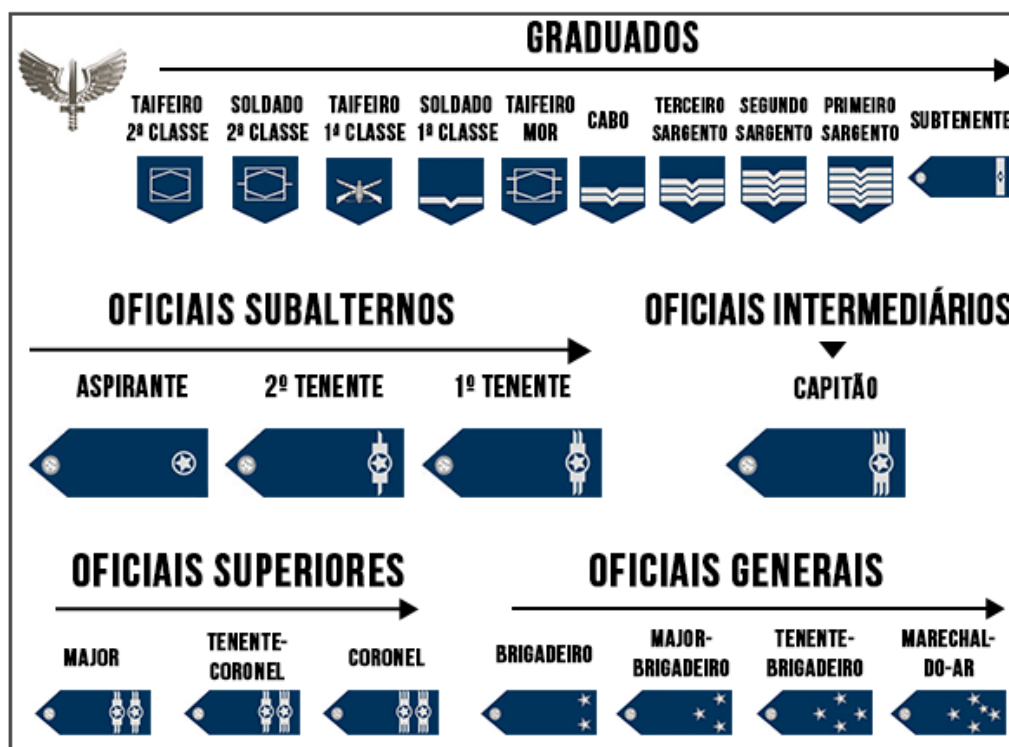
ANEXO B. QUADROS DE POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Figura B1. Hierarquia militar do Exército Brasileiro.



Fonte: <<https://www.significados.com.br/hierarquia-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Figura B2. Hierarquia militar da Força Aérea Brasileira.



Fonte: <<https://www.significados.com.br/hierarquia-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Figura B3. Hierarquia militar da Marinha do Brasil.



Fonte: <<https://www.significados.com.br/hierarquia-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.